

Autorização concedida ao Repositório da Universidade de Brasília (RIUnB) pelos autores em 24 de janeiro de 2014 e 17 de fevereiro de 2014, com as seguintes condições: disponível sob Licença Creative Commons 3.0, que permite copiar, distribuir e transmitir o trabalho, desde que seja citado o autor e licenciante. Não permite o uso para fins comerciais nem a adaptação desta.

Authorization granted to the Repository of the University of Brasília (RIUnB) by the authors, at January, 24, 2014, and February, 17, 2014, with the following conditions: available under Creative Commons License 3.0, that allows you to copy, distribute and transmit the work, provided the author and the licensor is cited. Does not allow the use for commercial purposes nor adaptation.

CABRERA, Julio; DI SANTIS, Thiago Lenharo. **Porque te amo não nascerás!** = Nascituri te salutant. Brasília: LGE Editora, 2009. 245 p.

Porque te amo, **NÃO** NASCERÁS!

NASCITURI TE SALUTANT

Julio Cabrera
Thiago Lenharo di Santis



L·G·E
EDITORA

Este livro pode ser visto de múltiplas formas, inclusive como uma proposta ou um desafio para aqueles que estiverem dispostos a amar seus futuros filhos acima de tudo, amá-los antecipadamente com toda a generosidade e proteção possíveis, com um amor tão grande que seja capaz de colocar o inocente no lugar privilegiado e seguro do não ser. Amor que se afasta do egoísmo e da manipulação e encontra, na consideração e afeição pelo outro, toda a compaixão e o respeito que pode merecer um ser humano. Um aMoR MoRal.

Richard Sweet



Sabe-se que na Roma antiga os gladiadores cumprimentavam o Imperador com o dizer *Morituri te salutant*, “os que vão morrer (para teu divertimento) te saúdam”. Assim, do mesmo modo, *Nascituri te salutant* diz: “os que vão nascer (para teu divertimento) te saúdam”. E, melhor ainda, “os que não vão nascer te agradecem”.

Para conferir comentários, críticas e observações sobre o livro e seus autores, acesse o site:

<http://www.porqueteamonaonasceras.com.br/>.

Porque te amo,
NÃO NASCERÁS!

NASCITURI TE SALUTANT

Julio Cabrera
Thiago Lenharo di Santis

Porque te amo,
NÃO NASCERÁS!

NASCITURI TE SALUTANT



Brasília, 2009

Copyright © Julio Cabrera/Thiago Lenharo di Santis – 2009

LGE Editora Ltda.
SIA Trecho 03 Lote 1.760
Tel.: (61) 3362-0008 – Fax: (61) 3233-3771
lgeeditora@lgeeditora.com.br
www.lgeeditora.com.br

EDITOR
Antonio Carlos Navarro

AUTORES
Julio Cabrera e Thiago Lenharo di Santis

PROJETO GRÁFICO
Marcus Polo Rocha Duarte

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Samuel Tabosa de Castro

FOTO DA CAPA
Richard Sweet

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
LGE Editora Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Cabrera, Julio. Thiago Lenharo di Santis.

Porque te amo, NÃO nascerás! / Julio Cabrera e Thiago Lenharo di Santis
— Brasília : LGE Editora, 2009.
247 p. il.

ISBN 978-85-7238-408-7

1. Literatura. 2. Filosofia. I. Título.

CDU 82.96

© Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser fotocopiada, gravada, reproduzida ou armazenada num sistema de recuperação ou transmitida sob qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico sem autorização por escrito do autor.

Impresso no Brasil

Os autores dedicam esta obra a
seus amados filhos.

Que seu não nascimento seja a prova
mais sublime desse amor.

Sumário

17 **Capítulo 1**

Acerca do nascer e do procriar: se “tirar a vida” coloca problemas morais, por que “dar a vida” não os colocaria?
(Julio Cabrera, sob o pseudônimo de Julio Cabrera).

81 **Capítulo 2**

Considerações sobre a decisão de gerar um novo ser
(Do ponto de vista dele)
(Thiago Lenharo di Santis, sob o pseudônimo de Thiago di Diabolis).

151 **Capítulo 3**

Cartas da abstenção (Nascer ou não nascer, eis a questão)
(A breve e abrupta correspondência entre o jovem filósofo negativo Thiago di Diabolis e o austero professor Julius von Kabra, possível descendente de Julio Cabrera).

PALAVRAS PRÉVIAS

Este livro, acerca do problema moral da procriação e do nascimento (tema impopular e quase não tratado ao longo da história da filosofia), nasceu da confluência natural e não planejada de duas reflexões, a de um jovem que está entrando na filosofia e a de um velho pensador que está saindo dela. Essa confluência não significa concordância ou acordo em cada tema ou resolução, mas afinidade intelectual e afetiva acerca do assunto, e escândalo moral partilhado diante da frieza e distanciamento com que milhares de humanos são diariamente despejados no planeta Terra apenas para a nossa distração ou como produto involuntário dela.

A obra adota propositalmente um tom intermediário entre a argumentação filosófica e a narrativa literária. Os dois primeiros capítulos são expositivos e apresentam os textos básicos sobre o problema; o terceiro é um recurso literário (um inesperado intercâmbio de cartas) capaz de propiciar uma discussão sobre o tema de predileção dos autores. Os estilos do livro são, pois, variados, desde o exercício do aforismo (capítulo 1), do ensaio (capítulo 2) e do estilo epistolar (capítulo 3).

As ilustrações contribuem para que o livro seja visto, de certa forma, como um produto de filosofia *pop*, ou de “popular

philosophy” (na expressão de William James), no sentido de ser acessível e interessante não apenas para filósofos profissionais amplos e tolerantes (supomos otimistamente que eles existam), mas também para qualquer pessoa reflexiva e preocupada com o que acontece ao redor. Em termos brasileiros, poderia ser visto, de maneira aproximada, como a tentativa de escrever um texto filosófico Pau Brasil: “No caso dos livros de estórias de Alice... não se trata de ilustrações decorativas, mas de figuras intrinsecamente vinculadas ao processo informativo do texto, fornecendo assim uma co-informação no nível visual, solidária à mensagem verbal desse mesmo texto. O livro de poemas tal como o concebe Oswald... integra-se nessa tradição” (Haroldo de Campos, *Uma poética da radicalidade*. Em Andrade Oswald De, *Pau Brasil*. Editora Globo, São Paulo, 2003, 2ª edição, p. 48/9).

Não apenas nesse seu aspecto “concreto” ou “físico” o presente livro seria oswaldiano. Também na sua opção pelo aforismo, o texto curto e brusco, os frequentes cortes, os parágrafos contundentes, os desenhos, fotos e notas interrompendo constantemente o fluir tradicional da leitura. A nossa experiência, entretanto, não pretende ser poética, mas filosófica, no sentido de uma vontade explícita de reflexão, de dizer como o mundo é ou parece ser (O mundo como nascimento e procriação). Mas, nesse sentido, também a poesia de Oswald de Andrade é filosófica.

Outra referência filosófico-literária de *Nascituri* é Kierkegaard (especialmente o do *Post-Scriptum Final Não-Científico às Migalhas Filosóficas*), escritor que utilizou exaustivamente o infernal recurso da remissão perpétua e multi-conducente para tentar veicular sua singular filosofia da singularidade, que seria rejeitada por qualquer tentativa de exposição tradicional. O mesmo acontece com o nosso assunto.

Apesar do prefácio que o leitor encontrará a seguir, o livro não está ainda em segunda edição. Trata-se apenas, como se verá, de um recurso literário. Mas esperamos que, em breve, essa ficção se torne realidade. Isso, no plano formal. No plano das idéias, talvez os autores almejem exatamente o contrário: que o que hoje é realidade (a explosão procriadora irresponsável) se torne, em séculos vindouros, apenas uma inverossímil ficção.

Julio Cabrera e Thiago Lenharo di Santis.

PREFÁCIO DA SEGUNDA EDIÇÃO

Os seguintes papéis esparsos (escritos ainda em plena época dos computadores eletrônicos) foram encontrados na casa do filósofo Julio Cabrera após seu suicídio (acontecido em inícios do século passado), junto com seus numerosos inéditos. Esses textos contêm seus escritos sobre o tema proibido do nascimento e da procriação. Já em seu *Diário de um filósofo no Brasil*, Cabrera tinha propositalmente escamoteado esses textos, na seção onde ele expunha as linhas mestras de seu pensamento ético-negativo, por considerá-los inassimiláveis para mentes ordinárias e preconceituosas.

Seus testamenteiros acharam o nome de meu avô, Santiago di Diabolis (também suicidado, em 2042), escrito na capa de uma das pastas de inéditos de Cabrera e de imediato entraram em contato com ele. Era o desejo do filósofo morto que meu avô se ocupasse com a edição destes papéis malditos. Ao que parece Santiago tinha sido aluno presencial de alguns dos



cursos de ética de Cabrera no início do século XXI, e até parece que juntos planejavam escrever um livro. Por algum motivo difícil de descobrir, passado tanto tempo, nem meu avô nem meu pai honraram o pedido de Cabrera. Agora eu me proponho fazê-lo, após gerações de indiferença e adiamentos.

O texto principal de Cabrera e o mais organizado de todos (eu dispensei muitos outros) se chama *ACERCA DO NASCER E DO PROCRIAR: SE “TIRAR A VIDA” COLOCA PROBLEMAS MORAIS, POR QUE “DAR A VIDA” NÃO OS COLOCARIA?*. Ele apresenta basicamente a linha que seguira em um curso de ética negativa oferecido para estudantes da desaparecida Universidade de Goiânia, nos longínquos anos de 2006, no início do século passado. Este texto, inspirado obsessivamente pela intuição primordial acerca da desvalia da vida humana (chama primordial de todo o pensamento ético-metafísico de Cabrera), apresenta o que ele considerava os três problemas morais da procriação.

Estes textos me tocaram de imediato. Desde que tenho memória, sou inteiramente simpático à idéia de não nascer, e a considero como a idéia mais revolucionária de toda a filosofia prática. Jamais poderemos fazer nada de positivo que se possa colocar à altura da radicalidade do ato da recusa.

Eu, pessoalmente, não gosto de ter nascido, apesar de minha vida ser muito prazerosa tanto em termos afetivos e eróticos quanto intelectuais e econômicos, modestos, porém suficientes. Na verdade, bem antes da leitura dos textos de Cabrera, eu tinha escrito as minhas próprias reflexões sobre o assunto, em um texto chamado *CONSIDERAÇÕES SOBRE A DECISÃO DE GERAR UM NOVO SER*. A coincidência com alguns dos pontos levantados por Cabrera é surpreendente, como se, de alguma forma, tivéssemos nos influenciado mutuamente através dos tempos, pela mediação (ou pela omissão) do meu atrapalhado avô.

A partir dessa crua constatação, decidi publicar juntos os dois textos, o dele e o meu, na medida das minhas possibilidades econômicas (pois temo muito que estas publicações tenham de ser auto-financiadas, em decorrência de seu caráter irritante e absurdo para a sensibilidade filosófica comum).

A primeira edição do livro foi lançada alguns meses atrás. Neste ponto aconteceu algo muito estranho. Logo em seguida à publicação do material, comecei a receber cartas de um enigmático correspondente, ao mesmo tempo fascinado e revoltado com as nossas idéias, e que se insinuara, escandalosamente, como uma espécie de descendente do autor do *Projeto de Ética Negativa*. As cartas não paravam de chegar na minha caixa de correios, contendo ricos comentários acerca do meu texto. Isso me obrigou, de maneira quase compulsiva (pelo caráter abertamente polêmico da correspondência), a responder às mensagens com novas reflexões sobre nascimento e procriação, e temas correlatos. O misterioso autor das missivas nunca se apresentou, e com o andar do tempo, comecei a duvidar de sua mera existência, como se ele fosse uma projeção do meu próprio ego atormentado. Ele era casado e com dois filhos e tive oportunidade de conhecer a sua mulher, muito fugazmente.

Um bom dia, as cartas pararam de chegar e o nosso diálogo se interrompeu sem qualquer explicação, da mesma maneira abrupta como tinha começado. Apesar das muitas manifestações a respeito, o professor Julius von Kabra (assim ele assinava) nunca enviou seu endereço nem fez qualquer movimento no sentido de facilitar nosso encontro. De qualquer forma, nas edições sucessivas, decidi publicar tudo junto, o texto clássico de Cabrera, o meu texto, as cartas do prof. von Kabra e as minhas réplicas. O leitor notará algumas lacunas nesse epistolário porque várias cartas – minhas e dele – se extraviaram ou foram por mim destruídas em acessos

de ira. Esqueci de dizer que o professor von Kabra acrescentou também algumas notas de rodapé ao texto de Cabrera, que conservei na íntegra, apesar de algumas serem pedantes e agressivas. Quanto aos desenhos, eles foram feitos (segundo declaração do próprio professor Kabra) pela sua filha Érika.

Espero de coração que a leitura deste curioso material possa ser de proveito para todos, mas em especial que sirva para convencer as pessoas boas e esclarecidas deste mundo que o melhor que podem fazer pelos seus filhos possíveis é mantê-los indefinidamente como possíveis. Que a mera promessa de filhos sirva para suportar o sofrimento de ser, sem que precisemos, para isso, gerar mais sofrimento e mais ser. Que o fato de meu avô e meu pai não terem se absterido de procriar (e de eu ter me absterido, até hoje, de me matar) sirva pelo menos para que este mal-sucedido descendente consiga livrar alguém, por meio do efeito da literatura negativa, do infortúnio de nascer.

Thiago di Diabolis,
Septubro de 2121.

Observação: Ao ler os textos de Cabrera, o leitor do século XXII poderá estranhar algumas datações. É bom lembrar que no século XX, na época em que Cabrera escreveu sua obra, existiam apenas 12 meses (janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro). Ele não conheceu as modificações calendáricas, que se deram em decorrência das espantosas descobertas astronômicas de meados do século XXI, que obrigaram a acrescentar os novos três meses que hoje conhecemos (mabril, julhosto e septubro).

CAPÍTULO 1

ACERCA DO NASCER E DO PROCRIAR

(SE “TIRAR A VIDA” COLOCA PROBLEMAS MORAIS,
POR QUE “DAR A VIDA” NÃO OS COLOCARIA?)

Julio Cabrera, 2006

Aqui se desenvolve uma idéia da procriação que já se encontra em Sêneca, o clássico da ética negativa. São transitadas três linhas de problematização moral do nascimento: a inconveniência de dar algo de má qualidade a quem não pode recusá-lo; a possibilidade de uma manipulação que poderia ter sido evitada; e o desrespeito da autonomia reconstruída do nascituro. Mas apenas o caminho ético está bloqueado: existem muitas outras justificativas para procriar. E para matar.



INTRODUÇÃO

Acerca da imensa e incontornável seriedade do problema moral da procriação

“Ora, ora, vamos... o problema moral de nascer! O que é isso? Você deve estar brincando! (...) Como é que nascer pode ser julgado moralmente?”. E, não obstante, disso se trata, meus amigos, de julgar a vida moralmente, ainda que pese a Nietzsche.

Meu pensamento (que teve de abrir caminho no final do preconceituoso século XX, em uma época em que temas como eutanásia e suicídio ainda eram tabus) visa mostrar, mediante arguições (não se trata apenas de um *páthos* individual, ou de uma frivolidade literária), que a base última da nossa vida (e da nossa moralidade) não pode ser moral, que ela é, pelo menos, amoral e, muitas vezes, anti-moral; que viver não é algo que se possa justificar moralmente.

(Foi difícil, neste século ruidosamente “anti-metafísico”, voltar a falar em “base última”, mas acredito que essa fuga unânime de qualquer tipo de “fundamentalismo” configure uma das manobras afirmativas mais escandalosas deste século medíocre e sem densidade em que tive a desgraça de viver).

Na verdade, o escândalo do filósofo moral diante deste assunto já deveria explodir no meio do cotidiano mais banal. Pois as pessoas costumam desenvolver na nossa frente diálogos como o seguinte:

- Quantos filhos vocês estão pensando em ter?
- Ah, muitos, todos os que pudermos, dentro das nossas possibilidades. Todos os que Deus mandar. Um lar cheio de filhos é sempre uma festa, e eu devo isso para minha mulher, que já passou por tantas ansiedades e sofrimentos.

— Felizes de vocês, que podem ter todos os filhos que quiserem. Eu tenho problemas de esterilidade, mas estamos tentando resolver; também queremos ter muitos filhos, se for possível.

E prossegue:

— Até agora não quisemos ter, não achamos que fosse o melhor momento, pois educar um filho custa caro, mas fizemos os nossos cálculos e agora acreditamos estarmos em boas condições para tê-los.

— É bom ponderar e ver se os filhos não vão exigir uma diminuição muito grande do nosso nível de vida, ou significar um incômodo em nossas profissões e projetos, em lugar de um benefício.

— Eu gostaria de ter um casazinho, mas se forem dois do mesmo sexo, tudo bem.

— Hoje em dia, mediante ultra-sonografia, é possível conhecer muito sobre o bebê antes de ele nascer. Inclusive, em muitos países, você pode comprar pequenos filmes mostrando os movimentos do seu bebê.

Se o leitor (ou leitora) não se estremecer diante destes tipos de intercâmbios de frases, achando-os perfeitamente normais, ele (ou ela) não será ainda um leitor adequado para o presente texto. A leviandade, descontração e até frivolidade com que se fala em “ter filhos”, de quantos e como vão ser, do que se vai fazer com eles e do que deles se espera, e até de como podem ser exibidos já desde antes de nascerem, aponta para uma manipulação aberta e pública que mostra como essas atitudes são aceitas e celebradas pela sociedade mundial. Ninguém se estremece, todo mundo não apenas acha bom, mas louva as pessoas que assim se exprimem e que agem em conseqüência.

Mas, precisamente, o seguinte texto é filosófico porque se estremece ali onde ninguém mais o faz, analisa e critica ali onde ninguém analisa nem critica, como sempre foi a tarefa radical da filosofia (e por mais que ela perca diariamente essa sua radicalidade na assim chamada “filosofia profissional”).

Pois o diálogo anterior poderia ser gêmeo do seguinte:

— Quantos carros vocês estão pensando em comprar?

— Ah, muitos, todos os que pudermos, dentro das nossas possibilidades. Todos os que Deus permitir. Uma casa com muitos carros é sempre algo muito bom, e eu devo isso para minha mulher, que já teve que utilizar o transporte público durante muito tempo, passando por ansiedades e sofrimentos.

— Felizes de vocês, que podem comprar todos os carros que quiserem. Eu tenho problemas com meu crédito bancário, mas estamos tentando resolver; também queremos ter mais de um carro, se for possível.

E prossegue:

— Até agora não quisemos ter, pois não achamos que fosse o melhor momento; pois manter um carro custa caro; fizemos os nossos cálculos e agora acreditamos estar em boas condições para tê-lo.

— É bom ponderar e ver se ter mais de um carro não vai causar uma diminuição muito grande do nosso nível de vida, ou significar um incômodo em nossas profissões e projetos, em lugar de um benefício.

— Eu gostaria de ter dois carros, um de mais qualidade (talvez importado) e outro para o dia-a-dia, mas se forem dois carros econômicos, tudo bem.

— Agora, em vários *sites* da Internet, é possível conhecer muito sobre um carro inclusive antes de ele ser lançado no mercado. Em

muitos países, você pode assistir à pequenos filmes mostrando as características de seu carro em movimento.

A espantosa naturalidade com que estes dois discursos podem ser postos em paralelo mostra até que ponto se chegou em uma atitude fortemente manipulativa e objetivadora na questão da procriação. Mas o pior não é isso, e sim o fato de ninguém achar o menor problema nisso, nessa manipulação ter-se banalizado totalmente até o ponto de se ver o escândalo e o estremecimento diante dela como algo de anormal e de incabível.

No primeiro diálogo, inclusive, notamos algo como uma preocupação “responsável” por parte dos futuros pais: que bom que eles se preocupam, que não têm seus filhos de improviso e de maneira irrefletida, que calculam o melhor momento e o número de filhos que querem ter, para que possam prover as mínimas condições de sustento. Mas em nenhum momento se toma consciência do total pragmatismo com que esses cálculos “responsáveis” são encaminhados, como se se tratasse da compra de peças de mobília. Uma curiosa responsabilidade utilitária e funcional, onde a distinção entre coisas e seres humanos tende a diluir-se.

Esse viés utilitário e funcional se deixa ver claramente nas políticas públicas da procriação. Os governos se preocupam muito com a diminuição de sua população economicamente ativa, e se assustam diante de uma população crescente de velhos aposentados e improdutivos. Além dos discursos vazios sobre “as maravilhas da vida”, procriar pessoas é parte de um negócio internacional, parte do processo de produção de mercadoria útil e eficiente, um tipo de produção sujeita a cálculos e previsões como outro qualquer.

Muitos países, que pouco se importam com o caráter “sagrado” da vida humana em outros setores, já estão encorajando as pessoas a terem mais bebês. Na França, existe um incentivo para

as famílias gerarem uma terceira criança (além das duas regulamentares), por meio de uma recompensa mensal de 960 euros, desde a gestação até a adolescência, para que o problema econômico não seja obstáculo.

Além, pois, da manipulação direta dos genitores, há um cálculo social, econômico e político em andamento, em nível planetário, visando que a produtividade não diminua para aquém dos limites toleráveis ao mercado de vidas. Os discursos “filosóficos” acerca da “sacralidade” da vida e das suas maravilhas chegam apenas para fechar o círculo mercantil e utilitário da produção de vida humana no planeta, como se aquilo que faz falta comercialmente tivesse que ser mostrado também como sendo “bom”.

Mas não é bom! Na primeira das três linhas argumentativas sobre moralidade da procriação que desenvolvo neste texto, tento mostrar como a vida humana é sombria e tenebrosa, incrivelmente violenta e profundamente imoral. (Na verdade, mostra o que é trivial e todo mundo sabe, mas que se tornou importante apontar e formular, dado o extraordinário poder da ocultação). Como é óbvio, este aspecto da minha filosofia caminha no sentido contrário ao negócio planetário de criação indiscriminada de vida, num pensamento claramente anti-econômico. Curiosamente, o século XX celebrou ruidosamente a queda dos referenciais metafísicos e teológicos do pensamento, mas continua falando do “valor da vida humana”, um conceito que era claro à luz daquele referencial, mas que agora se tornou difuso e incompreensível.

A reprodução daquelas falas utilitárias sobre filhos e carros aponta para uma segunda linha argumentativa sobre moralidade da procriação, a da manipulação. Assim como na primeira linha argumento no sentido de ser moralmente indefensável impor algo que não tem qualidade sensível nem moral, nesta outra linha

argumento no sentido de ser moralmente indefensável tratar o outro como meio para finalidades e propósitos extrínsecos, familiares ou estatais (Eis aqui, é claro, o cerne da segunda formulação kantiana do imperativo categórico).

A minha terceira linha tenta mostrar que é moralmente indefensável supor que se o não-nascido pudesse autonomamente opinar acerca de seu próprio nascimento (numa argumentação retroativa, muito utilizada, por exemplo, na bio-ética contemporânea, especialmente na questão do aborto), ele certamente diria que sim,



que deseja nascer, sem qualquer sombra de dúvida, e estaria sempre contra qualquer obstáculo que se colocasse a seu nascimento, se ele visse que teria chances de levar uma vida “sadia e normal”. Creio que esta suposição é temerária e vai logicamente além do que os dados disponíveis o permitem, pois o experimento retroativo é construído de maneira parcial e tendenciosa, o que não permite a um hipotético “agente racional” tomar uma decisão ponderada.

Para facilitar a leitura do seguinte texto apresento aqui um breve resumo das três linhas: (1) Contestar a idéia usual de que, ao fazer nascer alguém, lhe estamos dando algo de “valioso”; (2) Apontar para a inevitável “manipulação” do ato mesmo de procriar; (3) Problematizar a idéia de que, se alguém pudesse opinar, pediria que lhe fizessem nascer. Cada uma das três seções de meu trabalho trata de uma destas linhas. Nelas já vislumbramos o que poderemos entender aqui por “moralidade”, segundo a qual

não é correto: (1) dar a alguém algo que consideramos desvalioso; (2) manipulá-lo; (3) desrespeitar a sua autonomia. Creio que estas três coisas acontecem quando procriamos. Este resultado filosófico pode conduzir muitas pessoas ou a estenderem seus escrúpulos morais além do usual, ou a exporem claramente e sem hipocrisias quão pouco escrupulosas estão dispostas a ser, ou poderia levar a uma refutação pelo absurdo do próprio ponto de vista moral sobre o mundo.

As minhas três linhas de argumentação são filosóficas e estruturais. Isto quer dizer que elas não devem ser confundidas com outras linhas anti-procriação baseadas em motivos intra-mundanos e empíricos. Alguns dos motivos apresentados por essas outras tendências são, por exemplo, os seguintes. Deveria desistir-se de ter filhos porque: (a) eles introduzem limitações em nossa vida, nos tiram tempo, impedem o pleno desenvolvimento de nossas vocações e interesses; (b) eles exigem uma grande quantidade de investimento econômico para poder mantê-los dignamente; (c) eles criam distanciamentos no casal, introduzem perturbações afetivas (o homem é preterido, etc.); (d) eles representam um grave problema ecológico; os nascimentos acontecem sem qualquer tipo de controle sobre as possibilidades efetivas do planeta.

Em nenhuma destas linhas o sofrimento humano, a desvalia da vida ou a manipulação do outro desempenham qualquer papel; pelo contrário, como foi visto, se trata de argüições fortemente utilitárias, onde parece que a vida humana é boa, tão boa que os filhos poderiam (se gerados em momentos inoportunos) prejudicá-la, trazer problemas aos indivíduos ou à espécie. A vida é boa, são os filhos que não são bons. A minha linha aqui é exatamente a contrária: não há nada de errado nos filhos, mas há algo de profundamente errado na vida humana, que leva à conveniência

moral de poupá-los do que sabemos ser desagradável para eles, por mais que isso estrague o nosso próprio prazer e satisfação.

Aparentemente, as nossas sociedades afirmativas e suas teorias morais se preocupam muito com a manipulação de seres humanos. Mas a preocupação pela manipulação parece unilateral, pois ela é veementemente denunciada no caso do suicídio (já Kant falava que, no suicídio, a pessoa utiliza seu próprio corpo como meio), um pouco menos veementemente no caso do homicídio (pois as sociedades afirmativas aceitam inúmeras exceções do manipular a vida do outro, baseadas nas ideologias da “legítima defesa” e da “segurança”), e jamais menciona a óbvia e evidente manipulação da procriação. De maneira que não parece ser a manipulação *stricto sensu* o que preocupa as sociedades afirmativas: tanto se dispõe do próprio corpo como meio quando se decide acabar com a vida como quando se decide continuá-la, e tanto se dispõe do corpo dos outros como meio quando se decide acabar com sua vida como (e mais ainda) quando se decide procriá-la.

As pessoas proclamam que a “experiência da paternidade (e maternidade) é extraordinária” e a recomendam a todos (e denigrem aqueles que não passaram por ela). Mas eu me pergunto: “extraordinária para quem?”. É certamente extraordinária para os genitores. Quando estes dizem que não apenas eles serão felizes e realizados com a experiência, mas também seus filhos, eles não percebem a insondável assimetria e descompasso entre essas duas experiências, a experiência de gerar e a de ser gerado. O gerado está obrigado a aceitar a experiência, a torná-la boa e interessante (e inclusive extraordinária); qual outra saída teria? Esta obrigação não está presente nos genitores, onde o caráter “extraordinário” da experiência é parte de um projeto envolvente e unilateral. As situações de ambas as partes são incomparáveis.

Assim, quando alguns replicam: “Não tem sentido você querer mostrar que a vida é má; você não pode decidir pelo seu filho; talvez ele goste de viver”, o que isso quer dizer? Claro! Em certo sentido, ele é obrigado a gostar! Mas esse “gostar” será sempre já um desesperado aceitar. O gerado não está em condições de, realmente, gostar. Poderia gostar se tivesse realmente escolhido. Diante do fato consumado, ele é obrigado a agarrar-se desesperadamente à vida. Ou “gosta” ou é destruído (por uma doença nervosa, ou pela sevícia dos outros).

Destas questões jamais colocadas trata o presente texto, até hoje mantido inédito por temor a represálias e vinganças afirmativas, tanto cristãs quanto nietzschianas (no fundo, muito parecidas).

Precisamente, comecei dizendo que a minha linha reflexiva era anti-nietzschiana. Quero acabar esta introdução esclarecendo o porquê, se isso já não for evidente¹. Pois do que aqui se trata é da tentativa de uma ponderação moral-racional da procriação, do fato de, como se diz, “dar a vida”, embora seja obscuro o tal “dar”. Deixar de ver a procriação como explosão vital que se justifica por si mesma. Gritos nos ensurdecem, mas, depois de repostos, perguntamo-nos por sua razão de ser. Tudo isso para dizer que, como questão metodológica, não se tomará aqui “a vida como tribunal de última instância”. Estou lhes convidando a indagarmos juntos sobre uma possível justificação moral do “ter filhos”.

1 As duas referências a Kant e este final anti-nietzscheano mostram até que ponto o pensamento ético de Cabrera se movimentara sempre dentro do ambiente reflexivo destes dois filósofos. Ele precisa imperiosamente da noção kantiana de moralidade para construir seu edifício teórico. Sem ela, tudo cai por terra. Para entender melhor estes cruzamentos Kant/Nietzsche, consultar Cabrera Julio, “Para uma defesa nietzscheana da ética de Kant (à procura do super-homem moral). Uma reflexão semântica” *Cadernos Nietzsche*, número 6, São Paulo, 1999. (Nota de v. Kabra).

Diz-se que ter filhos é algo de “natural”. Mas muitas coisas moralmente condenadas (como a violência, por exemplo) são “naturais”. Ao longo da história da ética, cansamos de escutar os moralistas dizendo que temos de resistir aos nossos impulsos “naturais” (a gula, o álcool, as drogas, os excessos sensíveis em geral) para sermos virtuosos. O impulso de reproduzir-se pode ser colocado no mesmo nível “natural” que os impulsos alimentares e os impulsos agressivos. Por que se deveria resistir a estes em nome da virtude moral, e ao primeiro não? Por outro lado, muitas vezes condenou-se as condutas homossexuais por serem “antinaturais”. O discurso moral, de acordo com os ventos que correm, parece pôr-se do lado da natureza ou contra ela. Afinal de contas, parece que a noção de “natureza” é utilizada de maneira falaciosa e unilateral.

Neste meu texto, eu estarei sempre preocupado com moralidade, não com o que é ou não “natural”. Segundo o pensamento aqui desenvolvido, algo “natural” pode ser moralmente condenável, e algo “anti-natural”, moralmente defensável.

Nietzsche disse: “Só há vida. Não há nada externo à vida que possa julgá-la”. Mas a vida criou um animal de cérebro grande e sexualidade insaciável (combinação pouco feliz!) capaz de julgar moralmente... a própria vida. Agora é tarde para dizer: “Só há vida”. Pois no meio dessa vida toda, há também vida julgadora. Não é absurdo julgar a vida a partir de uma forma de vida suficientemente desenvolvida para fazê-lo. O ser humano aparece na idade madura da vida, a idade em que ela já pode suicidar-se, encontrar seu próprio julgamento final por meio de uma de suas próprias produções, de maneira que a vida se suicida por meio de uma forma de vida, precisamente a humana.

Esta é a parte decididamente impopular de meu pensamento ético-negativo, aquela em que é preciso ter toda a cautela. Portanto,

as páginas que seguem devem apenas murmurar meu pensamento, com o explícito intuito de não ser escutado por milhares. Quem quiser aprendê-lo terá de forçar os ouvidos. O tema é desagradável, tanto de escrever quanto, mais ainda, de ler, de maneira que o leitor frívolo ou muito sensível poderá deixar o livro e pegar outro livro meu (por exemplo, *O Cinema Pensa*, que é muito mais convidativo)². Para quem quiser continuar, desejo-lhe boa sorte e sentidos aguçados para ouvir sussurros e ler letras pequenas.

Eu gostaria de ter uma previsão da repercussão das minhas idéias nos séculos vindouros (digamos, nos anos 2100 ou 2200), pois do século XX nada posso esperar. Mas também me alegra estar já perto de meu suicídio e não ter de enfrentar as iras ou simpatias de meus futuros leitores. Gostaria que este texto falasse por si mesmo, e que as pessoas percebessem que não se trata de brincadeira literária ou de suprema frivolidade. A vida humana é algo terrível, e fazer que alguém nasça é um dos atos mais carregados de responsabilidades e conseqüências que eu consigo imaginar.

2 É muito curioso este desdobramento na obra de Cabrera: por um lado, seu crepuscular ponto de vista ético-negativo, com a sua desagradável metafísica da vida; por outro, seus festivos estudos sobre logopatia, conceitos-imagem e filosofia do cinema, em seus livros *O Cinema pensa* (Rocco, Rio de Janeiro, 2006) e *De Hitchcock a Greenaway pela história da filosofia* (Nankin, São Paulo, 2007). Parecem trabalhos de dois autores diferentes, o que talvez aponte inequivocamente para o caráter esquizóide da obra do nosso filósofo (e talvez do próprio filósofo).

I. “SE FORES A SIRACUSA...”

(Primeiro argumento moral contra a procriação)

1. Do sentido do ser ao valor do ser

Heidegger se indaga sobre o sentido do ser, fazendo questão de não se pronunciar acerca de seu valor. Pelo contrário, é o valor do ser o que aqui me interessa especialmente. Creio, inclusive, enfrentando as iras de Heidegger e os heideggerianos, que pouco poderemos saber sobre o sentido do ser sem passar pela questão de seu valor, que não visualizamos a ontologia a não ser valorizando.



Pois o ser humano é um ser valorizador, que em seu pisar o mundo vai fazendo (em um dizer sartriano) buracos valorativos. É este ser valorizador, “esburacante”, que se pergunta pelo sentido do ser. Poderá ele dizer o sentido do ser, a não ser por intermédio de seu compulsivo e inevitável esburacar?

Mas ao colocar o problema do sentido do ser, Heidegger nos convida a pensar a “diferença ontológica”, a diferença entre ser e ente, e a este convite eu respondo de bom grado, pois dessa diferença eu também preciso para refletir sobre o valor do ser. Esta diferença é crucial para uma ética existencial, e especificamente para a questão do valor da vida humana (a única de que me ocuparei aqui: não falarei nada sobre o valor da vida das girafas).

Pois tudo o que habitualmente é dito acerca do valor da vida se diz, me parece, acerca de entes intramundanos, e não acerca do seu ser mesmo. As habituais idéias da “vida boa” referem-se a elementos ônticos (dos entes) das vidas, todo o “valioso” de uma vida humana está situado na dimensão ôntica.

Tentarei levá-los alegremente para a idéia de que, ontologicamente (no que se refere ao ser) a vida não é “boa”. Também a fechar as portas para seu amigo, o agnóstico, que proclama que a vida humana não é “nem boa nem má”.

2. Pequeno enigma moderno

Durante muito tempo pensou-se que a vida humana era boa em seu próprio ser. Mas esta idéia tornou-se enigmática uma vez caídos os referenciais religiosos e metafísicos que a sustentavam. Podemos sempre determinar o valor de um humano em relação a algo determinado: como professor, como dentista, como soldado. Mas não fazemos idéia do que seja vê-lo como “valioso em si mesmo”, pelo fato de ser humano.

É claro que os seres humanos dão muito valor a si mesmos em seu próprio ser, além do fato de serem professores ou soldados, e inclusive além de serem bons professores ou bons soldados. Mas assassinos, mentirosos e traidores também dão valor a si mesmos. É fácil dar valor a si mesmo. Será que o nosso “valor em si” provém somente de nossa própria autoavaliação? (E não poderá ser este supervalor que nos damos reflexo da profunda consciência de um grande desvalor fundamental? Pois por que deveríamos “dar valor” para algo que já o tem?).

Se quando as pessoas dizem que a vida é valiosa elas querem dizer que nós a tornamos valiosa por meio de nossas avaliações “esburacantes”, bom, então, estamos de acordo. Mas parece filosoficamente relevante notar que as avaliações podem estar fortemente induzidas por uma desvalia básica e fundamental, um desvalor do qual procuramos nos afastar por meio de nossas avaliações. Com o que elas, então, estariam provando precisamente o contrário de

um “valor da vida” em si mesma, em seu próprio ser, na medida em que ela precisa de nossos esforços para se tornar valiosa.

O que os propagandistas de “A vida é boa” deveriam então dizer é: é sempre possível tornar a vida boa, mesmo ela não sendo boa em si mesma. Devem-se incluir os esforços humanos na valoração. Mas as minhas três linhas tendem a colocar um véu de suspeita nesta possibilidade. Penso que a vida não é boa em si mesma, e que ela não se torna boa sem que se paguem altos preços.

Normalmente (como veremos em seguida) não percebemos quanta dor e imoralidade são necessárias para poder levar adiante essa luta. Pois nela devo dar (sou obrigado a dar) um enorme valor a mim mesmo em detrimento de outros. O valor desmesurado dado a mim mesmo é uma espécie de compensação do desvalor estrutural que me foi dado ao nascer.

3. Desesperados por viver

Também se diz que o valor da vida se prova na intensidade com que cada um de nós procura conservá-la. Mas o anseio por agarrar-se a alguma coisa não prova que esta coisa seja valiosa em si. Mais do que “amor pela vida” como algo “valioso”, a existência parece mais uma imensa “sede de viver”, algo cujo valor é duvidoso (a sede é valiosa?), e que talvez seja almejado ansiosamente por total falta de alternativas. Talvez até um “desespero de viver”, algo que desespera, não algo que possamos “amar”. Os “argumentos” em favor do “amor pela vida”, baseados no fato de que as pessoas se agarram desesperadamente à vida, parecem argumentos do desespero, não argumentos do amor.

Na verdade, não se “gosta” da vida, mas de si mesmo na vida, do desafio e da luta contra a reconhecida má qualidade da vida.

É a luta e o possível predomínio sobre essa má qualidade da vida o que resulta, afinal de contas, atrativo e interessante, como um jogo desafiador. Não é a vida o belo, mas nós mesmos lutando contra a sua feiúra.

Tem-se que entender este paradoxo: porque a vida é profundamente desvaliosa, trata-se de “vivê-la intensamente”; porque ela é desesperadora, trata-se de vivê-la desesperadamente, de querer desesperadamente viver. Estar desesperado por viver não significa que a vida tenha valor: ao contrário, não vale muito aquilo que nos obriga a uma aceitação desesperada.

Vive-se no desespero de viver, e não no belo, no gozo ou no amor. Somente algo que não pode ser livremente amado precisa exigir essa adesão compulsiva e incondicional. Viver intensamente é ocultar desesperadamente o desvalor da vida.

4. A diferença ontológica em registro negativo

Os filósofos têm feito uma distinção entre dois tipos de “valor” da vida, um valor sensível e um valor moral. Algo poderia ter valor sensível e não ter valor moral, ou algo poderia não ter valor sensível, mas merecer valor moral. Na tarefa de ponderar o valor da vida humana, devemos indagá-la, pois, neste duplo registro. Mas, ao mesmo tempo, esta indagação deverá ser perpassada pela diferença ontológica: a vida humana tem valor sensível ou moral em seu próprio ser (em seu surgir), ou apenas em suas características intramundanas?

Diferenciando ser e ente, aceitamos o aparente absurdo de poder dizer que a vida humana tem valor sensível e moral no plano dos entes, sem conceder-lhe esse valor em seu próprio ser, ou vice-versa. (Ver, mais tarde, o texto “A diferença genética”). (Para

um filosofar analítico, para o qual o ser é reduzido a um conjunto extensional de entes, nada disto faz o menor sentido. Já se sabe que o que diferencia e opõe filosofias analíticas e não-analíticas é o reconhecimento ou não da diferença ontológica.).

Muitas pessoas e muitos filósofos (como William James) já falaram que a vida é boa em seu ser apesar de desgraças particulares³. Por que não podemos inverter isto e dizer que a vida pode ser má em seu ser apesar de alegrias particulares?

5. Só se morre duas vezes

Para avaliar o ser mesmo da vida, não será indispensável introduzirmos a questão de sua mortalidade? Mas atenção: distingo entre “morte” e “mortalidade”, precisamente uma maneira de fazer a diferença ontológica (que eu chamo a “diferença tanática”). Distingo entre morte pontual (MP) e morte estrutural (ME). A primeira é a morte que acontecerá a todos algum dia (ou alguma noite); a segunda, a morte que já começou a caminhar desde o nosso nascimento, o decair, o finar, o terminar. (Por isto, mais recentemente, estou chamando “terminalidade” ao que aqui apresento como “mortalidade”). Segundo a ME, vida e morte estão, pois, internamente vinculadas ou, terminalmente vinculadas, pois a MP seria a simples consumação do que foi dado ao nascer. A esta vinculação interna chamo de mortalidade, para distingui-la da mera morte (MP).

3 É possível que a referência seja ao livro *The Will to Believe*, de William James, e especialmente ao artigo titulado *Is Life worth living?*, incluído nesta obra. Existem poucas alusões a este filósofo nos textos de Cabrera, que ele considerava o mais existencial dos filósofos pragmatistas. Há mais afinidades da filosofia negativa com os sombrios romances de Henry James, como *Uma volta do parafuso* e *Os papéis de Asperm*, do que com a filosofia de seu irmão William.

A mortalidade está mais vinculada com nascimento do que com morte. Muitos escritores antigos já tiveram a intuição da “diferença tanática”, entre eles talvez o mais claro e atual seja Sêneca (em obras como Consolação a Marcia, Consolação a Políbio e Epístolas a Lucílio).

O ser da vida humana é “ter-surgido-mortal”, é decair, é definhando, é falecer. Todas as ações humanas parecem movimentar-se, no plano ôntico, na direção contrária a esse definhando. Os valores “esburacantes” parecem demorar e adiar interminavelmente o surgimento-mortal do ser em sua consumação final. O ser da vida humana é ter surgido como uma força contrária a terminalidade interna do ser: o ser humano decai, definha e falece no sentido de fazer tudo isso de maneira opositiva, reativa, fugitiva, como se o ser que lhe foi dado não pudesse ser vivido em sua positividade, mas sempre negativamente, reativamente, criativamente. Mas a terminalidade do ser acabará ocupando todo o espaço criativo, engolindo o “ser-mortal” que decai, definha e falece. Em seu lugar aparecerá então o buraco que o constituía desde sempre, e que só agora se tornou evidente.

Aqui se perfila já um possível julgamento do valor da vida humana em seu ser: uma vida de definhamento, diante da qual somos compulsivamente obrigados a defendermo-nos, em um jogo que sabemos que vamos perder, pode ser vista como sensivelmente má para um ser humano, apesar dos valores produzidos intramundaneamente serem bons, precisamente no sentido de eles serem o adiamento de algo vivido primordialmente como mau. Assim, a vida não é vista como má por conter estes ou aqueles males intramundanos, mas em seu próprio surgir-mortal vivido na fuga e na derrota.

6. Meu filhinho de 65 anos

Assim, quando geras um filho, geras um mortal. Colocas alguém na mortalidade. Desse modo, é contestável que algo lhe seja “dado” sem que, ao mesmo tempo, algo lhe seja “tirado”. (Habitualmente, os genitores imaginam sua paternidade em relação a filhos pequenos e graciosos. Mas um pai de 83 poderá ter um filho de 65, momento em que, talvez, visualize claramente a mortalidade de seu filho, presente desde sempre.).

7. Se morrer é mau, então ter nascido é mau



Que a vida humana seja sensivelmente má em seu ser não pode depender de qualquer elemento intra-mundano reputado como mau. Pois os próprios bens intra-mundanos estão perpassados pela mortalidade (terminalidade) do ser (ME). Ter nascido é mau, na perspectiva ontológica, por termos sido colocados no processo da

mortalidade, com independência do que aconteça onticamente dentro dela. (Eis um pensamento impopular que sempre me trouxe muitos problemas)⁴.

4 Nunca saberemos a quem ele está aqui se referindo. Conhecemos somente a breve carta da Editora Vozes rejeitando a publicação do *Projeto de Ética Negativa*, no final da década de 80 do século XX. Fora isso, percebe-se a poderosa auto-censura que Cabrera se fazia quando tratava desses assuntos, como se ele mesmo se desse por conta de seu caráter incabível, ou da dificuldade de defender tais idéias contra todos os valores vigentes.

Não existe nenhuma diferença filosófica importante entre ter nascido (ME) e ter de morrer (MP), pois o nascimento é ontologicamente terminal, embora seja onticamente inicial (e é o que se “celebra” em nascimentos, um momento de máximo esquecimento do ser). É absurdo dizer que ter nascido é bom, mas ter de morrer é mau, porque ter nascido é o mesmo que ter de morrer, já que não nos é possível nascer não mortalmente. Se morrer é mau, ter “nascido-mortal” deve ser mau também.

A vida humana não seria má pelos seus eventuais conteúdos intramundanos maus (que se alternam com os bons), mas pela sua relação interna com a mortalidade do surgir-mortal do ser. Tudo o que fizermos neste ambiente será sugado pela origem mortal do ser, toda a vida que conseguirmos construir será, inevitavelmente, mortalidade, morte adiada (na qual, nada impede, pode haver luzes e exaltações).

8. Morte lenta

A mortalidade não é apenas a morte, mas o roce, o atrito, a fricção, o desgaste, a dor. Assim, a vida humana não é sensivelmente má apenas pela MP, pois poderíamos apagar-nos calmamente e a morte ser uma exaltação, uma apoteose estética, um esfumar-se angelical, um sopro, uma brisa fresca. Mas a mortalidade se consoma constantemente na dor, a consumação é tão dolorosa e atritada quanto o nascimento. Morrer, afinal de contas, não é tão fácil (abster-se de procriar é mais).

Não apenas a dor nos mantém acuados, mas a sua mera possibilidade, que sempre nos acompanha e nos assusta. Mas quando a dor já se manifestou efetivamente, o agnóstico (filósofo estóico frustrado) parece singularmente cruel quando afirma, por

exemplo, que o sofrimento insuportável do doente terminal “não é nem bom nem mau”.

Que a vida humana seja sensivelmente má em seu próprio ser parece trivialmente demonstrável (uma trivialidade que se torna, paradoxalmente, importante, devido aos mecanismos que persistentemente a ocultam).

Um mundo onde precisamos ser estóicos não parece ser um mundo bom.

Na afirmação agnóstica de que a vida “não é nem boa nem má”, não se concede que ela é má? (Pois se a vida fosse realmente boa, ainda haveria agnósticos)? (O agnosticismo como consolo).

9. Do sensível ao moral: a vida não é bela

Seres constituídos como os humanos não podem viver estes fatos radicais positivamente, com alegria, júbilo ou beneplácito. (Talvez apenas os personagens escatológicos de *ZOO*, de Peter Greenaway)⁵. Eles tão somente podem acostumar-se, resignar-se, sendo que no resignar-se se revela o desvalor (pois que sentido teria “resignar-se” a algo bom?).

Mas os padecimentos da mortalidade do ser não são somente sensíveis (à dor), mas também morais, na medida em que a mortalidade carcome nossas melhores intenções de termos consideração com os outros seres humanos (e com os animais).

A mortalidade do ser fecha os espaços de consideração moral, nos transforma em seres defensivos e agressivos, esquivos,

⁵ Este foi, ao que parece, um dos diretores favoritos de Cabrera, dedicando-lhe vários estudos no livro *De Hitchcock a Greenaway...*, antes mencionado. Parece que seus Greenaway favoritos eram *O bebê de Macom* e *O livro de cabeceira*, o que não surpreende.

desconfiados e argutos, não porque sejamos “maus”, mas por simples sobreviver (ou por simples infraviver). É o que chamo, em meus livros, “inabilitação moral”. A preocupação pela existência nos torna inseguros e mesquinhos, pouco dispostos a escutar, ansiosos e expansivos, sempre acuados pelo tempo curto e pela escassez de oportunidades. (Não apenas a ansiedade, mas também o tédio da existência leva à inabilitação).

Há, pois, um vínculo interno entre sofrimento sensível e inabilitação, pois o primeiro vai fechando os espaços da moralidade, até que, na dor suprema, não estamos mais em condições de termos consideração com os outros.

Decididamente, não podemos ser morais com todos os humanos, em todas as circunstâncias, em todos os tempos e momentos: até as estatísticas estão contra nós. Não apenas nos “grandes crimes da Humanidade”, mas no nosso mais familiar cotidiano.

Tentarmos ser honestos pode ser perigoso para nossa sobrevivência. Certo grau de insensibilidade e desconsideração nos é exigido pura e simplesmente para continuarmos vivos.

Os prejuízos que uns humanos podem causar a outros superam em crueldade e persistência aqueles causados pela natureza, pelas doenças, etc.: ou seja, a maldade moral pode superar a maldade sensível. (Lembrar o texto de Hume, no *Tratado da Natureza Humana*, Livro II, Parte III, seção I, onde ele sugere que um condenado à morte mais poderia esperar alcançar a liberdade pela quebra do ferro ou da madeira do cadafalso, do que pela esperança de mudar a inflexível vontade dos carrascos).

Assim, quando os pregadores da “vida boa” dizem que a consideração do valor da vida humana não deve limitar-se ao dado (a nossa condição de definhar, termos sido colocados num corpo que decai vertiginosamente), mas deveria incluir também a inven-

ção intramundana de valores, as reações criativas, respondo: além de ser parte de nossa angústia o fato de sermos compulsivamente obrigados a reagir contra tudo o que, desde o nascimento, nos ameaça, com a certeza da derrota final, é totalmente impossível criar os nossos valores sem prejudicar (ou mesmo destruir) outros projetos de valoração, os de outros seres tão “desesperados por viver” quanto nós.

10. Inviolabilidade negativa

Uma nuance de meu pensamento ético-negativo que nunca foi bem compreendida é que o desvalor sensível e moral da vida humana nos proporciona o que chamo uma “inviolabilidade negativa”: ninguém tem direito de prejudicar, ofender ou eliminar a vida humana, a não ser a própria⁶. O habitual preconceito afirmativo estipula que somente algo valioso pode ser inviolável. Sendo a vida desvaliosa em seu ser, como se entende que ela seja inviolável?

Mas ela é, realmente, inviolável em seu próprio ser (mesmo podendo ser onticamente violável em circunstâncias especiais), na medida em que todos estamos igualmente afetados pela estrutura mortal do ser, de tal modo que nenhum de nós vale mais do que outro. Poderia se dizer que todos valem exatamente o mesmo, ou seja: nada! Estamos igualados em zero, não num grande número, como crê o pensamento afirmativo. Para constituir a noção de inviolabilidade somente precisamos da noção de igualdade, e nós a temos: uma igualdade negativa. Estamos igualados pela desvalia estrutural de nosso ser.

Por isto é que, na ética negativa, não podemos matar (uma coincidência com o decálogo cristão que meus amigos

6 Cf. Cabrera Julio, *Crítica de la moral afirmativa*, Parte IV, 2, p. 198.

nietzschianos não perdoam). A inviolabilidade negativa, em todo caso, é boa para quem já está aqui, mas não faz sentido criar alguém para que a tenha.

11. Uns dias chove, outros bate sol

Em geral, quando que falei de um desvalor ontológico-estrutural da vida humana na praça do mercado (incluída a praça do mercado universitário) levantaram-se vozes iradas alegando que a vida não é só dor, mas também prazer. É o que eu chamo de “argumento vaivém” (“Há de tudo na vida, há coisas boas e coisas más”).

Mas isto está mal visto! Não há prazer na estrutura terminal do ser. Como poderia haver prazer no decair, no finar, no terminar, no padecer, no sofrer a própria corrupção, a decadência física e mental? O que se quer dizer (e nunca o neguei) é que os humanos criam no intramundo valores e gratificações capazes de contrabalançar a estrutura mortal do ser, e é nesse âmbito onde surge (ou, melhor, pode surgir, se tivermos sorte) o prazer (e possivelmente às custas da dor dos outros).

Toda vida humana é uma tentativa de equilíbrio entre a segura estrutura mortal do ser e os inseguros agrados e realizações intramundanas.

12. Delicado equilíbrio

As pessoas (incluídos os filósofos, sem exceção) confundem sistematicamente dois níveis de apreciação do valor da vida humana: o nível no qual capta-se o desvalor da estrutura, e o nível no qual vemos o possivelmente afortunado equilíbrio (sempre instável)

entre o desvalor da estrutura ontológica da vida (a sua terminalidade iniciada no nascimento) e os valores (possivelmente extraordinários, empolgantes, inebriantes, mas também ameaçadores dos projetos de outros) criados no intramundo. Pode-se, tendo um pouco de sorte, “levar adiante” uma vida agradável e realizada conseguindo equilibrar o desvalor estrutural do ser com aquilo que podemos obter do intramundo. Mas é inevitável pagar a conta, ou fazer outros pagarem.

13. Felicidade sempre mediada

Assim, quando alguém diz: “Eu sou feliz”, interpreto que ele quer elipticamente dizer algo como: “Consegui, por meio de procedimentos, atitudes, estratégias, ocultações, redefinições, esquecimentos, insensibilidades, falta de escrúpulos, crueldades e peças de humor, equilibrar de maneira sempre instável a pressão da estrutura mortal do meu ser com aquilo que o intramundo me oferece em termos de prazer e realização”.

A “felicidade” não tem essa “imediatez” que habitualmente lhe é atribuída: trata-se de uma complexa construção.

14. Pouco para oferecer

À luz da idéia tradicional de um “valor da vida humana”, fazer nascer pessoas costuma justificar-se em termos do desfrutar dos “bens intramundanos”, mesmo reconhecendo-se a existência de “males intra-mundanos” (o argumento “vaivém”). Isso é rapidamente confundido com uma apreciação do ser mesmo da vida. Justifica-se moralmente o procriar mediante a idéia de ser moralmente bom dar a alguém a possibilidade de desfrutar de

algo que se reputa valioso. Disto se seguiria, conseqüentemente, a problematidade moral da abstenção, já que se estaria privando alguém de algo que sabemos ser um bem.

O caráter problemático destas crenças fica abafado pelo bombardeio ôntico a que submetemos o ser da vida desde a nossa esforçada trincheira intramundana. O cálculo racional da procriação é, para dizer o mínimo, delicado. Temos, na verdade, pouco para oferecer àquele que nasce (*nascituri te salutant*): o frágil equipamento para ele tentar construir os valores num mundo que se lhe opõe. Vale a pena incomodar alguém em seu puro nada para colocá-lo à força em tamanha tarefa?

15. Otimista ôntico, pessimista ontológico

Alguém poderia ser intensamente feliz e realizado no intramundo (ter conseguido equilibrar a estrutura mortal do ser e a realização intramundana de valores) e, ao mesmo tempo, considerar uma catástrofe ter nascido (ou seja, ter recebido a estrutura mortal do ser).

16. Faça-o nascer; depois, que ele “se vire”

De um estrito ponto de vista moral, parece pouco justificado o cálculo que o procriador faz acerca do equilíbrio entre bens e males intramundanos e o fato estrutural da mortalidade – dando como resultado final ser melhor procriar porque, presumivelmente, aquele que nasce conseguirá “virar-se”.

Comparem com o seguinte cálculo: “Admito que envie X para uma guerra onde certamente seria morto. Mas eu argumentei assim: até chegar ao centro mesmo do perigo, X vai viver muitas

coisas agradáveis e proveitosas, vai conhecer pessoas e coisas que lhe darão satisfações. Eu poderia não tê-lo enviado a esse lugar, e X não seria, assim, exposto a morte segura. Mas o enviei, de qualquer forma, porque me pareceu que valia a pena que ele vivesse tudo isso, ainda quando a dor e o sofrimento o esperassem ao final, e eu o soubesse. X sempre foi muito esperto e eu sabia que ele ia se virar”.



Este argumento parece moralmente problemático. E há ainda um agravante no caso do procriar, quando comparado com esses outros casos: em todos eles a pessoa já está viva, e pelo conhecimento que temos dela, podemos presumir que “se virará”.

Na procriação, é o próprio ser da pessoa o que estamos constituindo, é o próprio mecanismo do “virar-se” o que estamos manufaturando.

17. Se fores a Siracusa...

Na *Consolação a Mária*, Sêneca já tinha utilizado a metáfora da “viagem problemática” para referir-se à questão moral da procriação, no contexto de um discurso consolatório dirigido a uma mulher que tinha perdido recentemente um filho: “Quem nega que é triste? Mas é humano: para isto fomos gerados, para perder, para morrer; para esperar, para temer; para nos inquietar e aos outros, para temer e desejar a morte e, o que é pior de tudo, para

nunca saber qual seja nossa condição” (*Cartas Consolatórias*). E em seguida: “Se alguém dissesse ao que parte para Siracusa: ‘Conhece com antecedência todos os inconvenientes, todas as satisfações da tua futura viagem, depois embarca. Estas são as coisas que poderás admirar’”.

Na continuação descreve Sêneca as belezas de Siracusa, a ilha, o mar, o redemoinho Caribdis, a fonte de Aretusa, o porto, etc. “Mas quando tiveres conhecido todas essas coisas, um estio pesado e nocivo destruirá os benefícios do clima de inverno; lá estará o tirano Dionísio, destruição da liberdade, da justiça, das leis (...) A alguns queimar, a outros espancar, a outros mandará decapitar por causa de uma leve ofensa (...)”.

E Sêneca delinear a alternativa: “‘Ouviste o que pode atrair-te, o que pode repelir-te; portanto, ou parte ou fica’. Depois desta advertência, se alguém declarasse que queria entrar em Siracusa, poderia queixar-se com direito de alguém a não ser de si mesmo, visto não ter caído em tal situação por acaso, mas ter vindo voluntária e conscientemente?”.

18. Melhor não embarcar

Obviamente, à diferença do viajante de Siracusa, no caso do nascimento o próprio viajante não tem a possibilidade de decidir se vai viajar ou não. É por isso que o problema vital (ou mortal) não é aqui o nascimento, mas a procriação, não um problema moral para filhos, mas para pais (ou para todos os humanos enquanto pais).

Assim o vê Sêneca quando convida Márcia a usar esta imagem para “a entrada na vida em geral”, imaginando que se venha a aconselhar alguém no momento de nascer, mostrando-lhe primeiro as coisas elevadas, e na continuação, as nefastas: “Mas nesse lugar

estarão milhares de pragas do corpo e da alma, guerras, latrocínios, venenos, naufrágios, desequilíbrio do clima e do corpo, prematuras perdas dos entes mais queridos e a morte que é incerto se será doce ou se virá em meio à pena e tormento. Delibera contigo mesmo e pondera o que desejas' (...) 'Responderás que queres viver, por que não?' (...) 'Ninguém, tu me dizes, nos consultou. Sobre nós foram consultados nossos pais, que, conhecendo as condições da vida, a esta nos trouxeram'" (53).

Note que as calamidades mencionadas por Sêneca são todas estruturais, no sentido em que uso o termo. Todas elas são perfeitamente conhecidas pelas pessoas que procriam. O pranto dos que perdem cruelmente seus filhos é, segundo Sêneca, injustificado, já que, em rigor, jamais tiveram o que crêem agora ter perdido.

Pouco motivo para embarcar: melhor não ir a Siracusa!

19. Todo mundo sabe

Eu creio que o desvalor sensível e moral da vida humana é algo que todo o mundo, de uma ou outra forma, reconheça. Incluindo os filósofos.

A força das religiões, a promessa sempre perseguida de outros mundos, outras vidas, vida eterna, vida sem dor; o enorme êxito editorial dos livros de auto-ajuda, os consultórios psicológicos cheios de pacientes, o uso de drogas, a criação, por meio da arte, de mundos fantásticos, povoados de heróis, terras maravilhosas e sentidos... tudo isso não mostra, desde sempre, que os humanos sofrem em suas peles trêmulas o desvalor da vida, apesar de agrados intramundanos, ou em contraste com eles, agrados que nunca parecem suficientes para contrabalançar a terrível ansiedade de ser (ansiedade confundida sempre com "amor à vida")?

Não mostra isso que o habitual discurso sobre “bondade” e “beleza” da vida é uma construção paralela a estas vivências primordiais do desvalor?

20. Mortos e inválidos

Os mortos e os inválidos também colocam de relevo o desvalor da vida humana. No caso dos primeiros, na rapidez e idoneidade com que os esquecemos, como se nenhum morto fosse capaz de impedir que “a vida continue”, que ele seja reavaliado e facilmente substituído. Era tão valioso assim aquele que não nos impede continuar, rir, fazer projetos sem ele? Se os humanos fossem realmente valiosos, não deveriam ser inesquecíveis e insuperáveis?

No caso dos inválidos, o desvalor se manifesta nas expectativas da “vida útil” que se dá aos inválidos (cegos, paráliticos, etc.), tentando mostrar-lhes que, afinal de contas, viver com uma deficiência não é tão diferente de viver sem ela. A valorização do deficiente acaba sendo uma desvalorização da pessoa “normal”. A vida é sempre dura e insuficiente, parece dizer-se aos inválidos; todos somos deficientes; não tens muito para lamentar...

21. A vida sempre como meio, nunca como fim

Os filósofos morais admitem, muitas vezes, que não é o mero viver o que é valioso (o mero estar aí), mas o que se faz com a vida. Vê-se como miserável a vida daquele que, por suas condições econômicas ou mentais, está obrigado a tão somente sobreviver, viver apenas para alimentar-se, durar, continuar vivo.

Não mostra isso que o filósofo moral percebeu desde sempre que não há nenhum valor intrínseco positivo no fato de ser, já que

todos os valores positivos provêm do intramundo? E o fato de que, deixados ao mero “ser”, os humanos são entregues ao desgaste e à corrupção, à decadência e ao malogro? Não mostra que o mero ser é desvalioso, que faz falta preenchê-lo com os valores do intramundo para que adquira algum valor positivo?

(Não sabiam isto muito bem os torturadores de Alcatraz quando simplesmente deixavam alguém dentro de uma pequena cela durante semanas, sem absolutamente nada para fazer, sem nenhum objeto intramundano para distrair-se, simplesmente com seu ser? Se o puro ser fosse algo bom, por que ficar sozinho com ele constituiria a maior das torturas imagináveis?).

22. Não os deixam fracassar

A imensa maioria da humanidade (os “excluídos” de Enrique Dussel⁷) não está em condições sociais de perceber o desvalor estrutural do ser. Sua situação onticamente penosa os faz acreditar, até a morte, que seus males são sociais, eventuais, contingentes e evitáveis. Em verdade, como Dussel o vê bem em seus próprios termos, eles são vítimas da desconsideração radical por parte de outros humanos, que por vicissitudes ônticas se apropriaram das riquezas e do poder, e submetem imensas massas de outros humanos a seus desígnios e vontades.

Para os excluídos, o mundo ainda aparece como algo valioso, pois a partir da privação do mais elementar, o alimento, o vestuário,

7 Interessante filósofo argentino, morando no México após atentado a bomba em seu país de origem, criador da ética da libertação latino-americana. Manteve com Cabrera uma polêmica sobre a questão do suicídio no contexto de uma discussão ético-política há mais de um século atrás. Cf. Cabrera Julio, “Dussel y el suicidio”. Revista *Dianoia*, México, maio 2004.

a habitação, etc. aparecem num horizonte de desejo que os torna maravilhosos, quando, em realidade, numa situação normal e justa, se trataria simplesmente do elementar para poder continuar (não digamos para “viver bem”).

Os excluídos são jogados num erro de percepção do mundo, que é a componente ontológica de sua exclusão e exploração. Eles são excluídos da visão da estrutura mortal (terminal) do ser, preservados dela ao serem afundados no intramundo que os exige de maneira absorvente e exclusiva: famintos e sem tempo para o ser.

É como se o desvalor estrutural do ser estivesse colocado no nível zero, enquanto os excluídos são inseridos à força no nível abaixo de zero, nos números negativos desde os quais o zero é visto como positivo e desejável. Chegar ao zero é a máxima aspiração dos deserdados, ou seja, da maior parte da humanidade.

Se a vida humana é sempre fracasso ontológico, os excluídos são aqueles aos que nem sequer se deixa a chance de fracassar.

23. Justiça negativa

O pessimismo estrutural, a visão do desvalor básico, é um luxo de classe, do qual está excluída a maior parte da humanidade. Para eles, os males ônticos são mais do que suficientes. Na verdade, os excluídos sofrem na pele o desvalor estrutural (por exemplo, na proliferação de enfermidades, na submissão às forças policiais, etc.). Os dominantes têm as condições para colocar anteparos intramundanos entre eles e a estrutura mortal do ser, enquanto os excluídos estão diretamente expostos a ela (e, em verdade, eles são parte do anteparo protetor dos dominantes). A libertação terá de incluir também o infortúnio a que todo ser humano tem direito: não condenar o pobre a todo tipo de alegrias despojadas. Não privá-lo de seu patrimônio negativo.

24. Este mundo é mau e não tem outro

Em toda a literatura filosófica ocidental, desde, pelo menos, *Os trabalhos e os dias*, de Hesíodo, até Schopenhauer, podemos ler com exultante prazer uma profusa e rica descrição do desvalor da vida humana. Mas isso ocorreu enquanto se tinha um outro mundo para o qual fugir (ainda em versões leigas, transcendentais ou dialéticas). Quando esse outro mundo caiu, quando Deus morreu, quando todas as transcendências foram impugnadas e o mundo se desencantou, desapareceu também, como em um passe de mágica, aquele discurso niilista e apareceram os discursos apreciadores do mundo (com Nietzsche encabeçando): já que não há outro, teremos que aprender a apreciar este mundo.

Mas todo o conteúdo niilista da filosofia tradicional e moderna me parece rigorosamente verdadeiro, com independência de sua envoltura religiosa ou consoladora. O que se interpretou em termos de pecado, queda, perdição e redenção, acaba sendo uma descrição fiel do mundo em seu desvalor imanente. Só algo muito mau poderia ser historiado e apresentado como queda, erro, expiação e culpa.

Agora sabemos que o mundo é mau, mas que não há nenhum outro, nem ninguém que seja culpado disso, que não “caímos” no mundo por algum pecado, mas que estamos, desde sempre, “caídos” ou, melhor, que o mundo “caiu” em cima de nós.

25. Dizer sim à vida (como Nietzsche) não é atribuir-lhe um valor

A aceitação afirmativa da vida “apesar de tudo” não prova seu valor estrutural, mas tão somente manifesta uma atitude vital (a de

Nietzsche, a aceitação da vida “com todos os seus terrores”) que ratifica a análise negativa da estrutura (já nas próprias expressões “apesar de tudo”, “terrores”).

O dizer que sim à estrutura não possui, em si mesmo, nenhum elemento que prove o valor estrutural da vida. Podemos dizer que sim a qualquer coisa, incluso ao mais detestável e aterrorizador, ao que não tem nenhum valor.

Aqui se trata de descrição, não de atitudes. E, por outro lado, já no pólo da máxima dor, não se pode continuar dizendo sim à vida “apesar de tudo”. Pois, nesse caso, eu mesmo me transformo no “pesar” de viver: o aceitar a estrutura “apesar de tudo” transforma-se no aceitá-la “apesar de mim mesmo”, algo que já não posso permitir-me.

Quando o próprio Nietzsche viu-se nessas circunstâncias, escolheu a loucura.

26. Apesar de tudo: o tudo pesa

Se, como dizem os afirmativos, “a vida, apesar de tudo, é boa”, eles reconhecem que o “tudo” deve ser mau, pois algo não pode ser bom apesar de algo sem que esse algo não seja mau. Se não, seria bom em virtude de (e não apesar de). Se a vida é boa apesar de tudo, significa que a vida é má em virtude de tudo.

27. Oportuna ambigüidade da expressão “sem valor”

Das várias vezes que tentei mostrar, em escritos e conferências, o que antes eu chamava a “falta de valor” da vida humana, ouvi esta surpreendente réplica: “Mas ‘falta de valor’ não implica ‘desvalor’; se algo ‘carece de valor’, então não é nem bom nem mau”.

Mas é claro que utilizo o termo “falta de valor” no sentido de “desvalor”, como quando digo a um estudante: “Veja, seu trabalho não tem nenhum valor” para significar que o trabalho é muito ruim, e não que não vou avaliá-lo.

Dizer que a vida humana vale zero, não significa dizer que não vamos atribuir-lhe nenhum valor, mas que lhe atribuímos zero ou algum número abaixo de zero, o que é uma avaliação negativa e não a recusa de uma avaliação. Atribuir nada não é o mesmo que não atribuir.

O desespero afirmativo aposta no delgado fio que separa um “valor não” de um “não valor”, uma negação *De Re* de outra *De Dicto*. Como se as pessoas, diante da convicção da problematicidade do mundo, ainda apostassem num agnosticismo tranqüilizador: do fato de o mundo não ter valor não se segue que ele tenha um valor não. Mas é óbvio que não ter valor significa que não vale nada, e não que se suspende o juízo.

28. Transição para o segundo argumento

A falta de valor estrutural da vida humana configura um claro motivo para abster-se de procriar. Mas, ao procriar, os geradores não apenas afundam seus filhos na desvalia sem qualquer escrúpulo, mas também os utilizam como uma estratégia de ocultação da própria desvalia. Pois gerar mais e mais seres é uma maneira de sugerir a idéia de que, afinal, existe algum ser para ser vivido. Algo que parece começar (e começar algo de radicalmente novo, na idéia de Hannah Arendt) oculta fortemente a terminalidade constitutiva do ser. De maneira que os filhos são, *ab initio*, duplamente manipulados. E de manipulação vamos agora falar.

II. CRIANÇAS: MODOS DE USAR (Segundo argumento moral contra a procriação)

29. Teus filhos? Mas, de quem?



Há uma outra linha, muito expressiva, para insistir na problematidade moral da procriação. Ela não transita pelo desvalor da vida, mas parte da própria articulação ética fundamental (AEF) como imperativo da consideração dos interesses do outro, além dos meus próprios. Nisto seguindo o espírito e a letra da famosa segunda formulação do imperativo categórico kantiano. O usar os outros como meio para os próprios objetivos e propósitos talvez seja, na tradição do pensamento ético moderno, o próprio paradigma da desconsideração, ainda quando não se chegue ao extremo da crua manipulação.

O usar o outro como meio é bastante claro em muitos casos de procriação: filhos para superar crises matrimoniais, ou como armas da própria crise (filhos de pais divorciados postos em situações de escolhas traumáticas, chantagem e espionagem), ou para preencher o vazio de vidas que “perderam seu sentido”, cuidar dos pais na velhice, continuar algum projeto de vida, reivindicar ou provar alguma coisa para terceiros, serem herdeiros de algum trono, novos donos de uma grande empresa, ou, simplesmente, para “fazer o que eu não fiz”.

30. Objetos de exibição

Fazendo uma fenomenologia de falas e atitudes, se poderá ver em qualquer caso (ainda naqueles não enquadrados nas situações

acima descritas) comportamentos de exibição daquele que nasceu, mostrando-o com orgulho e ostentação, às vezes com crueldade (por exemplo, a mulheres que não podem ter filhos), quase sempre com festejos e exageros. Não pode deixar de estremecer a leviandade com que esta objetivação do nascido é levada a cabo, como se se tratasse de algo adquirido a bom preço. Nem precisaríamos de elementos de “ética negativa” para estremecermos: bastam as velhas categorias da moralidade afirmativa.

31. Encantadoras imperfeições das crianças

“Durante os primeiros nove meses não há som algum associado a uma situação específica, embora a euforia dos pais atribua significações aproximadas ou caprichosas. Às vezes um fonema acidental se aceita como um apelido do pequeno, que mais tarde se comenta nas confraternizações e envergonha o destinatário, que se vê obrigado a explicar em ocasiões a origem do sobrenome. Se observa nos princípios do aprendizado que embora a criança ascenda paulatinamente à articulação do vocábulo ou à formulação das primeiras frases, os pais descem ao nível de linguagem da criança e falam com o pequeno imitando às vezes seus fonemas e seu tom de voz, prolongando assim certas imperfeições de linguagem em que os convidados ‘acham graça’” (Thenon Jorge, *La Imagen y el Lenguaje*, Editorial La Pléyade, Buenos Aires, 1971, p. 81).

32. Festa

Todo o barulho, o entusiasmo, a euforia que rodeiam o nascimento de uma criança, a forma pela qual ele é funcionalmente programado, os empenhos com que se escolhem seu nome, suas



roupas, seus horários de comer e dormir e as maneiras em que se lhe dedica tempo e preocupações laboriosas, ao longo de situações onde o bebê é mostrado, exibido, onde suas graças e vacilações

causam riso e encanto, tudo isso oferece uma interessante fenomenologia de atitudes cujo alto grau de manipulação é serenamente ocultado nos rituais do recebimento, sem sentir-se a tremenda seriedade de ter colocado um ser na áspera estrutura da vida.

33. O nascimento entre o excesso histérico e a depressão

Assim como podemos perguntar-nos o que é que os humanos acham que “perdem” quando morre alguém (o problema do luto), sempre podemos perguntar o que é que eles acham que ganham quando alguém nasce. Parece-me que se trata das duas pontas de uma mesma ilusão, ou de dois setores do mesmo não-ser cuja falta, paradoxalmente, sentem os humanos. É muito estranho observar as manifestações de contentamento, os gritos, as risadas, os pulos, as chamadas telefônicas, as piadas, os comentários exacerbados, o grande dispêndio corporal, a longa vigília, tudo isso que rodeia o nascimento de um bebê. A primeira idéia que vem é a de um estranho “excesso”, pois sabemos que o mundo tem apenas um valor reativo que temos que criar permanentemente, e que esse trabalho é duro e inglório. Não há porque nos sentirmos felizes em nascimentos.

Por que um evento que deveria entristecer, ou que deveríamos realizar, em todo caso, como uma espécie de penosa obrigação

genética, é acompanhada de toda essa balbúrdia ensurdecidora? Acredito que se trate de um comportamento compensatório e defensivo, um dos lugares mais típicos da invenção intra-mundana de valores. A histeria do nascimento deveria situar-se entre a defesa e a conversão, como uma forma de manter afastadas as representações ligadas com afetos desagradáveis e, ao mesmo tempo, de teatralizar o conflito psíquico em sintomas corporais diversificados, mas sempre paroxísticos. Devemos suspeitar deste barulho tão curiosamente “fora de lugar”, tão profundamente inadequado.

Por outro lado, filhos nascidos do tropeço, não queridos nem amados, nem mesmo na hipocrisia histórica, que nascem para serem humilhados e utilizados, desprezados ou tratados com indiferença, são filhos do defeito, não do excesso, mas igualmente manipulados. Há manipulação tanto no excesso histórico quanto no defeito depressivo: mães que amam demais, mães que não amam, todas manipulam, pois também se manipula com a indiferença, inclusive com a indiferença amorosa. Aviso para depressivas: o filho não tem nenhum dever, nenhum compromisso, dada a unilateralidade da procriação. Ele não assinou nada, não deve nada, não sabe de nada. Os deveres dos genitores em relação aos filhos são absolutos e assimétricos: ao direito absoluto de procriar, tão utilizado pela humanidade, corresponde um total esvaziamento de deveres da outra parte.

34. Mistificação da Grande Mãe (Pensamento sussurrado)

Em nossas sociedades afirmativas, a mulher não-mãe é rejeitada e caluniada, mesmo em atitudes cautelosas e fingidas. A Mãe, pelo contrário, é celebrada, tanto no período de “doce espera” como depois do nascimento, rodeada de reverências e atenções.

O bebê é visualizado exclusivamente em sua inegável dimensão estética (aquela coisa pequenina, irresistível). O que deveria ser, em todo caso, um ato sóbrio e comedido, transforma-se numa parafernália exibicionista e histérica, onde os adultos se infantilizam e a criança é objetivada.

(Enquanto não dispusermos de mecanismos críticos para isto, a nossa moralidade estará formulada de maneira incompleta, pois nas estruturas da maternidade e da procriação são compreendidas outras atitudes sociais manipuladoras, como se aquelas proporcionassem a matriz geral de nossas relações com os outros. Não sem razão fala-se em “maternalismo” e “paternalismo” para criticar outras atitudes que não estão diretamente vinculadas com nascimento e procriação.)⁸.

35. Mistificação do Grande Pai

Quando estamos muito orgulhosos com uma obra (literária, musical, filosófica) que acabamos de finalizar ou de publicar, e manifestamos o nosso imenso orgulho diante da sociedade, somos freqüentemente punidos por sermos soberbos e arrogantes. “Vejam só!”, eles dizem, “Pensa que é um gênio! Não espera que os outros o elogiem; como se tivesse feito grande coisa! É uma vergonha!”. Entretanto, quando alguém ganha um filho e ma-

8 Neste aforismo, voltamos a encontrar aquela mesma auto-censura a que me referi em outra nota. Pensamentos sussurrados (às vezes escritos em letras muito pequenas), apontando para a indecisão de Cabrera, como se quisesse, ao mesmo tempo, ser e não ser lido. Como no caso de Schopenhauer, as relações de Cabrera com sua própria mãe são decisivas para entender seu texto tão amargurado e tendencioso. Ainda, um adequado estudo psicológico poderá desvendar as raízes biográficas da ética negativa.

nifesta seu imenso orgulho como pai, a sociedade compreende, aplaude e apóia: “Olhem só, o orgulhoso pai! Também, quem não estaria orgulhoso com criança tão linda!”. Curioso e irritante que não possamos estar orgulhosos de algo que nos custou imenso trabalho realizar e que é puro fruto de nossa sensibilidade mais apurada, e que nos permitam explodir de orgulho apenas por termos exercido com sucesso as nossas funções biológicas mais elementares, funções que qualquer um é capaz de exercer, mesmo quem não possui qualquer talento, mesmo quem, talvez, seja o mais desprezível dos humanos!

36. Toda procriação é manipuladora

O uso que fazemos do outro na procriação é ontológico e total, constitutivo, no sentido de o próprio ser da pessoa estar sendo feito, e não algum elemento intramundano. Na tradição afirmativa, se dirá que isto é inevitável, já que aquele que nasce não pode ser consultado. O autoritarismo e a assimetria são incontornáveis.

Mas, o são? Não existe qualquer obrigação de procriar. Sendo possível abster-se, a procriação pode ser moralmente julgada como ação de uso do outro como meio (e inclusive de manipulação), que sempre poderia evitar-se. Se este elemento de uso como meio é geral, e não aponta para características intramundanas evitáveis, dado o caráter evitável da procriação, não se vê como (sem reasumir algum dogma ou axioma sobre o “valor sagrado da vida”) se poderia evitar o julgamento moral da procriação em geral na base do imperativo kantiano da não manipulação.

(O próprio Kant foi incoerente ao não se dar conta de até que ponto seu “fanatismo moral” – como Nietzsche chamara – coloca em perigo a vida de maneira radical).

37. Seguir procriando, mas não por motivos morais

Tudo isto não indicaria o cessar da reprodução e o fim da humanidade, mas a conveniência de aceitar que a geração de pessoas acontece, de fato, sobre bases não morais. (Possivelmente pragmáticas: para que a humanidade não se extinga, por exemplo. Mas a não extinção da humanidade não é, *per se*, motivo moral; pode ser, no máximo, condição empírica do desenvolvimento da moralidade. Mas nada exclui que possamos desistir deste motivo empírico por razões morais: a humanidade poderia, em um experimento de pensamento, optar por sua desapareição com base em motivos morais.).

38. Perdido paraíso

Contra o “argumento Adão e Eva”: se eles tivessem exercido a ética negativa, e tivessem tido escrúpulos morais para procriar, então a humanidade não teria existido. Bom, que seja! Estou falando em moralidade, não em sobrevivência. A moralidade poderia exigir não continuar vivendo, e a sobrevivência poderia ser possível somente à base de imoralidade (de manipulação e desconsideração).

De maneira que se Adão e Eva tivessem se abstido de procriar, talvez tivessem agido moralmente, mesmo quando isso tivesse tido como consequência o não surgimento da humanidade (por que não pensá-lo como o Grande Ato Moral Inaugural da humanidade, à sombra de cuja não realização vivemos até hoje todas as nossas misérias?).

39. Criar o mundo para depois salvá-lo?

Na verdade, as pessoas (mesmo de diferentes classes sociais) desejam ter filhos e alimentam expectativas e desejos manipulados-

res em torno do filho que vai nascer. De maneira que os argumentos de que se está fazendo nascer alguém “para seu bem”, para que goze dos bens intramundanos, não são demasiado convincentes diante da curiosa parafernália em torno do acontecimento de alguém que nasce.

As classes mais baixas parecem menos hipócritas que as altas no que se refere à procriação de filhos, mesmo que não menos cruéis e manipuladoras. Assim como é absurdo que Deus criasse um mundo para depois “salvá-lo” (ver meu *Excursus* sobre Leibniz na *Crítica da Moral Afirmativa*), parece absurdo colocar alguém na mortalidade para depois fazer de tudo para ocultá-la dele.

40. *Reductio ad absurdum* da moralidade

Há quem creia que se a vida mesma é moralmente condenável nestas duas linhas (desvalor estrutural da vida e manipulação), se, afinal de contas, viver é imoral, isso seria uma espécie de prova *ad absurdum* da impossibilidade do ponto de vista moral sobre o mundo. Eu prefiro seguir as linhas de argumentação aqui propostas até as últimas conseqüências. Talvez não seja a moralidade o que é absurdo, mas a vida mesma. Por que não dizer que a moralidade é a prova *ad absurdum* da impossibilidade da vida? Se vida e moralidade se opõem, não é óbvio que devemos optar pela vida. Em lugar de afirmar a minha vida, posso negativizar a minha ética.

41. O amor não é ético

O amor é impulso vital, não motivo ético. Se se alega que se procria por amor, não se avança um passo na direção de uma justificação moral da procriação. Dizer que se decidiu por amor é dizer tanto como que se agiu em virtude de um impulso natural

irresistível. Mas aqui falamos em moralidade, e de uma possível justificação moral da procriação.

A família é uma comunidade afetiva, vital e amorosa, não uma comunidade moral. Quando alguém forma uma família, em certo modo se encerra em um grupo pequeno capaz de protegê-lo incondicionalmente: ele não precisa ser moral para ser amado por sua família.

(Não dizem as mães de assassinos, por exemplo: “Não me importa o que tenha feito; é meu filho, e estarei sempre do seu lado”? Não justificam seus roubos e desvios de dinheiro público os funcionários corruptos dizendo que tudo que fizeram foi “por amor a minha mulher e a meus filhos”?).

42. Amor e ódio

A procriação não pode ser justificada pelo amor, assim como o heterocídio não poderia ser justificado pelo ódio. Pode haver tanta manipulação no amor quanto no ódio, e é primariamente a manipulação o moralmente injustificável, e não o ódio. É melhor deixar amor e ódio fora da moralidade (inclusive porque, como Freud mostrou, eles se convertem um no outro com incrível facilidade).

43. Filhos matam pais, depois de serem mortos por eles

A vida, que foi gerada assimétrica e manipuladoramente, tentará depois se constituir em estrita oposição a seu próprio processo gerador e, nesse processo, como Hegel o viu em suas conferências de 1803/4, embora de uma outra perspectiva, os filhos se transformam na morte de seus pais. Pois um ser humano não admite eternamente ser manipulado e objetivado. Tão logo tenha uso de razão e iniciativa, se abrirá caminho para sua própria autonomia,

contra todas as previsões e planos de seus pais, num projeto de reivindicação inevitável e violento.

É estruturalmente inevitável que os filhos tentem construir seu próprio ser autônomo sobre os restos daquilo que seus progenitores pretendiam destinar-lhes. Será com os restos desse ser despojado que o filho fará necessariamente a sua própria formação, gerando uma verdadeira luta de morte pela autonomia, no fundo, pela autonomia que foi primitiva e originalmente ofendida no ato mesmo da procriação, na estrita medida em que ela poderia ter sido evitada.

44. Nascendo de novo

Desta forma, o filho parte agora para uma viagem sem retorno, onde a oposição ao ser que lhe foi imposto não pode deixar de aparecer como uma componente fundamental de sua verdadeira constituição, de seu segundo nascimento, como se quisesse liberar-se da manipulação da qual foi objeto no primeiro. Mas isso é tão impossível quanto a própria moralidade da procriação: assim como os pais não podem justificar moralmente seu ato procriador, da mesma forma os filhos ficarão infinitamente dependentes do mesmo, por mais ousadas que pareçam suas atitudes e gestos emancipadores e reivindicadores. Pois tudo o que fazem para opor-se a sua gestação, o farão em estrita correspondência à dependência que crêem estar superando.

45. Contra a alegre aceitação da manipulação por parte do vitalista

Seria possível um vitalista fanático ver em tudo isto apenas as oscilações perfeitamente “naturais” da vida. A vida é cruel e

segundo o vitalista, devemos aceitá-la plenamente, com toda a sua crueldade. Mas eu não sou vitalista, de maneira que me horrorizo diante da manipulação, mesmo quando seja “natural”, ou precisamente por sê-lo.

46. Amoral e imoral

Os vitalistas dizem: a vida não pode ser julgada moralmente; ela não é moral nem imoral, mas pré-moral, ou amoral. Mas isso, certamente, não se aplica a uma vida humana. Seria absurdo acusar de imorais um animal ou uma planta que se expandem inocentemente; mas essa inocência está vedada ao homem. A procriação não tem o mesmo índice de valoração nos animais e nos humanos. A abstenção de procriar não está ao alcance dos animais, nem a significação da procriação ou do grau de manipulação que ela acarreta. (É mais viável que animais se suicidem do que se abstenham). Se a moralidade é definida como a exigência de não-manipulação, então a vida apóia-se em imoralidades fundamentais, e não em práticas pré-morais. (Demasiado cedo para os deuses, demasiado tarde para o animal).

47. Quando não se pode fazer nada na vida, se faz mais vida

O “ter filhos”, como se diz (e atentem para este terrível uso de “ter”), é ao contrário do que se pensa, a própria patente do desvalor estrutural da vida humana. Pois os filhos são vida pura, simplesmente a continuação da vida. Apesar do que os pais programaram para eles, os filhos não são “para” algo, simplesmente são. Os progenitores esquecem que o que fizeram foi, simplesmente, vida, na dificuldade ou impossibilidade de fazer algo com suas próprias vidas.

De certa forma, o maior niilismo vital, a maior convicção acerca da falta de valor da vida, é o ter filhos. A vida humana sem valor está estruturada para reproduzir-se indefinidamente, empurrando o nada dos pais para os filhos. Os filhos são a confirmação de que não há nada, não houve nada, não haverá nada... apenas filhos. O mesmo nada instalado agora em outro ser; mas não, nem sequer outro nada: o mesmo nada em outra pessoa, um nada que se pode agora controlar, objetivar, no qual se possa ver o próprio nada desde um lugar seguro.

A falsa (na verdade, impossível) continuidade dos pais nos filhos é a patente da falta de valor da vida humana, pois se ela fosse valiosa haveria alguma coisa para transmitir por meio dos filhos, haveria algo de valioso nos filhos, e não apenas filhos.

O ter filhos é a própria consumação do desvalor do ser, a possibilidade de deslocar o que não há, o que nunca houve, em outras direções.

48. Dependência infinita dos filhos

A manipulação do nascimento continua natural e fluentemente nas manipulações da infância, por meio do “processo educativo”. Aqui a objetivação é gigantesca, tanto nos sistemas autoritários quanto nos mais “liberais” e “críticos”. Há algo de interessante no programa Lipman de filosofia para crianças: ele problematiza a afirmação, de que diante da criança só cabe coação. Isto é impugnado por meio de uma tese ultra-racionalista, de que a criança, apesar das aparências, é racional, moral, pode argumentar, etc.

Posso aceitar que a coação da infância consiga ser amenizada, desta maneira ou de outra, mas não a coação do nascimento. Ou: posso aceitar que se amenize toda a coação da infância que não esteja filiada à infinita dependência da coação do nascimento.

Poderemos responder a todas as perguntas da criança, menos esta: “Por que me fizeste nascer?”. Confiamos que a criança jamais perguntará isso, e se perguntar, a mandamos para um bom psicólogo.

49. Não podemos ser morais com as crianças

A falta de moralidade diante das crianças pequenas é uma consequência inevitável da falta de justificação moral do nascimento, fruto de uma transgressão ética fundamental. Qualquer argumento afirmativo, qualquer conceder de autonomia à criança será derivado, secundário, um disfarce da grande manipulação instauradora.

Não creio que seja possível uma solução afirmativa para este problema. Dada a vinculação da infância com o nascimento, poderíamos ter essa solução afirmativa somente se pudéssemos obter uma prova do valor da vida, em cujo caso justificaríamos ético-racionalmente a moralidade do nascimento e, por conseguinte, a nossa atitude diante de crianças pequenas. Nesse caso, a coação seria eticamente justificável. Mas esta prova (como sabemos) não está disponível e, portanto, a saída afirmativa está fechada.

Mas não a saída negativa, que se funda na idéia de uma dependência manipulativa infinita, que parte do nascimento e se expande até a infância... e até o adulto. É o nosso ser o que foi escolhido de maneira coativa, de maneira que já é tarde para colocar a questão da moralidade com crianças pequenas. Essa moralidade só poderá ser trágica, um manejo intramundano do injustificável (um resultado inaceitável para éticas afirmativas).

50. Desculpa, menino

Só dentro de uma ética negativa poderemos enfrentar os olhos das crianças. O respeito pela criança funda-se no pleno reconhecimento da transgressão moral originária, amplamente ocultada nos mecanismos “educativos” afirmativos.



Deveríamos manter como fundo de nossas atitudes ônticas diante das crianças, sem disfarces nem ocultações, a trágica responsabilidade moral de tê-las feito surgir. É o desvalor da vida, a coação inevitável do nascimento, o ter afundado a criança na dor e na inabilitação, o que funda uma moralidade (negativa) para com crianças. Devemos à criança uma desculpa ontológica.

51. “Tropeços” e moralidade

Relendo Freud (*Psicopatologia da Vida Cotidiana*) recupero a noção de “tropeço” e de “torpeza”, da atrapalhação do inconsciente, que às vezes (seção VIII) ele liga com danos auto-infligidos e suicídio. Mas se isso se aplica ao suicídio, a diferença tanática nos leva a pensar no caráter fortemente “tropeçante” da procriação, como se todos os nascimentos fossem ontologicamente acidentais. Se ninguém quer morrer, ninguém gosta realmente de nascer. O fator acidental perpassa todas as nossas ações, a morte é tão acidental quanto o nascimento. Isto deve ter um impacto

no moralismo acusador da ética negativa: progenitores são mais atrapalhados do que maldosos, e podem ter atenuantes na hora de serem julgados moralmente.

(Não pensar que aqueles que nos prejudicam são necessariamente argutos e maldosos; podem ser, simplesmente, estúpidos).

52. A diferença genética⁹

Quando as pessoas (e especialmente as mulheres, e muito especialmente as mães) me dizem: “Você não gosta de crianças”, e eu lhes respondo: “Claro que eu gosto; não gosto de pais”, elas se sobressaltam, riem nervosas, se mexem em suas poltronas, acomodam seu bebezinho no colo pela milésima vez, e respondem: “E como vai ter crianças sem pais?”.

Eu creio que nesta resposta as mulheres (e em geral muitas pessoas) ignoram o que eu chamo de “diferença genética”, mostrando a distinção pai/filho como estruturalmente vinculada com a distinção ser/ente. A minha idéia é que você pode rejeitar a pura aparição de filhos no mundo (ou seja, seu ser), mas, uma vez ela produzida, você poderá gostar do produto (ou seja, dos entes), sem qualquer contradição.

Trata-se da seguinte situação: você preferia que X não acontecesse, mas uma vez acontecido, você aceita X. No meio de seu aceitar X, você ainda insiste: teria sido bom que não-X. A isto costume chamar “retro-preferência negativa”. Ela tem o seguinte

9 Sei que este aforismo é absolutamente fundamental no pensamento de Cabrera, porque deixou minha mulher em estado de ira durante quatro dias. A reação espontânea de uma mãe pode valer mais do que 500 argumentos de letrados (argumentos que os textos de Cabrera não merecem. Na verdade, eles não merecem nem mesmo a ira da minha mulher).

esquema: “A não quer X; X tem a consequência boa Y; A gosta de ou aceita Y, mas continua preferindo que não-X”. Parece que o antecedente desta idéia se encontra já em Sêneca (*Cartas a Lucílio*, carta 9), onde este clássico da ética negativa mostra que um mutilado pode se adaptar a sua situação e inclusive usufruir de algumas vantagens dessa condição, mas, mesmo assim, gostaria de não ter sofrido a mutilação.

“Gostar de crianças” é um juízo estético. Você pode gostar delas mesmo que você preferisse que elas não tivessem nascido. Vejo a criança já na sua terminalidade, gosto imensamente dela e, ao mesmo tempo, lamento seu decair inexorável, seu envelhecimento vertiginoso. *In extremis*, posso dizer: precisamente porque gosto, porque gosto imensamente, desejaria que não tivessem nascido, que não estivessem aqui para perder-se, para deixar, rapidamente, de ser essas maravilhosas crianças das quais tanto gosto.

Gosto dos seres humanos enquanto filhos, não gosto deles enquanto pais. Não há contradição existencial nisto, embora pareça haver alguma contradição lógica. (Curioso que as mulheres, tão pouco lógicas em geral, se tornem fortemente lógicas neste ponto, e fechem a cara de desgosto quando digo: “Gosto de crianças, mas não gosto de pais”, como o lógico formal fecharia a cara diante de um conjunto inconsistente de axiomas).

III. FALE COM ELAS (Pessoas não nascidas) (Terceiro argumento moral contra a procriação)

53. Falando francamente com quem está pensando em nascer

A última linha de resposta ao problema moral da procriação é a seguinte: não devemos procriar não porque o mundo seja mau (primeira linha), nem para evitar a manipulação (segunda), mas em respeito à autonomia do ser possível. (Esta linha não é completamente independente das duas anteriores, como veremos).



Falar da “autonomia” de um não-ser só faz algum sentido se ela for reconstruída por meio do que, na bioética, se convencionou chamar “argumentações retroativas” hipotéticas, utilizadas, por exemplo, no caso do aborto de bebês sem cérebro. (“Se fosses viver sem cérebro, e pudesses escolher, ainda aceitarias nascer?”). Por que não poderíamos fazer argumentações retroativas também no caso de não-seres (que não apenas não têm cérebro, mas não têm corpo nem nada)?

(Diga-se de passagem: o problema moral da procriação é sensivelmente diferente do problema moral do aborto. Ao abortar, temos já um ser existente em algum momento de seu processo de desenvolvimento, e não mais um não-ser. É difícil dizer se matamos alguém quando abortamos – esta é a famosa polêmica bioética –, mas certamente podemos dizer que não matamos ninguém

quando nos abstermos. Em seu aspecto estritamente manipulador, o aborto fica mais perto da procriação do que da abstenção: uma vez gerado, são os pais que decidem pragmaticamente se o filho vai viver ou não. Só metaforicamente, a abstenção poderia ser vista como uma espécie de aborto radical. Apenas o recurso ao argumento retrospectivo parece claramente comum, porque tanto o não-ser quanto o feto não podem falar por si mesmos – embora por motivos diferentes – e é por isso que eles têm de ser “representados”).

As argumentações retroativas usuais da bioética me parecem, em geral, totalmente intramundanas. Meu ponto é que também deveriam incluir considerações ontológicas nessas conjecturas, e dizer coisas como: “Se pudesse escolher, aceitaria viver uma vida na qual está sujeito a adoecer, sofrer e morrer em qualquer momento?”. (Suponha que, na conjectura, pudéssemos mostrar-lhe o filme *Johnny got his gun*, de Dalton Trumbo).

Essas considerações ontológicas já deveriam colocar-se no caso do bebê sem cérebro. Nascer sem cérebro é a mortalidade do ser manifestando-se já muito cedo, não precisando de anos para consumir-se. Do ponto de vista estrutural, poderíamos considerar qualquer ser possível como um potencial bebê sem cérebro, ou como um potencial doente terminal: não há diferenças entre eles que não sejam puramente intramundanas.

Uma autonomia assim reconstruída, com toda a informação relevante (ôntica e ontológica), é algo que deveríamos respeitar. (Um não-ser precisa de informações). E, baseados nessa autonomia, pensar que abster-se de procriar é o melhor caminho (do ponto de vista estritamente moral).

Disse que esta linha não era completamente independente das outras e agora posso dizer por que: me abstenho de fazer nascer alguém porque ele, em plena autonomia, escolheria não nascer em

um mundo desvalioso (1ª linha) onde será manipulado e obrigado a manipular (2ª linha). Mas, isto está bem pensado?

54. Qualidade do agente racional

Um agente genuinamente racional escolheria nascer? Pode-se reler a minha argumentação contra R. M. Hare, na *Crítica da Moral Afirmativa* (especialmente, nas páginas 207 e seguintes), parcialmente repetida em meu artigo *A Ética Analítica diante da questão do Nascimento, a Morte e o Valor da Vida Humana* (Goiânia, 1997). Ali eu sugiro que, no experimento segundo o qual o não-ser é magicamente consultado acerca de seu possível nascimento, Hare está errado ao supor acriticamente que “ele” escolheria, sem dúvida, nascer. (Esta é a tendência afirmativa habitual). Pois supomos que ele seja humano, ou seja, uma criatura racional capaz de ponderar razões.

A informação que se fornece a esse ser possível, no experimento de Hare, é incompleta e tendenciosa. Deveríamos também dizer a ele que, se nascer, não terá qualquer garantia de nascer sem problemas; que se conseguir nascer sem problemas, sofrerá, quase seguramente, de muitos males intramundanos; que se conseguir se livrar deles (e isto é intramundaneamente possível, mesmo que difícil), não poderemos dar-lhe qualquer garantia acerca do seu tempo de vida, nem do tipo de morte que vai ter, além de ter de sofrer a morte dos que chegar a amar e de ter sua morte sofrida pelos que lhe amem (se tiver sorte de amar alguém e de ser amado por alguém, o que tampouco está garantido).

Haverá que lhe dizer que, se se livrar de alguma morte acidental violenta, decairá em um número bastante escasso de anos (assim como as pessoas que ama e com as quais se importa), e que ele

tem altas chances de transformar-se num doente terminal que pode sofrer terrivelmente até a hora de extinguir-se. Se for possível ainda ao não-ser, após ter assimilado toda esta informação, escolher nascer, não poderíamos alimentar dúvidas bastante bem fundadas acerca de sua qualidade como “agente racional”?

Não é tão tranqüila a suposição de Hare (partilhada por Thomas Nagel, Peter Singer e outros) de que “se pudesse escolher, o ser possível escolheria, sem dúvida, nascer”. A escolha deveria ser altamente afetiva e emocional, fundada em alguma espécie de “medo de não-ser”, ou de “sede de ser”, e não na razão. Mas é claro que aqui tocamos os limites do *Gedankenexperiment* de Hare, já que o não nascido não é um ser real que possa ter “medo de não-ser”, como temos nós que já estamos aqui.

55. Nascendo sem cérebro ou usando o cérebro para não nascer?

Na verdade, não fazendo nascer ninguém sigo o mesmo princípio de evitação da dor e da inabilitação moral que sigo quando não permito que a criança sem cérebro nasça ou continue vivendo: quando me abstenho, entre outras coisas, livro radicalmente meu possível filho, inclusive, da possibilidade de ser uma criança sem cérebro.

Neste caso não estou decidindo por ninguém, não estou transgredindo nenhuma autonomia real, como na procriação. A abstenção tem mais chances de ser



justificada moralmente, nos termos de uma consideração ontológico-estrutural prévia sobre os dados de que se dispõe.

(Certamente, estamos sempre falando de abstenção estrutural, que leva em conta o sofrimento do nascituro, e não de abstenções intramundanas, que poderiam padecer dos mesmos problemas morais que as procriações: não ter filhos para que não nos incomodem em nossa vida profissional é tão manipulador quanto tê-los para que nos cuidem na velhice).

56. Respeito pelo não-ser dos outros

Alguém poderá dizer: “Você crê que a vida é suficientemente boa para você vivê-la (pois não se suicida), mas não a considera suficientemente boa para que outros a vivam (não tem filhos)”. Eu não creio que a vida seja boa para os que já estão vivos. Apenas eles têm com o desvalor ontológico uma relação diferente da que têm os não-vivos, os seres possíveis. A vida nunca é boa, mas os vivos podem mantê-la nos limites da tolerabilidade. Mas não tem sentido fazer nascer alguém para que mantenha a sua vida nos limites da tolerabilidade. Nenhuma das coisas que digo a mim mesmo para “continuar” serve para alguém que ainda não é.

57. De nada serve a imortalidade

Parece que, como Cioran o viu, o radicalmente errado é ter nascido, ou seja, simplesmente, ser. Nem sequer sendo imortalmente se evitaria o problema de ser.

É a mortalidade (terminalidade) a explicação última de porque os homens se comportam regularmente com desconsideração uns com os outros. E o que mudaria se fôssemos imortais? Talvez não estivéssemos encurralados pela falta de tempo, e seríamos menos

agressivos, porque teríamos o bom humor da eternidade, de dizer: “Se não o faço hoje, poderei fazê-lo amanhã ou depois”, e “se tu queres fazê-lo, pois faça-o, que eu o faço amanhã, ou não o faço nunca”.

Mas se poderia pensar que a maioria das coisas mesquinhas de hoje continuariam funcionando igualmente em um mundo de seres imortais, como acontecia no Olimpo. (Deixando de lado que, se todos fossemos imortais, paradoxalmente, a vida estagnaria, pois impediríamos o nascimento de novos imortais, e haveria uma única geração permanente).

Como o mostra Bernard Shaw em sua peça irrepresentável *Back to Methuselah*, a moralidade seria profundamente afetada por uma civilização de imortais, mas a inabilitação moral apenas mudaria de figura. A inviabilidade de ser atravessa a distinção mortal/imortal.

58. Tarde demais!

Nenhuma de minhas ações, nem sequer aquela que mais radicalmente possa dirigir-se à proteção do outro, pode, de alguma maneira, deixar de ferir. Vivendo, já incomodo. (Lévinas tem intuições neste sentido, que eu conheci muito depois de tê-las tido por mim mesmo)¹⁰. Eu já sou um ser que devo abster-me. Para ser inteiramente moral, eu não deveria estar aqui para abster-me ou para suicidar-me. (“Suicídio não serve: não apaga o fato de

10 “Será que me devo ao ser? Será que existindo, persistindo no ser, eu não mato? (...) Será que tenho o direito de ser? Será que, ao estar no mundo, não ocupo o lugar do outro?” Lévinas Emmanuel. *Ética e Infinito*, X. Edições 70, Lisboa, 1988, p. 114/5. Não está provado que Cabrera não tirou essas idéias do grande pensador lituano (que, por outro lado, possui uma dimensão humanística totalmente ausente no nosso filósofo argentino-brasileiro).

ter sido”, Max Frisch, *O Viajante*. Poder-se-ia replicar: “Procriar não serve: não apaga o fato de ter de ser”). Outros deveriam ter pensado em meu não-nascimento. Agora, já é tarde.

59. Sem saída?

A terrível estrutura do mundo nos ameaça com a possibilidade da abstenção poder ser, também ela, agressiva e manipuladora. Talvez a situação não tenha saída, e tanto quando procriamos como quando nos abtemos de procriar, sejamos igualmente imorais. Pois ao não fazer nascer alguém, não estamos já decidindo por ele? Não seria também a abstenção uma manipulação e, portanto, não estaremos condenados a manipular?

A vida é intrinsecamente mortal, mas não deveríamos estar contra a abstenção por ofender a autonomia? Cada um não deveria decidir como prefere viver a mortalidade do seu ser e, por conseguinte, não seria ético deixá-lo nascer e que ele decida por si?

O fazer nascer alguém faz parte do projeto de vida dos progenitores; mas o não fazer nascer alguém não pertence igualmente ao projeto de vida dos que se abstêm?

60. Desistências

Uma conjectura forte poderia ser: “Se o nascituro pudesse escolher, ele certamente escolheria nascer, mesmo sabendo que será colocado na estrutura mortal do ser”. Mas, é correta esta conjectura forte? Dado o alto número de “desistências” (suicídios, psicoses, neuroses), de humanos que não suportaram a vida e a devolveram, não parece que tenha muita base a idéia de que, tendo a informação relevante, todo mundo escolheria nascer.

Pensadores afirmativos (como Peter Singer) sustentam que as pessoas optariam por viver uma vida sadia e “normal”, e por não viver uma vida de “má qualidade”, cheia de sofrimentos e sem possibilidades de desenvolvimento. Na perspectiva ontológico-estrutural assumida pela ética negativa, isto muda um pouco: não se descarta que, munido da informação relevante, alguém opte por não viver mesmo uma vida sadia e “normal”, de “boa qualidade”, pelo fato dessa vida estar perpassada pela mortalidade do ser, o roce, a fricção, o desgaste, a dor.

A pessoa que optou por nascer (no nosso fantástico *Gedankenexperiment*) já optou desde sempre pela terminalidade de seu ser e também pela possibilidade da sua vida transformar-se, em qualquer momento, em uma vida de “má qualidade”: se a vida de um atual doente terminal é problemática, porque não o seria a vida de um futuro doente terminal?

61. Temos o direito de não ter filhos?

Mas a conjectura poderia ser debilitada, e ficar assim: “Se o nascituro pudesse escolher, ele poderia, talvez, escolher nascer, mesmo sabendo que será colocado na estrutura mortal do ser”. A ética negativa não pode ser insensível a esta possibilidade: a “inviolabilidade negativa” (ver textos anteriores) nos impede de tirar a vida de outras pessoas por elas terem o mesmo desvalor que a nossa. O que impede aplicar isso ao caso da abstenção? Ou seja: assim como não temos o direito de tirar uma vida com o mesmo desvalor que a nossa, temos direito de impedir uma vida que tem o mesmo desvalor que a nossa? (Abster-se como uma forma de heterocídio).

Eu estou impedindo de nascer alguém que poderia optar por vir ao mundo mesmo sabendo que vai ser colocado na mortalidade do ser. Estou, pois, decidindo por ele. Tenho esse direito? (Isto poderia levar não apenas à conveniência de procriar, mas à obrigação de fazê-lo).

Aqui é procedente a imagem do *continuum* apresentado pelas linhas conservadoras da bioética: se está proibido matar adultos, deve estar proibido matar crianças, porque elas vão virar adultas; e se está proibido matar crianças, deve estar proibido matar fetos, porque os fetos vão virar crianças... etc. No final do *continuum*, se poderá dizer: se está proibido impedir que fetos e embriões se desenvolvam, deve estar proibido impedir que seres possíveis se desenvolvam, pois seres possíveis, se não impedidos de ser, vão transformar-se em embriões, fetos, crianças, adultos, etc.

62. Um ser possível não carece de nada

Uma primeira linha para “desempatar” os casos de impedimento da vida de adultos, crianças e fetos, por um lado, e os de impedimento da vida de um ser possível, por outro, seria a de apontar para o fato de que, no caso da procriação e do nascimento, não há ninguém cuja autonomia venhamos a ferir com a decisão de não lhe fazer nascer, pois os seres possíveis não têm autonomia. Mas se pode replicar que tampouco a tem os fetos e embriões, de maneira que o argumento não procede.

Pareceria que a distinção procedente é: ser/não-ser ou, ser atual/ser possível. Os seres atuais (embriões, fetos, crianças) carecem de autonomia, enquanto que em relação aos seres possíveis não se pode dizer que “careçam” de nada: a autonomia não se aplica a eles, como nenhum outro predicado só aplicável a seres

atuais. (Uma rua existente pode carecer de sinais luminosos, mas uma rua inexistente não pode carecer deles nem de nada). Para carecer de algo, deve-se estar aí presente.

Assim, é mais radical e convincente dizer que, no caso do ser possível, não há autonomia para ferir, não apenas no sentido de ainda ele não ter autonomia podendo tê-la, mas no sentido de que nunca a terá a menos que se atualize. Se não houver autonomia a ser ofendida neste sentido radical, então parece que, na ponderação moral da procriação, devem prevalecer os argumentos baseados na estrutura mortal do ser, ou seja, o raciocínio apresentado na primeira seção acerca do delicado equilíbrio entre estrutura mortal do ser e os valores intra-mundanos, e o pouco que temos para oferecer àqueles que nascem.

No caso da proibição moral do heterocídio acontece o contrário: as considerações de autonomia devem privar sobre aquelas da estrutura mortal do ser, porque nesse caso sim temos já um ser desenvolvido, com uma autonomia a ser respeitada, etc. Ainda que a vida de um ser atual seja desvaliosa, é a sua autonomia que deve ser atendida, pois ele deve fazer com esse desvalor o que ele puder ou quiser. Inversamente, ainda que a vida de um ser possível possa vir a ter autonomia caso nasça e se transforme em um ser atual, é o desvalor da vida (atual ou possível) o que deve ser atendido, pois não há ninguém que possa decidir acerca do desvalor.

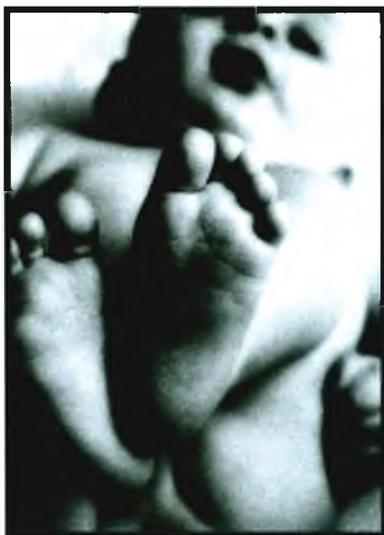
63. Limites do ponto de vista moral

Creio que a reconstrução hipotética da autonomia do outro não serve para justificar moralmente o aborto de fetos são: este é heterocídio e, portanto, moralmente injustificável. Mas isto não quer dizer que eu seja “contra o aborto” dentro das acaloradas

polêmicas atuais sobre esta questão. Posso estar a favor do aborto por razões intramundanas, sociais, econômicas, etc., ainda quando não o justifique moralmente. Minha idéia é que não podemos guiar as nossas vidas somente por categorias morais. Assim, do fato de que o aborto ou a procriação sejam moralmente injustificáveis, não se segue que devamos nos posicionar contra a prática do aborto ou contra a procriação.

Creio que este é um *non-sequitur* persistente em toda a história do pensamento moral: que estamos obrigados a fazer o que é moral, e proibidos de fazer o imoral. Pelo contrário, às vezes pode ser racionalmente conveniente posicionar-se a favor de algo moralmente injustificável (como mentir, roubar, matar... ou procriar).

64. Gerar e destruir



Eu creio que a procriação não pode ser sustentada sobre bases morais, mas somente pragmáticas. Tampouco creio que a humanidade deva guiar-se exclusivamente, e nem sequer prioritariamente, por categorias morais. Creio que a vida humana só pode desenvolver-se transgredindo princípios morais (assim como só pode raciocinar transgredindo princípios lógicos), que a moralidade é algo que a natureza permitiu, em certo estado

da evolução, mas que o próprio ser natural que a formula não consegue realizá-la. Creio que gerar e destruir são dois impulsos

naturais que o ser humano não consegue domesticar, e por meio dos quais a vida se impulsiona.

Por isso as sociedades afirmativas fomentam a procriação e permitem tão frouxamente a agressividade e a morte dos outros. A manipulação geradora e a manipulação destrutiva são os pilares da nossa sociedade afirmativa, seguindo nisto a habitual primazia da vida sobre a moral.

A ética negativa é o convite a pensar como seria a vida humana se o princípio moral tivesse a primazia sobre o fomento da vitalidade.

Não esquecer que quando se diz que sim à vida, se diz também que sim à destruição e à depredação, sem as quais a vida não poderia desenvolver-se. Talvez procriar seja uma forma de destruição, e matar (como o viu Jean Genet), uma forma de construção.

65. Abstenção e Suicídio

Se considerada como uma forma de suicídio (o suicídio da espécie), a abstenção poderia driblar o argumento de Schopenhauer de que, quando alguém se suicida, não nega a essência mesma do mundo, mas apenas seu fenômeno individual.

66. Uma sabedoria anterior

Os filósofos falaram sempre da vida como uma “preparação para a morte”, e da filosofia como um “aprender a morrer”. Mas há uma sabedoria anterior a esta: aprender a abster-se. Não colocar ninguém na situação de ter de aprender a morrer.

CAPÍTULO 2

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DECISÃO DE GERAR UM NOVO SER (DO PONTO DE VISTA DELE)

Thiago di Diabolis, 2120

Prefácio

Esta é a provável versão final de meu texto, *Considerações sobre a decisão de gerar um novo ser*. Trata-se de um pensamento desenvolvido ao longo de muitos anos. As considerações aqui publicadas são reproduções fiéis desses pensamentos, e são resultantes de reflexões muito maduras e bem definidas, mesmo se tratando de um jovem autor.

Esta obra é idealmente destinada a pessoas que estejam iniciando o processo de decisão de gerar um novo ser, ou que ainda não estão passando por isso, mas que já começaram a refletir, a pensar sobre a questão. É preferencialmente destinada (talvez inutilmente) a pessoas da “praça pública”, e também a filósofos, na acepção mais geral do termo, não especificamente para o pro-

fissional de filosofia, pois não se trata de um texto técnico, mas para um público diversificado, com certos traços filosóficos. Assim sendo, eu os convido a considerar amplamente o que poderá caber (e o que caberá) a cada parte envolvida, quais são as conseqüências desse ato, quais as possibilidades de cada um.

A abordagem que se apresenta aqui é um pouco incomum, pois adota como referência principal a perspectiva do novo ser e não a dos geradores, por razões que serão explicadas e percebidas ao longo do desenvolver das questões.

Este texto é constituído pela exposição das idéias e pensamentos relacionados com procriação, sem preocupar-se com citações e referências a outros pensadores, tentando reproduzir fielmente o pensamento do próprio autor, ainda correndo o risco de que, em alguns pontos, seja similar ao de outros pensadores. Ele é destinado a todos, não precisando situar-se em determinadas “regiões de pensamentos” com pressupostos particulares. O objetivo é que se tenha aqui um reduzido número de pressupostos, para que a maior quantidade possível de pessoas possa entendê-lo e reconhecer as possibilidades levantadas, as necessidades mencionadas, sem grande esforço ou comprometimento com um quadro particular de pensamento ou de crença.

É importante destacar que a exposição se dá em um movimento que parte de um quadro de pensamento mais geral (parte primeira) para um mais específico (parte segunda), em um fluxo em que seqüencialmente se aumentam os níveis de gravidade e comprometimento das considerações sobre procriação, para que cada leitor possa ir acompanhando esse movimento até chegar a seu auge.

Considero esta obra como de extrema importância, especialmente, eu diria, para o novo ser, e realmente deveria ser lida e re-



fletida seriamente por todos os que estejam pensando em procriar, pois, por se tratar de um ato tão freqüente, antigo e extremamente banalizado (no momento que o leitor terminar de ler este parágrafo mais de dez novos seres foram gerados, pela média mundial), perde-se a verdadeira dimensão desse tremendo ato e se oculta seu caráter não trivial. Nesta obra elucidam-se esse caráter e observam-se amplamente as implicações da atitude procriadora, auxiliando (assim espero) na tomada de decisão esclarecida, entendendo-se tudo o que se assume com o ato de gerar um novo ser.

Parece comum que autores cautelosos esperem atingir idades bem mais avançadas para fazerem as suas publicações prediletas,

talvez no intuito de “digerirem” bem suas idéias, de se expressarem com mais pompa e de evitarem alterações posteriores em suas obras. Assim considerando, eu não serei tão cauteloso (embora já pense sobre a questão há cerca de dez anos): não esperarei mais para publicar esta pequena obra, correndo os riscos.

Essa cautela poderia ser útil para uma melhor elaboração do texto, mas igualmente poderia determinar a não publicação deste. Não posso contar que daqui algum tempo a oportunidade ainda existirá, nem comigo mesmo, nem com tantas outras coisas. Só posso contar com algo que sempre pairou pelo ar, uma espécie de miasma, um prenúncio álgico, que pode tornar-se anúncio atarácico a qualquer momento.

Não posso tomar como garantido o que é, de certo, duvidoso: que estarei em condições de realizar este trabalho daqui algum tempo. Pois não tenho tempo algum, nunca temos, já estamos mortos e nada podemos fazer em relação a isso.

Parte Primeira

UMA CONSIDERAÇÃO CRUA SOBRE RESPONSABILIDADES PATERNAS E MATERNAS ("SE NÃO GOSTAR, QUE SE MATE")

Aviso: exposição não tautológica de tautologias

Nesta seção se faz propositalmente uma série de considerações que podem parecer trivialidades. Antes que o leitor se arrepie diante delas vale notar que, em consequência de variados mecanismos de dissimulação presentes no imaginário social, de senso comum, é preciso ser lembrado inclusive de coisas tão óbvias e corriqueiras. Desse modo, peço ao leitor uma leitura inteligente dessas considerações ordinárias, pois dentro do encaminhamento do texto elas estão cumprindo uma função, mostrando, afinal de contas, a sua tremenda relevância.

1. Tudo parece apontar na mesma direção

Quando duas pessoas decidem “ter um filho” (gerar um novo ser, uma outra pessoa), muito freqüentemente são motivadas pela idéia de que isso lhes seja também prazeroso, mesmo implicando muito trabalho para elas. Buscam procriar para terem uma “realização pessoal”, por freqüentemente se tratar da concretização de um projeto, e até de um sonho, pelo desejo de “passar pela experiência” da maternidade e da paternidade, pela expectativa de dar certa continuidade a eles mesmos e aos seus próximos, pelo desejo de formação de uma família com filho(s).

Sem mencionar que comumente se dá nos filhos a projeção do narcisismo dos indivíduos geradores (o que poderia se caracterizar

como uma motivação psíquica). Há pessoas que se sentem até mais “completas” (em alguma fase das suas vidas) por terem filhos e por estarem gerando um fruto resultante de um relacionamento gratificante.

Essa atitude também se encaixa nobremente nas mundividades religiosas, além de se caracterizar socialmente de forma ampla, como um hábito há muito tempo mantido e valorizado, e cuja continuidade é muito estimulada. A concepção tem também uma óbvia associação a atividades de intenso prazer sexual imediato, o que constitui uma espécie de reforço positivo fortíssimo, de “prêmio” de tal atividade.



Tem-se também, usualmente, uma cobrança social mais específica do procriar, para o enquadramento mais completo dos indivíduos na comunidade, também por parte das pessoas mais

próximas (amigos, familiares), e até por parte de um dos membros do casal (“quando teremos a nossa criança?”).

Observado sob a ótica dos geradores essa seria uma atitude bastante interessante, pois por que não buscar algo que, além de prazeroso, seja também a realização de um sonho ou de um projeto? Por que não ceder aos “encantos” (tendências psíquicas) e “potências” (aparatos físicos) naturais que nos levam à procriação?

2. Consideração irrefletida e insensível *versus* consideração refletida e sensível

Se observado única e exclusivamente da perspectiva dos que tomam a decisão de ter um filho, e se esses indivíduos tenderem a ceder a esses encantos e potências naturais (ou até simplesmente o fizerem sem tomar propriamente uma “decisão”), sendo motivados pelos elementos mencionados e desconsiderando outros, não há por que não procriar, por que não se reproduzir.

No entanto, em uma consideração mais refletida e mais sensível, surgem certas preocupações tanto com as ações tomadas quanto com seus efeitos para o outro envolvido. Essas preocupações com o agir procriador podem começar a definir um novo tipo de agir, que inclui o refletir sobre a ação tomada ou a ação a tomar, pensando em suas implicações, considerando as possibilidades e as perspectivas envolvidas, e a partir daí decidindo até onde ceder, mas principalmente onde não ceder às tendências mencionadas.

Esse novo tipo de agir se coloca em contrapartida ao costumeiro agir irrefletida e insensivelmente, cedendo incondicionalmente aos impulsos naturais e até aos desejos mais elaborados (socialmente, por exemplo), utilizando-se disso para uma isenção de responsabilidade e para desprezar totalmente outras partes de

nossa humanidade, como a nossa racionalidade e sensibilidade. (Não se defende aqui uma postura de rejeição geral dos impulsos naturais, mas propõe-se uma consideração racional e sensível das suas implicações apenas no caso particular do impulso natural de procriar).

3. Postura de reflexão e de sensibilidade diante da procriação

No presente texto, assumir-se-á uma consideração refletida e sensível diante da procriação, apontando para as preocupações mencionadas com o agir procriador, para definir um agir esclarecido, ciente e responsável, fundamentado racional e sensivelmente. Lembrando que a ação de “ter um filho” é em si a geração de um novo ser, de um novo indivíduo, de um novo alguém (pessoa), a criação de uma vida consciente, racional e sensível, ou que estará caminhando para tal estágio e lá chegará se não houver impedimentos. Inicia-se, pois, a consideração de que, embora para muitas pessoas a ação de “ter um filho” seja algo que dá prazer(es), que satisfaz necessidade(s) e/ou que traz realização(ões), deve-se pensar quem estará envolvido nessa circunstância, quais são as partes envolvidas, e o que caberá a cada parte, e não apenas a parte dos procriadores.

4. Partes envolvidas e os três momentos de referência (X1, X2, X3)

Tem-se, assim, três partes envolvidas no ato da procriação: mãe e pai (inicialmente) e filho (posteriormente). Além do mais, há também três momentos nesse ato:

Momento X1: Considera-se este momento como sendo “existencial” em relação aos pais e “pré-existencial” com relação ao filho (anterior a sua existência, portanto).

Mãe e pai já existem e têm, portanto, um aparato físico (cerebral) desenvolvido e, estão aptos para considerar a questão conscientemente, para raciocinar sobre os aspectos envolvidos e efetuar uma tomada de decisão. Observe que se pode fazer a tomada dessa decisão sem considerar conscientemente a questão e sem raciocinar sobre os aspectos envolvidos (o que, aliás, parece ser muito comum), mas ao menos há a possibilidade de se fazer esses tipos de consideração, já que está disponível o aparato físico para tal.

O filho, no entanto, não existe em X1. Ele não tem, portanto, aparato físico (cerebral) ou qualquer outro para considerar a questão, não há consciência, não há raciocínio, não há uma tomada de decisão. Não havendo tal ferramenta disponível, é absolutamente impossível que haja qualquer consciência ou escolha sobre a questão por parte do novo ser¹.

Momento X2: Considera-se este momento como aquele do início de existência do filho. A partir daí ocorrerá uma série de processos de desenvolvimento do novo indivíduo gerado.

Momento X3: Considera-se este momento como aquele em que o indivíduo que estava antes em desenvolvimento encontra-se já desenvolvido.

¹ Na descrição aqui efetuada observa-se a tendência para o fechamento causal do mundo físico, não se assumindo, portanto, elementos sobrenaturais e/ou religiosos. Este fechamento está de fato sendo assumido para o início das nossas considerações. Caso haja desconforto com tal elemento por parte do leitor, basta aguardar para uma consideração mais à frente que leva em conta pontos de vista religiosos. Até lá, suponha que esse é o referencial adotado.

Vários anos depois, portanto, após a série de processos de desenvolvimento do indivíduo, ele próprio terá as mesmas características que o pai e a mãe tinham no momento X1 (assumindo temerariamente que quando tiveram o filho estes já estavam desenvolvidos!), ou seja, aparato físico (cerebral), consciência e raciocínio. Neste momento ele poderá tomar decisões que conseguirá justificar, embasar e defender.

Observados esses três momentos, fica claro que a decisão da geração coube apenas e tão somente à mãe e ao pai do filho, já que o filho não participou do processo de escolha em relação à sua existência (que se deu no momento X1). É ao filho impossível opinar se gostaria de existir ou não, assim como saber das condições da existência (pois mesmo no momento em que passa a existir – momento X2 – não tem condições necessárias para quaisquer atitudes reflexivas, o que só se dará em X3, vários anos depois). (Importantes trivialidades a serem lembradas).

Sendo assim, ou seja, tendo sido feita essa escolha exclusivamente pelo pai e pela mãe (os únicos potencialmente cientes, desde o momento X1 até o momento X3), ao filho a existência vem como obrigação², imposição, outorga (o que também só poderá ser percebido pelo filho vários anos depois, a partir de X3).

2 Deve-se evitar que o “obrigar”, “impor” e “outorgar” sejam entendidos como caracterizando a pré-existência de qualquer parte do filho, a qual seria então obrigada a existir de outra maneira, na verdade, do momento X2 em diante, e não é nada disso. Mas seria razoável afirmar, pela transitividade verbal comum, que aquele que impõe uma obrigação, obriga alguém a algo, e que não é possível obrigar alguém que não existe a qualquer coisa que seja (e assim caracterizar uma espécie de pré-existência desse alguém para que possa ser obrigado a algo). A utilização desses termos se deu apenas para elucidar a diferença entre algo que o indivíduo decide para si e algo que alguém decide pelo indivíduo (inclusive sem a sua ciência), o que se chamou de “obrigado”, “imposto”, “outorgado”. A mencionada armadilha de linguagem se dá

Os responsáveis por essa obrigação, imposição, outorga são o pai e a mãe, pois eles criaram esse filho, essa pessoa, esse novo ser que caminha para uma vida consciente, racional e sensível (condição que se atualizará inteiramente em X3). Essa condição de obrigatoriedade à vida própria é uma característica dessa vida, independente de quanto dure. Mas pode-se afirmar que uma vez criado o novo ser, ele estará obrigado também a viver vários anos, desde o momento X2 até (minimamente) o momento X3.

5. Primado da perspectiva do novo ser

As considerações do pai e da mãe sobre o que caberá a eles (por já se tratarem, no momento inicial, de seres conscientes), não são da mais elevada importância, dado que cada um com as suas particularidades pode pôr-se a pensar e concluir por si se a parte que cabe a eles (o trabalho que terão para cuidar dos filhos, as dificuldades que enfrentarão, as contingências que podem apresentar-se, os prazeres que terão, as satisfações de suas necessidades) é agradável ou não, favorável ou não.

porque os dois objetos verbais (alguém, vida) são elementos intimamente ligados, e o verbo (“obrigar”), em uma consideração rigorosa, só poderia ser utilizado a partir da confirmação da existência de ambos. Mas tudo isso ocorre ao mesmo tempo, ou seja, a “obrigação”, o “alguém”, e a “vida”. Dessa forma seria mais adequado utilizar em todas as ocasiões a expressão “obrigar alguém” ou simplesmente “o obrigar”, sem colocar outros objetos verbais (como “alguém”, e “a vida”), e com o sentido de “criar alguém”. Porém, nesse caso se teria a impressão de que faltam complementos, como se houvesse um erro sintático. Por isso no texto utilizar-se-ão construções como “obrigar alguém a vida”, “obrigar alguém a ser”, “obrigar alguém a existir”, “obrigar o filho a ser”, entre outras, embora não seja a melhor maneira por causa das armadilhas mencionadas. A expressão “criar alguém” seria mais apropriada, mas parece ocultar ou diminuir o caráter problemático da questão (que “obrigar” transmite).

No entanto, as considerações do que caberá ao filho, ou da perspectiva do filho, mas que também têm de ser feitas pelo pai e pela mãe (já que no momento X1 o filho não existe), são da mais elevada importância possível tendo em vista que o pai e a mãe são os responsáveis pela existência do filho (pois eles o fizeram em seu ser), e observado que o filho só poderá perceber onde ele se encontra, por que ele é e como ele é a partir do momento X3 (muitos anos após já ter sido – momento X2 – ou seja, tarde demais para perguntar).

Em virtude precisamente dessa inocência necessária do novo ser (surgir sem saber por que, sem saber das condições, sem ter feito escolha, sendo lançado no mundo) é que no presente texto prioriza-se a sua perspectiva e não a da mãe e do pai.

6. Obrigado

Já se sabe então que ao decidir por “ter um filho”, o que cabe ao filho é a vida e que a partir do momento X3 será uma vida particular: consciente, racional e sensível. Poder-se-ia fazer a pergunta: por que é problemático obrigar alguém a essa vida? Ou, simplesmente: por que é problemático “obrigar alguém” (no sentido da “obrigação” decorrente de “criar alguém”, vide nota 2)?

Verdadeiramente qualquer coisa criada foi obrigada a ser, pelo fato da coisa não ter tido potência sobre ser ou não, e comumente não vemos problema nisso, tratando-se de coisas. Mas no caso de um alguém isso é muito mais delicado porque envolve precisamente essa especificidade da vida consciente em uma matéria igualmente criada, tendo sido obrigada a ser pelo fato desse alguém não ter tido potência sobre ser ou não, sendo que é só a partir do momento X3 que ele perceberá isso claramente.

Inicialmente consideremos apenas a atitude de obrigar alguém a algo, seja isto o que for. Qualquer que seja a coisa a que se será obrigado (saiba ou não, a pessoa, das características dessa coisa), parece ruim ter de fazer algo que não se tenha tido possibilidade de escolher. Se não se sabe das características parece ser ainda pior (mesmo que depois possa haver concordância com a escolha feita por aquele que fez a imposição). Isso fere o desejo de controle, poder e liberdade que as pessoas parecem ter, obrigando-as à impotência, à falta de controle e à falta de liberdade para escolher o próprio caminho.

Então, a atitude de obrigar alguém a algo, seja o que for, já traria essa problemática e a atitude procriadora já poderia ser julgada como autoritária, impositiva e injusta. Essa poderia ser uma primeira resposta, mais geral, para a questão colocada no início.

7. Fenomenologia de falas, grupos de pessoas e aspectos contingentes

Mas particularmente com relação à obrigação à vida adicionam-se outros fatores relevantes. Ao observar as pessoas e considerar os seus discursos, notamos que há basicamente três grupos: algumas que se dizem muito otimistas com relação à vida, que dizem adorar viver. Há outras muitas pessoas que se dizem pouco preocupadas e que simplesmente vão vivendo, sem manifestar particular adoração ou ódio à vida (ou apenas adorando-a ou detestando-a em momentos particulares mas sem uma reflexão geral sobre o assunto). E, finalmente, há algumas pessoas que se dizem muito pessimistas com relação à vida, que dizem detestar viver.

Observa-se também que não há como estabelecer padrões confiáveis de covariância para relacionar eventos da vida de uma pessoa particular a um dos três grupos indicados.

Para exemplificar, considere que se toma uma pessoa qualquer como referencial e pede-se a ela que fale sobre a vida de outra pessoa. A primeira pessoa, em posição de observadora, pode considerar ótima a vida que essa outra pessoa leva. Imagine então que milhões de outros observadores com diferentes características fossem selecionados para fazer uma avaliação da vida desse mesmo indivíduo e que seus juízos coadunaram com o do primeiro avaliador.

Suponha agora que ao mesmo grupo de avaliadores fosse exposta a vida de um terceiro indivíduo, e suponha que novamente, fosse emitido um juízo, mas agora, consensualmente, em contrário: todos consideraram péssima a vida que esse indivíduo leva. É perfeitamente plausível, no entanto, que o primeiro avaliado esteja no último grupo e venha a se suicidar, por exemplo, e que o segundo indivíduo avaliado esteja no primeiro grupo.



Isso revela o caráter subjetivo desses discursos, dependendo particularmente do psiquismo de cada indivíduo, o qual não foi resultado de uma escolha: ele simplesmente é assim e não pode decidir de uma hora para outra não mais ser como é. O psiquismo de cada um não tem relação necessária, portanto, com viver em

um período de guerra ou de calmaria, em uma cultura com certas características sociais, políticas, econômicas, e não em outra, em uma família e não em outra, ser de um gênero ou de outro (não se pretende dizer que essas condições não têm influência alguma, mas afirma-se que não são absolutamente determinantes).

Não se trata, assim, apenas de particularidades ou contingências de vivências dos sujeitos, como pretendem alguns. Dessa forma, qualquer critério (especialmente o critério behaviorista) que seja adotado para fazer uma previsão do grupo em que se situará uma pessoa, a partir de eventos que ela possa viver, não será confiável.

Essa questão parece ter relação com os níveis de expectativa e aceitação de cada indivíduo. Imagine que alguém tenha como desejo ser uma ameba no que se refere a certo grupo de características. Imagine ainda que esse alguém não consiga sê-lo, mas que aceite isso tranquilamente. Esse indivíduo hipotético poderia ser considerado como tendo um baixíssimo nível de expectativa e um elevadíssimo nível de aceitação. Alguém com esse perfil tende a estar situado no primeiro grupo, mas também não se pode estabelecer este como um padrão confiável, pela dificuldade de situar os indivíduos nesses níveis. E ainda mais importante, pela impotência que se tem frente a esses níveis, seja em relação a si ou em relação ao outro (como acontece com o novo ser). Não há como regular esses níveis, a sua regulação é uma resultante de fatores incontrolláveis.

8. Incógnita

Indaga-se agora, com as muitas dificuldades apresentadas nas seções anteriores, acerca do novo ser (antes que seja, quer

dizer, no momento X1). Ele, que não pode saber das condições da existência e nem opinar sobre elas, estaria em qual grupo? Seria ele um ingênuo otimista ou um árduo pessimista? Seria um amante incondicional da vida ou um jovem suicida atormentado?

Há os que queiram fugir dessas indagações alegando que ele mesmo escolherá mais tarde como “encarar a vida”, o que é falso: ninguém acorda em uma bela manhã de sol, respira profundamente, sorri e declara-se um otimista ingênuo ou um árduo pessimista. Pois esse “encarar a vida” não é ponto de partida (onde se faria uma escolha averiguando quais são os elementos favoráveis e desfavoráveis), mas ponto de chegada inevitável (conseqüência, efeito, resultante).

Pior ainda: se alguém se acha capaz de escolher como “encarar a vida” (como se fossem as opções de um cardápio de restaurante), parece apenas estar escolhendo entre ilusões criadas por ele mesmo ou por outro(s) humano(s), em lugar de ter um “encarar” próprio.

Retornando às nossas indagações: é bastante óbvio que não é possível saber, então, em que grupo a pessoa estará situada, se ela dirá que adora a vida ou que a detesta, se será suicida ou não. Tem-se, portanto, que o novo ser (no momento X1), é uma incógnita nesses aspectos para os procriadores, e que algumas possibilidades a ele reservadas são terríveis e devastadoras.

9. Quão ruim pode ficar?

Para ilustração de uma dessas possibilidades considere, por exemplo, um suicida. Comumente o suicida deseja, a qualquer custo, parar de sentir o que está sentindo (e que tem para ele uma grande significação). Não há dúvida de que durante um intervalo

de tempo, até o momento do suicídio (se efetivado com sucesso), sofreu-se intensamente, sentiu-se intensamente vários tipos de dor e constituiu-se um penoso processo que leva a pessoa ao suicídio. Esse intervalo pode ser de vários anos, em que cada hora foi dolorida. No momento X1, não se sabe se será ou não procriada uma pessoa como esta.

Há, novamente, os que dizem que essas considerações não são pertinentes, pois se ele, o novo ser, quiser mais tarde optar pelo suicídio, pois que o faça (considerando, além de tudo, que o suicídio é uma opção como a de que cor de camisa vestir). A única coisa que o pai e a mãe fizeram (eles dizem) foi gerar essa vida e, a partir daí, o problema será dele, do novo ser. Novamente parece haver aqui uma tentativa de isenção de responsabilidades: se essas considerações não dizem respeito ao pai e à mãe, a quem dirá?

Se o novo ser, em algum momento, quiser se suicidar (o que provavelmente só se dará a partir do momento X3), ele o poderá fazer. Mas de que ele estará, nesse caso, tentando se livrar? Parece claro que desse sentimento que o incomoda, por meio do livrar-se do próprio corpo (já que é o corpo que permite a ele ter esse sentimento). Mas, por falar em corpo, quando foi que ele “ganhou”³ esse corpo que agora o faz ter esses sentimentos? No momento X2.

3 Utilizou-se da construção “ganhar” um corpo apenas para facilitar o entendimento, já que para “ganhar” algo é preciso existir e não seria possível alguém “ganhar” um corpo porque o alguém só existe com a existência do corpo. Poderia, assim, construir-se a frase desta forma: “Mas, por falar em corpo, quando foi que ele se fez existente, podendo sentir? No momento X2...”. Obviamente não se está com esse termo (“ganhar”) indicando a existência de “qualquer parte do filho” anterior ao momento X2 (como já se mencionou na definição desses momentos, em que X1 é “pré-existencial” para o filho. Ver nota 2). Mas talvez esse não seja mesmo um bom termo, afinal, quando se “ganha” algo (mesmo que seja deseducado) sempre se pode recusar o “presente”; mas o corpo vem como obrigação e não apenas como “presente de mau gosto a um suicida ingrato”.

Por que mesmo? Porque o pai e a mãe decidiram ter um filho e, com isto, dar-lhe um corpo. Essa conexão é óbvia e diz seriamente respeito às responsabilidades dos progenitores.

10. Só geraram uma vida

Sim, a única coisa que o pai e a mãe fizeram foi gerar essa vida (e aproveitando para lembrar a motivação: para a própria satisfação do gerador). E o que mais se precisava? O que mais era necessário para reservar ao filho possibilidades como a mencionada (o processo do suicídio)? Simplesmente mais nada. Bastava, unicamente, gerar essa vida.

Em certo grau é o mesmo que dizer que a única coisa que certo indivíduo fez foi, por exemplo, “dar um passo adiante”, “jogar um coco pela janela”, “apertar um botão”, coisas simples, rotineiras e cotidianas, se tomadas dessa forma. Sem observar que ao dar um passo adiante se colidiu com outro indivíduo resultando em lesões; que ao jogar o coco pela janela atingiu-se um outro indivíduo que passava pelo local; que ao apertar o botão dispararam-se mísseis dirigidos a alvos humanos civis. E quando questionados, os envolvidos, sobre isso, a resposta dada de antemão poderá ser: “Eu só dei um passo adiante”, “Eu só joguei um coco pela janela”, “Eu só apertei um botão”, “Não fiz nada além disso”.

Tudo bem, se aceitarmos, por exemplo, que a morte de mil pessoas pelos mísseis disparados não tem relação direta com o apertar daquele botão, e se for aceito do indivíduo questionado que ele “nada mais fez” além de pressionar um botão (como se fosse o botão de uma cafeteira), então se pode concordar que pai e mãe “nada mais fizeram” do que simplesmente gerar uma vida. Só isso e mais nada. A partir daí, o novo ser que se vire, que se mate se quiser.

Claramente isto caracteriza uma postura não refletida e insensível que não considera sequer os cinco minutos seguintes, postura contrária àquela que estamos tentando adotar aqui. Pois a partir daí (momento X2) o problema da existência será do filho, ele que terá de lidar com tudo isso; mas por causa dos pais, porque eles decidiram fazê-lo existir, “gerar uma vida”.

11. Não é trivial

O suicida está tentando, mesmo que não tenha plena consciência disso, se livrar de algo que a ele veio como obrigação, que só lhe foi possível perceber após ter vivido por vários anos, provavelmente da forma que o pai e/ou a mãe quiseram, e cuja finalidade foi a satisfação pessoal do pai e/ou da mãe.

Observe como uma decisão muito comum, cujo objetivo era trazer alegrias e cujo hábito é tido em geral por nobre, pode trazer um imenso e incomensurável sofrimento, até o ponto da pessoa querer se livrar do que lhe foi “dado” (sem contar o já mencionado autoritarismo unilateral, sempre envolvido na procriação, e exercido logo sobre o próprio filho, a quem a princípio não se desejariam sofrimentos). Observe então como se mostra aqui a verdadeira não trivialidade desta decisão e quão prioritariamente necessária deveria ser uma maior reflexão e uma maior sensibilidade a respeito, sempre sob a perspectiva do novo ser e não apenas dos procriadores.

12. Risco expansivo

Certamente há na procriação um risco envolvido. Mas o verdadeiro problema não é haver o risco, mas esse risco se expandir

ao filho, não ficando somente limitado ao pai e à mãe. A decisão tomada afirmativamente excede, em realização e implicações, as partes que tomaram a decisão, envolvendo um ser necessariamente não ciente e não potente. As implicações da ação caberão também, e principalmente, ao novo ser, que nada teve a ver com a decisão, haja vista que não participou desse processo, sendo carregado de imposições a partir de então (inclusive, potencialmente, a do suicídio).

O risco não se refere apenas e tão somente ao caso extremo do suicida, mas também, minimamente, a todo o terceiro grupo. Para essas pessoas, os sofrimentos da existência “falam” muito alto, são de elevada ponderação, e muitas vezes se referem a aspectos imutáveis da vida, deixando pouca esperança para uma “mudança de grupo” (só possível adotando ilusões, mas poucos dos que chegaram a esse grupo conseguem isso). Nesse contexto, e sempre na perspectiva do novo ser, o suicida torna-se o menor dos problemas, já que ele enfim se mata e elimina esses sofrimentos e sentimentos.

Talvez devêssemos ter uma maior preocupação com os outros seres que preferiam não ter nascido: desejam se matar e passam por condições similares às dos suicidas, mas não o fazem por não terem coragem para tal ou por terem crenças (religiosas, como a maioria das pessoas) contrárias à atitude. Esses seres vivem desejando a morte, mas diferentemente dos suicidas, prolongam indefinidamente os seus sofrimentos.

Sabendo quão intenso pode ser o sofrimento das pessoas que estão nesse grupo, mesmo que se alegue que ele é proporcionalmente pouco numeroso, corre-se sempre um risco muito considerável ao obrigar alguém a vida: e se o novo ser for, em algum momento, uma pessoa desse grupo? Por mais que se alegue ser estatisticamente

pouco provável⁴, está não é nunca uma situação na qual os pais desejariam ver um filho seu (falando agora da perspectiva materna e paterna).

E muito pior: desejariam eles serem responsáveis pela existência de uma pessoa que possa ser tão sensível, machucada, devastada e até destruída pelas dores da existência? Bem, ao decidir por ter um filho responde-se sim a essa questão. Pois com a procriação abre-se a possibilidade de colocar nessa situação indesejável um ser “inocente” (por não ter ciência nem potência alguma da decisão existencial tomada e das suas condições), e que “pagará”⁵ por existir.

4 Observa-se que fazer um tratamento probabilístico do sofrimento é especialmente desrespeitoso desde uma ótica individual. Diga, pois, a uma pessoa que está passando por um sofrimento terrível ou uma dor (física) terrível que ela é a única que está passando por isso no mundo todo, ou ainda que ela faz parte de um grupo proporcionalmente pouco numeroso da população. Observe se isso amenizou de qualquer modo o seu sofrimento ou a sua dor. Obviamente que não; da perspectiva do sofredor, esteja o mundo inteiro na mesma condição ou em condição diametralmente oposta, é irrelevante para a nivelação de intensidade da sua dor ou sofrimento. E é exatamente essa a posição que um novo ser pode ocupar, ou seja, a do sofredor intenso. E se isso ocorrer? Se ele estiver nessa posição, dir-se-á a ele que era pouco provável que ocorresse isso? Que havia uma chance tão pequena? O que isso vai mudar para ele, já existindo? Absolutamente nada. Esse tipo de informação probabilística só é útil para governantes fazerem propaganda de seus supostos feitos e para pessoas (desrespeitadoras do sofrimento humano) que se sentem bem pensando que o sofrimento em níveis extremos só se aplica a um pequeno percentual de pessoas. Esse tipo de informação pode ser útil na perspectiva governamental, ou na perspectiva de uma pessoa distante, mas jamais da pessoa que instancia o sofrimento e ainda das pessoas próximas (não apenas fisicamente, mas sentimentalmente) a ela.

5 Utilizou-se o termo metaforicamente para caracterizar que a existência tem algo que é custoso ao ser, e no contexto do grupo referido, isso é insuportavelmente custoso. Um ser necessariamente inocente (que não decidiu pela sua existência ou a influenciou de qualquer modo) arcará com esses custos, terá de pagar uma dívida que não contraiu. E que dívida!!! Impossível de ser quitada e que é paga inevita-

13. Consideração séria e respeitosa

Assim, sem ter como saber em que grupo o novo ser estará situado inicialmente, em que grupo poderá estar em outras ocasiões (a partir do momento X3, por exemplo) e, ainda pior, sem termos nunca o poder para situá-lo em um ou outro grupo (mesmo que se trate hipoteticamente do melhor pai e mãe do mundo, com todas as condições em seu melhor grau, vide nota 4), o obrigar alguém a nascer terá sempre este caráter altamente problemático do ponto de vista da responsabilidade moral.

Tais questões deveriam ser consideradas seriamente em uma postura refletida e de profundo respeito com relação ao sofrimento e sensibilidade humanos, contrariamente à habitual postura de desprezo e tentativa de isenção de responsabilidades, que sempre alega haver muitas possibilidades para o filho, tais como encarar otimistamente a vida – bastando ele desejar – e se não, na pior das hipóteses, ainda poder se matar – afinal o problema é dele de X2 em diante.

velmente a cada ciclo de respiração (uma espécie de “sofro logo existo”). Não seria errado atribuir a expressão “tirania inter-geracional” (comumente utilizada por ambientalistas ao se referirem a intervenções na natureza feitas por certa geração humana, e que trarão implicações problemáticas para as próximas, se existirem) em relação a pais e filhos (respectivamente vistos como tiranos e vítimas). Aliás, se tomada de forma um pouco mais geral, esta idéia da tirania intergeracional bem poderá caracterizar a atitude de, pura e simplesmente, “ter um filho”.



Como comentei no prefácio desta segunda edição, decidi publicar tudo junto, ou seja, o meu próprio texto e a troca de cartas com o professor Julius von Kabra. Quem preferir, poderá ler o presente texto de maneira intercalada com as cartas alusivas aos temas discutidos, para não correr o risco de esquecer das problemáticas caso deixe tudo para o final.

Se o leitor optar por este roteiro de leitura, deverá ir agora para as “Cartas do Prefácio” e “Cartas das Definições” (na 1ª parte do capítulo 3), e voltar depois para “o Ego da questão”, I. Se o leitor, pelo contrário, não quiser cortar a dinâmica do texto, deverá ignorar este aviso e continuar lendo da forma linear habitual. (De qualquer forma, a conclusão será sempre a mesma: melhor não procriar)!

Parte Segunda

O EGO DA QUESTÃO⁶

I – Ultra-egoísmo. Por que obrigar alguém a ser?

1. Aspectos necessários da vida humana (I)

Foi mencionado muito rapidamente (na nota 5) que a existência tem algo que é custoso ao ser (a todos os seres, independentemente da caracterização dos grupos que foi feita antes). Para melhor esclarecer esse aspecto faz-se, sumariamente, algumas considerações, que terão por consequência que a imposição procriadora (que na parte primeira se configurava, talvez, pouco onerosa) se agrave de maneira muito significativa.

Uma característica de toda vida é o seu término; isso se aplica a uma abelha e a um humano. O inseto, no entanto, não é ciente de sua morte. Já o mamífero, em algum momento, torna-se ciente de seu destino mais garantido, e até que chegue o momento de sua consumação, conviverá com a sua sombra (sempre presente), perpassando as situações e possibilidades diárias, incluindo um potencial elemento de frustração de qualquer projeto por ele elaborado (até mesmo o de sobreviver um segundo a mais).

⁶ Comumente se utilizam expressões como “o núcleo da questão”, “o cerne da questão”, “o X da questão”, para se referir ao elemento central, ou mais importante. Por outro lado, o ego é, tradicionalmente, a estrutura central da personalidade de alguém e, nesse sentido, apresenta uma analogia com aquelas outras expressões. Além disso, uma das questões principais defendidas nesta seção é que um tipo especial de egoísmo está por trás de todas as procriações, sendo seu principal motivador. Desse modo, ao falar aqui de “o Ego da questão” não se diz apenas que vai se tratar do núcleo da questão, como também já se mostra o preenchimento desse núcleo: o ego.

Freqüentemente isso gera algum incômodo nos mamíferos humanos, uma espécie de insegurança, de não saber quanto tempo terá para fazer o que deseja, de não poder saber se morrerá agora ou não, o quando e o como de sua morte (assim como aconteceu com seu nascimento).

Tem-se, também, que o corpo humano é regularmente atacado por organismos, ou sofre certas ações físico-químicas causadoras de debilidades ou limitações à sua condição. É desse modo que muitas pessoas, que faziam certas atividades muito facilmente, depois de um dado momento têm de realizar um imenso esforço para fazer a mesma coisa. Muitas outras pessoas ficam totalmente impedidas de fazer o que antes faziam.

Tal condição não é por si nada agradável, mas para um ser que tem plena ciência de sua atual condição, uma boa memória de seus hábitos anteriores (de tantas vezes ter feito certas atividades sem esforço), e que agora tem de conviver com suas novas impotências, é algo terrível e causador de muito sofrimento, sendo a pessoa tomada por sentimentos de estrangulamento, limitação, sentindo-se cerceada e diminuída.

E os humanos têm plena ciência de que podem se ver em uma circunstância dessas em qualquer momento das suas vidas.

2. Aspectos necessários da vida humana (II)

Além desses fatores, é altamente provável que o novo ser tenha de passar pela experiência da morte dos seus próprios geradores, de seu pai e da sua mãe. É também ao menos possível que tenha de vivenciar a morte de um filho ou de uma filha. E é extremamente provável que tenha de experimentar a morte de outros familiares, amigos e amigas. Em alguma ou algumas destas relações afetivas,

ele deverá passar por um período em que o outro esteja doente, seja em fase inicial ou terminal.

Nessa oportunidade poderá acompanhar de perto o sofrimento de uma pessoa muito querida, com a qual tem fortes vínculos emocionais; e quando o sofrimento dela cessar definitivamente, só restará o sofrimento daquele que terá de lidar com a perda do ser querido.

E, novamente, ele tem plena ciência de que terá de passar por tudo isso.



O ser gerado terá igualmente de fazer escolhas e, portanto, abrir mão de muitas outras coisas, terá muito mais do que desistir do que coisas para atingir ou concluir. Pois ao escolher algo, concomitantemente, não se pode abranger todas as outras possibilidades. Para melhorar seus critérios de escolha, muitas frustrações e fracassos farão que ele perceba as impotências particulares de sua individualidade, fazendo-o fugir de opções que certamente o levariam a novos fracassos.

Em meio a este quadro, claro que deverá contar ainda, além das catástrofes naturais, com todo o desrespeito dos outros, com todas as dificuldades que estes lhe imporão, mesmo que essas pareçam poder ser evitadas.

3. Exceção por regra?

Parece ser lugar comum afirmar (ao menos quando se assume uma postura de respeito com relação ao sofrimento humano) que aqui está se tomando a exceção por regra. Pois muitos preferem pensar que poucas pessoas estão passando por um sofrimento ou dor intensos, e que para um indivíduo os intervalos de tempo desagradáveis representam pouco, afinal de contas, em relação ao tempo total de suas vidas.

A isto se pode replicar, primeiramente, que não são tão poucas as pessoas que estão passando por esses estados: bastaria visitar os muitos hospitais lotados. (Em qualquer momento do tempo, a maior parte da humanidade está doente). E ainda que essas situações fossem excepcionais, já foi feita antes uma consideração acerca desse tratamento puramente estatístico do sofrimento e sobre a não garantia acerca da participação em um dado grupo (vide nota 4).

Com relação à afirmação de que para uma pessoa os intervalos de tempo de sofrimento ou dor representariam pouco em relação ao todo temporal, existem muitas variações, e provavelmente muitas pessoas do grupo três não concordariam com tal afirmação. Mas ainda supondo o caso de pessoas que concordem com ela, observe que a consideração de tempo que foi feita é meramente física, ou seja, quanto tempo se passou sofrendo dores comparado ao tempo total de uma vida. A percepção existencial do tempo, no entanto, é muito distinta.

Se fosse reconsiderada a comparação inicial entre o tempo de sofrimento e o tempo total de uma vida, mas agora em termos existenciais ao invés de meramente físicos, o resultado seria bem diferente, pendendo esmagadoramente para o lado do tempo de sofrimento ou dor, especialmente se a referência se der enquanto a dor estiver ainda acontecendo.

Por mais que (segundo o discurso de certo grupo de pessoas) se pudesse indicar que, em uma referência puramente físico-temporal, o tempo de sofrimento e de dor é comparativamente pequeno, observe que se está falando de um ser humano, e não de uma máquina, de um animal que tem uma peculiar percepção do tempo, cuja especificidade é existencial e não puramente física. Desse modo, as partes de sofrimento e de dor serão para ele muito significativas, mesmo em uma consideração temporal, já que nessas circunstâncias o tempo existencial é incomensurável se considerado em relação ao tempo meramente físico.

4. “Receita” para um ser sofredor

O ser humano é dotado de uma grande sensibilidade e conjuntamente de uma forte ciência das suas limitações e condições: com isto, tem-se a “receita” certa para um ser sofredor. Ou seja, um ser que tem plena ciência de que irá terminar, de que será regularmente atacado por organismos, que tende gradativa e inexoravelmente à debilidade, que sabe que muito provavelmente terá de sofrer a morte dos seus geradores, do pai e da mãe, e de outros familiares e amigos, e que se importa muito com tudo isso, que não gostaria de ter de passar por aquilo, que se sente agredido por essas necessidades de sua vida.

5. “A vida é assim mesmo, fazer o quê?”

É possível compreender que quem já esteja nessa situação, ou seja, um ser humano sensível e consciente (e, assim, sofredor) que foi obrigado à vida (sem qualquer escolha, potência, responsabilidade e ciência sobre a situação que lhe aguardava), um ser que pode viver alegrias, mas passa também por sofrimentos, dores, preocupações (e que é ciente que ainda terá outros pela frente, isso se continuar vivendo, o que tampouco sabe se ocorrerá ou não), um ser que sofre com limitações naturais (que também não escolheu e que são imutáveis), tendendo à debilidade e condenado a tomar decisões, enfim, talvez um ser assim queira se conformar com dizeres do tipo: “A vida é assim mesmo...”, “Isso é natural...”, “Fazer o quê?”, e frases do gênero.

Deve-se observar, no entanto, que o fato de “ser assim mesmo” (“inerente à vida”) em nada diminuirá os sofrimentos reservados ao novo ser, em nada melhorará essa condição do ser que você está a ponto de gerar. Pelo contrário, o que pode acontecer é adicionar-se ainda outros sofrimentos além dos necessários (como os decorrentes de doenças, problemas congênitos, má formação e outras particularidades) ou ainda complicadores sociais desta situação (condições materiais ruins, entre outras).

6. Há algo que se pode fazer pelo novo ser?

Há, no entanto, algo que se pode fazer, uma potência que efetivamente temos. Essa potência é a escolha de repetir ou não essa situação ou circunstância, a opção que temos de obrigar alguém a essa situação ou de não fazê-lo. Não se teve potência para escolher ou influenciar, de qualquer modo, a própria condição,

não se teve responsabilidade pela própria existência e por esse conjunto de circunstâncias que configura a situação da vida humana, antes descrita. Mas pode-se não obrigar alguém a isso, não ser responsável por colocar alguém nessa situação penosa, não repetir isso que foi feito conosco, não continuar o ciclo do sofrimento, não mimetizar ações de outros.



Referindo-se metaforicamente a esse conjunto de coisas a que um novo ser é obrigado como um “pacote”, pode-se dizer que o indivíduo já existente foi obrigado a ele, mas que o que ainda pode fazer é não impor o mesmo pacote a um outro ser, com o qual passaria a ter o vínculo de responsabilidade pela sua existência (já que o ser que ele poderia gerar seria absolutamente inocente em relação ao pacote, sem ciência, nem potência, nem responsabilidade).

A situação para o indivíduo já existente é a de obrigatoriedade (ele foi obrigado a isso), mas ele tem a potência de **não** colocar outro indivíduo na mesma situação de obrigatoriedade.

Afinal, não é porque o pacote é “inerente à vida” que se deve impô-lo a alguém. Tem-se a opção de fazê-lo ou não, ou seja, tem-se a opção de obrigar alguém a isso ou não. E é essa a decisão que os seres existentes têm de tomar. Pois, para os geradores, o pacote é necessário (é “assim mesmo”), mas para os filhos (se e somente se mantidos em X1) ele é contingente (pode não ser), e são os pais que decidirão se será ou não.

Já que o novo ser estará obrigado a sofrimentos, muito intensos em momentos particulares, e sempre de grande significação existencial, seria interessante fazer a seguinte pergunta: por que obrigar alguém à vida? Por que gerar um novo ser?

7.0. Ultra-egoísmo⁷

7.0.1. Distração e alegria

Cabe aqui fazer algumas distinções e exemplificações de diferentes categorias: egoísmo, super-egoísmo e ultra-egoísmo⁸. Ao

⁷ Ao se iniciar o tratamento deste importante tópico, deste tipo especial de egoísmo, o ultra-egoísmo, se utilizou como numeração “7.0”, em lugar de, simplesmente “7” (depois seguirão desdobramentos numerados como 7.0.1, 7.0.2, etc.). Isto não é totalmente gratuito. Sendo que o ultra-egoísmo é crucial para se entender as motivações da procriação, seu ponto mais central e originário, utilizou-se o “0” por ser um número crucial na matemática. Além disso, normalmente representamos o “0” graficamente como uma elipse ou uma circunferência. Em sua representação geométrica como uma circunferência, remete a essa questão da centralidade de um ponto, do elemento nuclear, do cerne da questão ao redor do qual todo o resto se orienta. Assim como o centro de uma circunferência, o ultra-egoísmo exerce essa centralidade e define tudo ao seu redor, para a ocorrência da procriação.

⁸ Seria possível repensar essas classificações reduzindo-as, talvez, a apenas duas categorias. Nesse caso se teria tão somente o ultra-egoísmo e uma outra categoria, por exemplo, o egoísmo. Talvez a distinção entre egoísmo e super-egoísmo possa ser abrandada, mas jamais o dístico do ultra-egoísmo em relação a(s) outra(s) categoria(s). Em nenhum caso esta distinção poderia ser amenizada.

terminar de desenvolvê-las, retomar-se-á as perguntas colocadas na seção anterior.

Nós humanos podemos nos distrair, ou ter satisfações, prazeres e alegrias de formas muito diversas, às vezes mediante alguma atividade que não envolva a participação de outras pessoas, como por exemplo, ao pensar, idealizar, sonhar. Outras vezes, nos distraímos com algo que envolve outra (ou outras) pessoa(s), como por exemplo, ao conversar, praticar esportes, relacionar-se sexualmente, entre outros. Nessas atividades que envolvem outra(s) pessoa(s), algumas destas estão ou entre os momentos X2 (inclusive) e X3, ou do momento X3 (inclusive) em diante.

Nas ocasiões em que há o envolvimento de uma outra pessoa que esteja no momento X3 ou além, pode-se ter ou não preocupação com os sentimentos dessa pessoa. No caso de não haver tal preocupação, talvez não se sinta um vínculo forte o suficiente para pensar e sentir-se na perspectiva dela; talvez não se perceba um vínculo forte o suficiente para sentir-se responsável por essa pessoa. Nesse caso, o indivíduo fica unicamente voltado para a satisfação das suas próprias necessidades, sem qualquer receio do sofrimento (e de outros efeitos colaterais) que possa causar à outra pessoa. Este tipo de atitude poderia exemplificar a categoria do egoísmo.

7.0.2. Vítimas não inocentes

Observe aqui algumas nuances: como as pessoas envolvidas estão ou entre o momento X2 (inclusive) e o X3, ou do momento X3 (inclusive) em diante, trata-se de pessoas já existentes. Pode se tratar de indivíduos em desenvolvimento (entre X2 – inclusive – e X3), como, por exemplo, as crianças, que deveriam ter alguma

assistência por parte do pai e a mãe, para evitar que fossem colocadas em situações de interação com pessoas que não se preocupem com seus sentimentos (como, por exemplo, no caso extremo da pedofilia).

Caso isso fosse feito com uma criança, tal atitude poderia se caracterizar como super-egoísmo, em virtude dos níveis de potência, responsabilidade e ciência da situação serem muito baixos por parte de uma criança.

Mas pode se tratar também de indivíduos já desenvolvidos (do momento X3 – inclusive – em diante) e, nesse caso, eles mesmos poderiam (por terem, à diferença das crianças, aparato físico-cerebral desenvolvido, consciência e raciocínio) questionar-se a respeito das situações em que estariam se colocando. Ou seja, perguntar-se se aquele ambiente que compartilha com o outro é confiável, perguntar-se sobre as intenções potenciais do outro, considerar as possibilidades mesmo sem ter plena certeza delas. Saber das possibilidades de o outro estar mentindo para obter o que precisa, e decidir se, mesmo assim, levará adiante esse relacionamento, tendo ciência, potência e também responsabilidade pelo decidir entrar e permanecer na situação.

Esta pessoa não é, completamente, uma “vítima” (uma pessoa da qual outro indivíduo se aproveitou sem ter quaisquer preocupações com os sentimentos dela) “inocente” (quer dizer, não ciente, não potente e não responsável); pois se ela foi feita “vítima”, foi porque ela mesma o permitiu. É comum que as pessoas (mesmo as situadas do momento X3 em diante) não façam esse tipo de reflexão, mas ao menos elas tinham a possibilidade de fazê-la, por terem aparato para tal, por terem tal ferramenta disponível.

Mesmo que não a tenha utilizado, essas pessoas não podem ser caracterizadas como “vítimas inocentes” (no sentido assinalado);

no máximo, poderiam ser caracterizadas como vítimas ingênuas (uma característica que é inevitável entre os momentos X2 – inclusive – e X3, mas não mais do momento X3 em diante).

Nas atitudes egoísta e super-egoísta, então, há envolvimento de pessoas já existentes. Pode-se ter uma vítima necessariamente ingênuas se estiver situada entre o momento X2 – inclusive – e o X3, no caso do super-egoísmo, tendo a pessoa níveis restritos de ciência, responsabilidade e potência sobre a circunstância em que está envolvida. Pode-se ter uma vítima não necessariamente ingênuas (se situada em X3 e a partir daí, no caso do egoísmo), tendo a pessoa plena ciência, potência e responsabilidade sobre a circunstância, pois tinha aparato para tal e ela mesma permitiu transformar-se em vítima.

7.0.3. Causa e finalidade no ultra-egoísta

Vejamos agora o que é ultra-egoísmo. Enquanto o egoísta e o super-egoísta relacionam-se, seguindo somente interesses próprios (divertimento, satisfação, prazer ou realização), com outras pessoas já existentes com as quais eles não têm qualquer vínculo de responsabilidade pela sua existência (entendida apenas e tão somente no sentido de relações de paternidade ou maternidade), o ultra-egoísta relaciona-se com outra pessoa que ele criou para sua própria satisfação, prazer, realização ou divertimento (*nascituri te salutant*), somente por interesse próprio (mesmo que, muitas vezes, também para agradar a outras pessoas das quais goste⁹).

9 Isto quer dizer que, na atitude ultra-egoísta, mesmo que discursivamente se alegue que se teve o filho “para agradar a outras pessoas de que goste”, considera-se que isso vai igualmente na direção do atender exclusivamente aos próprios interesses. Para melhor esclarecer este ponto, considere por um momento as motivações que habitualmente são apresentadas para se ter um filho. Ao perguntar para pessoas

Ou seja, o ultra-egoísta de antemão, antes da existência dessa pessoa, no momento X1, já pensou no que poderia fazer com aquela pessoa ainda inexistente, como poderia relacionar-se com ela, como esse relacionamento seria interessante para sua própria realização, quão lindo seria aquele bebezinho com o qual (particularmente a mãe) teria inicialmente uma sensação de fusão, pensando somente em seu próprio interesse, e daí tratou de pôr-

em geral acerca de suas motivações, freqüentemente tem-se respostas como as indicadas:

1. Porque eu quero agradar ou satisfazer a mim, ao meu companheiro ou à minha companheira, aos meus pais, avós e familiares.
2. Porque eu sempre sonhei ter filhos, adoro crianças, as acho umas gracinhas, e bebês são a coisa mais linda do mundo.
3. Porque eu gostaria de passar pela experiência da paternidade ou da maternidade.
4. Porque eu quero uma família com filhos.
5. Porque eu quero me sentir uma pessoa mais completa.
6. Porque eu quero gerar um fruto de um relacionamento de amor.
7. Porque eu quero ter alguém para quem deixar meus bens.
8. Porque eu quero obedecer, seguir ou satisfazer a Deus ou outras entidades sobrenaturais de minha crença.
9. Porque eu quero um enquadramento social e participação em uma tradição.
10. Porque eu quero um alguém semelhante a mim para fazer o que não pude.
11. Porque eu não quero ficar sozinha (ou sozinho), quero ter alguém para cuidar de mim na velhice e/ou em casos de emergência.

Esse grupo de respostas bem revela que o objetivo de ter filhos é sempre a satisfação dos pais. E o que fica claro nas motivações indicadas é a centralidade do “eu” (porque eu... porque eu... porque eu... eu...). Por mais que se indiquem alguns elementos externos ao indivíduo como partes da motivação, o elemento nuclear é sempre o querer, o desejar, o acreditar, o adorar, o temer, o achar belo do indivíduo gerador. O indivíduo quer agradar a si, ao companheiro ou à companheira (porque quer esse outro e tem medo de perdê-lo), ao pai e à mãe, aos avós e familiares, à sociedade, mas o desejo de agradar é sempre dele, ele quer agradar, ele quer isto ou aquilo. É o indivíduo quem quer obedecer, seguir, satisfazer as entidades sobrenaturais da crença dele. No caso do querer agradar ao companheiro ou à companheira pelo medo de sua perda ele dirá: “eu não quero perder meu companheiro ou minha companheira”, estando sempre a questão centralizada no “eu” (eis o “ego” da questão)!

se em ação para a criação de uma pessoa (o “obrigar alguém” antes mencionado na nota 2), para que pudesse concretizar essas aspirações, como o realizar de um projeto.

Dessa forma, aqui encontramos tanto o vínculo de responsabilidade pela existência da outra pessoa, como o fato dessa existência (criada, obrigada) ter sido feita para satisfazer o(s) gerador(es) em seus desejos ou necessidades. Explicitando um pouco mais: o ultra-egoísta gerou (ou foi causa de) outra pessoa para a sua própria realização somente com interesse próprio. Repousam, desse modo, no ultra-egoísta, concomitantemente, a causa e a finalidade da existência da outra pessoa.

7.0.4. Injustiça incomensurável com o novo ser

No caso do egoísta e do super-egoísta, as pessoas com as quais eles se relacionam, além de não terem com eles o vínculo de responsabilidade pela existência, têm total (no caso do egoísta) ou pelo menos alguma (no caso do super-egoísta) capacidade de pensamento, de fazer julgamentos, de manter ou romper a relação, já desde o primeiro momento em que ela se inicia. No caso do ultra-egoísta não há nem sequer a mínima chance para o ser com o qual se relaciona.

O ultra-egoísta (como um predador que sai à caça) pratica um ataque absolutamente indefensável e covarde configurando verdadeiramente uma vítima inocente, o tipo ideal de vítima. Pois na mente dos geradores o novo ser já era vítima antes dele existir, no momento X1; e ele passa a existir, no momento X2, por causa direta do desejo dos geradores e somente para satisfazê-los. E, tal como o egoísta e o super-egoísta, pouco se preocupando, freqüentemente, com as dolorosas conseqüências para a vítima.

Observe quão impressionante pode ser esta óbvia constatação: duas pessoas que estão em X3 ou além, ou seja, supostamente conscientes, são a causa de uma outra pessoa cuja finalidade original é ser a satisfação de seus geradores. Esta nova pessoa, absolutamente inocente, terá sobre seus ombros a massa (ou o fardo) da existência. (Não que se deixe de reconhecer outros muitos fardos que ficam para o pai e mãe, mas, em sua grande maioria, podiam ter sido pensados e previstos por eles mesmos, pois eram indivíduos conscientes).



Considerada a perspectiva do novo ser, observe a dimensão da injustiça cometida: ele tem a sua causa fora de si e sem possibilidade de influenciá-la de qualquer maneira; ele tem também a sua finalidade fora de si. O que estará bem dentro dele, enquanto estiver vivo, será a dor, como já o sugerem as próprias palavras utilizadas para referir-se, às vezes, ao pai e à mãe: “geradores” e “criadores”, gera-dores e cria-dores (veja o esquema, no título 27, que mostra essas relações).

7.0.5. Existe só uma atitude humana ultra-egoísta (ultra-manipulativa)

Se, no caso do egoísta e do super-egoísta, estes pudessem não sentir um vínculo forte o suficiente com a outra pessoa com a qual se relacionam somente por interesse próprio, para conseguirem se colocar na perspectiva dessa pessoa e pensarem-se e sentirem-se responsáveis por ela, para o ultra-egoísta não faltariam motivos para tal responsabilidade. Ele, em primeiro lugar, é responsável pela existência da outra pessoa; em segundo lugar, a finalidade do novo ser é a satisfação e concretização do seu desejo (do desejo do ultra-egoísta); em terceiro lugar, essa pessoa é constituída geneticamente e talvez até culturalmente (com grande influência, caso haja convivência familiar) por ele.

Se tudo isso não estabelece um vínculo motivador para conseguir colocar-se na perspectiva do novo ser, se tê-lo criado não faz que o criador se sinta plenamente responsável por ele, pois então não há nada que o estabeleça. Desse modo, se ele não tende, simplesmente, para uma tentativa de isenção, parece bastante razoável, dadas as circunstâncias, exigir pensar-se e sentir-se na perspectiva do novo ser e ser responsável por ele.

Mas observe que, em relação às questões propostas antes, o pensar-se e sentir-se na perspectiva do novo ser deveria ser feito, a rigor, no momento X1, ou seja, antes da existência dele, haja vista que, se gerado, já se caracterizou a situação de ultra-egoísmo. Nesse caso, tudo o que decorre da existência sem escolha, sem potência e sem ciência do novo ser, caberá a ele enfrentar.

Isto caracteriza um grau superior (e, portanto, acima do egoísmo e do super-egoísmo) de egoísmo, precisamente o que se denomina ultra-egoísmo. Pelo que foi apresentado, é fácil ver que só existe uma única atitude humana que atinge grau tão superior de egoísmo: a atitude de gerar um novo ser, a atitude de obrigar alguém a existir.

7.0.6. “Quem não tem filho é egoísta”

Curiosamente as pessoas que decidem não ter filhos são taxadas, muitas vezes, de egoístas: elas não teriam filhos porque não gostariam de compartilhar seu tempo, seu dinheiro, sua atenção, de ter de dedicar-se ao árduo trabalho de criação de um filho. Pelo contrário, essas pessoas que se abstêm quereriam dedicar tudo isso apenas a si mesmas. Nestas arguições há a premissa oculta de que não é possível para o ser humano, simplesmente, não desejar ter filhos; sendo assim, de acordo com esta crítica, as pessoas não teriam filhos apenas por causa desses ônus, mas na verdade elas queriam (como todo mundo) ter filhos.

Mas parece haver muitos tipos de motivação para não ter filhos e a resposta a essa crítica dependeria então da motivação que tinha cada pessoa que se absteve, sendo que muitas delas, possivelmente não teriam nenhum problema em assumir o seu “egoísmo” neste sentido. Mas ao considerar, no entanto, de forma mais ampla a

questão (como é feito aqui), observa-se que as pessoas que têm filhos (percebam elas ou não), são muito mais egoístas do que as pessoas que não têm filhos, mesmo as “egoístas” no sentido referido, pois estas apenas poderiam ser taxadas de egoístas, mas nunca de ultra-egoístas.

8. Da perspectiva do novo ser, por que obrigá-lo a ser?

Antes perguntávamos o porquê de obrigar alguém a ser, já que ao fazê-lo ele era obrigado ao “pacote” inteiro, com todos os sofrimentos (alguns muito intensos) inerentes ao humano. Considerada a parte recém exposta, tem-se agora uma resposta para esta pergunta: os ultra-egoístas buscam a realização própria, almejam satisfazer um desejo (um sonho), e para tal, obrigam alguém a ser, o criam especialmente para isso, considerando irrelevante a perspectiva do filho, num transbordamento ultra-egoísta de indiferença e insensibilidade.

Se alguém estivesse realmente preocupado com o bem do futuro filho ou filha, ao invés de com seu próprio bem, e ele desejasse, ao gerar alguém, não ser um ultra-egoísta, pensando em criar alguém com quem tivesse sérias preocupações com seus sentimentos, por quem se sentisse responsável e, principalmente, não ficando unicamente voltado para a satisfação das próprias necessidades, nesse caso, a pergunta a se fazer seria a seguinte: por que gerar um novo ser? Por que, da perspectiva dele mesmo, obrigá-lo a ser?

9. Obrigar a ser apenas pela compensação?

Para um ser existente que já foi obrigado ao “pacote”, é usual que tente avaliar os elementos “favoráveis” e “desfavoráveis”

da sua vida, afirmar que há sim muitos sofrimentos (alguns intensos), garantidos pela condição do humano, mas que também há “compensações” e que “a vida é assim, com altos e baixos”. Mas pensando em quem ainda não foi obrigado a ser, quem não foi obrigado ao pacote, se este inclui elementos favoráveis, mas também muitos outros desfavoráveis, e sendo que o “impor o pacote a outro” não é algo necessário, há de se considerar seriamente a seguinte questão: para o novo ser, não faz sentido tentar justificar o obrigá-lo a ser com base nos elementos “favoráveis” da vida.



Fazendo uma analogia, poder-se-ia dizer que o ser já existente é alguém que foi obrigado a ir trabalhar em uma localidade na qual é agredido todo dia, física e moralmente, onde passa fome, frio, calor, corre sério risco de vida, e não tem a quem recorrer, mas que, em compensação, recebe um ótimo salário. Para esse

indivíduo, dizer que a sua situação é ruim, mas que tem uma boa compensação, tem algum sentido, é uma racionalização possível para ele, em todo caso, se conformar. Mas havendo a opção de não colocar alguém nessa situação (no caso do ser ainda não existente), não seria interessante considerar seriamente essa possibilidade? Afinal, para alguém ainda não comprometido com dívidas nem com empregadores, é justificável implicá-lo numa situação desagradável apenas em virtude da compensação salarial?

Considere ainda que, mesmo que pai e mãe pensem, em sua hierarquia de valores, que o mais importante na vida é o dinheiro, em detrimento de qualquer outra coisa, o filho (ou a filha) poderá ter um conjunto de crenças e valores radicalmente distintos. Desse modo, o que é chamado pelos pais de “compensação” (ou “elementos favoráveis”), poderá nem sequer ser um pequeno benefício para os filhos! Há de se considerar ainda que a existência de compensações não anula ou sequer diminui a relevância do que se tenta compensar. Poder-se-ia concluir com uma outra analogia: gerar alguém para que desfrute dos aspectos agradáveis da vida seria como dar um tiro em outrem, com a intenção de que não fosse fatal, para que o atingido tenha a oportunidade de ir a um hospital considerado muito confortável pelo agressor, para a vítima deliciar-se com esse conforto. Absurdo, não?

10. Cálculo indefensável

Se o pacote da vida humana fosse constituído apenas de elementos inteiramente favoráveis, já ficaria menos difícil defender alguém que obrigou outro a aceitá-lo. Se o pacote fosse constituído de elementos inteiramente favoráveis e por uma insignificante (mas insignificante para quem?) parte desfavorável, ainda nesse caso

seria extremamente difícil defender alguém que obrigou outro a suportá-lo (já que poderia não tê-lo feito). Mas sendo, de fato, o pacote constituído por uma significativa parte má, torna-se simplesmente impossível defender alguém que obrigou outro (inocente, ou seja, sem escolha, sem potência, sem responsabilidade, sem ciência, e com a sua perspectiva absolutamente desconsiderada) a aceitá-lo.

11. Obrigar a ser sem ultra-egoísmo?

Assim, quem já foi obrigado ao pacote tenta fugir constantemente dos elementos desfavoráveis e ir ao encontro dos favoráveis, sempre perpassados, contudo, pelos primeiros, os necessários, tais como a sua mortalidade e a consciência disso. Mas pensando na perspectiva do novo ser, independente das alegrias que poderia ter, haveria sempre os sofrimentos e dores garantidos.

Mas haveria também um motivo indubitável e necessário para todos os seres serem? Lembrando que a busca por um motivo para fazer ser, o novo ser, é a tentativa de encontrar uma possibilidade de criar alguém sem ultra-egoísmo, sem orientar-se para a própria realização com independência do que isso acarrete ao novo ser. É o anseio por uma postura de coerência entre ter o filho ou filha e, ao mesmo tempo, querer seu bem.

Seguindo a postura de preocupação com o bem do novo ser, e tentando conciliá-la com o desejo da própria satisfação, têm-se várias atitudes possíveis que não implicam a criação de um ser sofredor. Se, entretanto, não há possibilidade, para muitas pessoas, de uma realização sem obrigar alguém à vida, é preciso encontrar esse motivo para resolver o conflito entre o bem do filho e o desejo da própria satisfação.

12. O sistema se dá bem, mas o agente leva a pior

Há os que indicarão como motivo da procriação elementos naturais, tais como a continuidade da espécie, da descendência com modificação (como a chamou Darwin, inapropriadamente chamada por muitos de “evolução”), a continuidade de uma mensagem natural passada por meio das gerações, em parte constantemente alterada (DNA), e outras exaltações da natureza. Embora possam se reconhecer algumas belezas na natureza e nessas continuidades, note que se observado do ponto de vista do singular, a situação não tem nada de bela¹⁰. Nessa ótica, o indivíduo humano sensível e consciente é um agente desse sistema insensível e não consciente, a natureza. Ele carrega em si essa mensagem natural.

Mas é ele, o agente, quem paga por existir, por carregar essa mensagem natural; é ele o sofredor, quem sente todas as dores e angústias de ser; é nele que isso dói, e é ele que chora. Condenar alguém a ser agente desse sistema poderia indicar, em todo caso, amor ao sistema ou à mensagem natural, mas não ao agente, ao filho ou à filha. Nesse caso, o amor é dirigido ao elemento insensível, não ao elemento sensível (ao agente)! Assim, também não coaduna com a postura de preocupação com o bem do filho ou filha, o obrigar alguém a ser em nome da natureza ou de alguma daquelas continuidades naturais.

10 Darwin elucidou que embora a natureza seja freqüentemente contemplada de modo a nos parecer “brilhante e jubilosa”, o que se passa, especialmente em uma ótica individual, é uma constante luta e destruição. Individualmente não é nada belo, não há espaço para ponderações éticas ou estéticas. Aliás, parece que se houve algum animal ou ser moral, se extinguiu logo que surgiu; provavelmente nem chegou a ter oportunidade de reprodução e, se teve, obviamente não o fez (por ser moral). Somos descendentes, necessariamente, de animais ou seres não morais.

13. Prejuízo garantido, benefício duvidoso

Há, ainda, os que indicarão como motivo de procriar certos elementos sobrenaturais, entidades tais como diabo(s), deus(es), espíritos, almas, fantasmas, anjos, santos, arcanjos, duendes, fadas, gnomos, entre outros, apontando para as relações entre alguns desses elementos e a procriação. De um jeito ou de outro, o que se pode afirmar com certeza é que, na realidade sensível que se opõe ao mundo mágico e fantasioso de entidades sobrenaturais, continua havendo muita dor e muito sofrimento.

Por outro lado, algumas pessoas acreditam em apenas uma daquelas entidades, outras em várias delas, algumas em todas e outras em nenhuma. Isso fere a exigência, muito razoável, de dispor de um motivo único – indubitável e necessário – para todos os novos indivíduos (pois, se não, nunca se sabe em qual desses grupos de crenças sobrenaturais o novo ser vai estar).

Em qualquer caso, se tenta justificar o obrigar alguém a ser em virtude das crenças sobrenaturais de uma outra pessoa (do gerador). Temos aqui o causar de um prejuízo garantido, no mundo sensível, ao novo ser (sofrimentos, dores, entre outros), em nome de algo não garantido, referente a um mundo mágico que ele pode assumir ou não. Deste modo, também não coaduna com a postura de preocupação com o bem do filho ou filha o obrigar alguém a ser em virtude de motivos sobrenaturais, ou por crenças em um sistema sobrenatural (far-se-á na próxima seção uma consideração mais ampla sobre os sistemas de crenças, envolvendo inclusive algumas das entidades mencionadas).



Se você aceitou o roteiro de leitura intercalada, vá agora para as “Cartas do Ego I” para depois retornar à seção que se apresenta a seguir.

II – Ser é não ser. Os dois nada. Sistemas de crença.

14. Primeiro nada (nada-nada), segundo nada (nada-mortalidade)

Seguindo a minha proposta inicial de pensar o surgimento do novo ser desde a perspectiva dele, e não a partir de um motivo externo (tais como a satisfação dos geradores, a acentuação de elementos naturais ou sobrenaturais, entre outros), a questão é: que motivos ele teria para ser? A resposta é que não teria motivo algum, pois, afinal, ele não existe. Da perspectiva do que não é, não há nada “faltando”. Não há problema algum em não ser. Do nada (ou melhor, deste nada), não se “tirou” nada. Não se impediu, não se negou, não se privou o novo ser nem de alegrias nem de experiências. Pois ele não é um nada que se tornou nada porque algo lhe foi subtraído (este seria um outro nada, um “nada subtrativo”). Ele é um nada por nunca ter sido.

Pode ser muito difícil entender isto pois sempre falamos da perspectiva do ser, já sendo; e por isso o nada parece ao já existente algo de indesejável, ruim, negativo, como uma espécie de “segundo nada”, posto que para um existente chegar ao nada, algo precisa ser-lhe subtraído, tirado, impedido de ser. Este “segundo nada” refere-se, pois, à mortalidade. Mas em relação ao novo ser (no momento X1), esse não é o caso, pois nesse momento ele é nada, ou melhor, ele não é (e a isto podemos chamar “primeiro nada”, nada de 1º tipo). Simplesmente nunca tendo sido não há como ser subtraído, impedido, retirado ou negado em qualquer aspecto (não há o 2º tipo de nada, não há mortalidade). Nós que já somos, sim, para irmos ao nada temos de ser subtraídos, retirados; mas se nunca se foi, o manter-se no nada não implica qualquer impedimento, subtração ou diminuição.

15. Ser é não ser, eis o problema

Normalmente se associa ao nada (ou ao não ser) a impotência, e ao ser a potência. Se considerado dentro de uma perspectiva física isso pode ser verdadeiro já que algo que existe, um corpo, por exemplo, tem massa, tem dimensões, tem potenciais como o gravitacional, o elétrico, tem energia cinética, entropia, entre outras propriedades. No entanto, em uma perspectiva epistêmica – consciente, racional e sensível –, ser algo é ser exatamente esse algo, somente isso, nada a mais e nada a menos que isso, nada diferente disso, tendo essas propriedades, essas definições, essas limitações, essas potências.

Sendo algo não se é, concomitantemente, todas as outras coisas (todas as outras possibilidades) e tem-se plena ciência disso. Sabe-se, então, que embora se tenha várias propriedades e potências, não se tem uma infinidade de outras, sabe-se de várias limitações, inclusive dessa de não poder ser diferente do que se é, essa imutabilidade em relação a seu próprio ser. Nota-se que as potências e propriedades que se tem são ínfimas em relação às que não se tem, enfim, nota-se que, ao ser, não¹¹ se é muito mais do que se é.

Dessa forma, o não ser (dada a perspectiva epistêmica) pode ser mais potente que o ser; ao não ser poderia-se atribuir, como resultante, uma potência geral de valor nulo, e ao ser, considerado um “somatório” entre potências e impotências (entre o que se é e

11 Na consideração física que se fez, abordando algumas propriedades, obteve-se um resultado oposto ao da referência epistêmica. Se, no entanto, outros aspectos fossem considerados, poderia-se ter uma concordância entre o físico e o epistêmico. Por exemplo, tanto no macrocosmo (embora se tenha falado em matéria escura) quanto no microcosmo há, ao que parece, mais vazios do que preenchimentos. Em tudo que é constituído parece haver mais ‘nada’ do que qualquer outra coisa, mais ‘não ser’ do que ‘ser’. Enfim, o “ao ser, não se é muito mais do que se é” parece valer tanto para o humano quanto para a galáxia ou para o átomo.

o que não se é), uma potência geral de valor negativo. Assim, ao se gerar um ser que possui uma perspectiva epistêmica (tal como um ser humano), embora comumente se acredite estar “dando” algo a ele, “dando vida”, “dando possibilidades”, o que de fato se está fazendo é “tirando” algo (o seu primeiro nada, ou a sua nulidade) e, em certo sentido, “tirando vida” (considerando que se está “dando” uma vida subtrativa, de encontro com o 2º nada, uma vida mortal, a perspectiva inevitável do nada subtrativo, a partir de quem é, já tendo sido – após o momento X2), ou seja, “tirando possibilidades”, exatamente por estar “dando” uma existência limitada a um ser particular de potência negativa.

Como se não fosse suficiente que um ser consciente racional e sensível saiba disso tudo, sendo também um ser que deseja, cedo ou tarde desejará passear pelas regiões impossíveis ao que ele já é. Ou seja, cedo ou tarde “sentirá falta” das potências que não tem (ou lamentará por tê-las), das propriedades que não tem (ou lamentará por tê-las), de ser o que não é (ou lamentará por sê-lo), talvez até de não ser (ou lamentará por ser), ou de não ter sido (ou lamentará por ter sido). Pois a condição do 1º nada é de absoluta liberdade, não limitada, não definida, sem propriedades, não caracterizável, sem impotências, sem dores, sem sofrimentos, sem perturbações, sem receios, sem angústias, sem lamentações, sem perdas, sem diminuição, sem subtração, sem redução, absolutamente sem qualquer coisa.

16. A única possibilidade de respeitar o nada do novo ser

O 1º nada se dá por um vazio não valorado (no momento X1), diferentemente de quando se gera um novo ser e se “dá” (obriga-se) a ele a inescapável perspectiva do 2º nada (o nada subtrativo) e o possível desejo pelo 1º nada. Existindo (e só en-

tão), o 2º nada será valorado, comumente, como um vazio ruim, constituído inclusive por experiências fisiológicas e psicológicas desagradáveis, dado que “sentir vazio” ao longo das experiências vividas freqüentemente não é uma experiência boa, seja o sentir do estômago vazio, seja o sentir do “coração” vazio (afetivamente não correspondido, solitário).

Existindo (e só então), o 1º nada poderá também ser valorado como um vazio bom, como o não preenchimento do que o preenche, como a não constituição que o constituiu, a única (em X1) esperançosa possibilidade (agora, a partir de X2, frustrada definitivamente) de não ser limitado, impotente, sofredor, de não ter sempre a perspectiva do 2º nada a sua frente, de não tender à debilidade, de não ser diminuído, subtraído, reduzido, de não perder a si todos os dias, enfim, de não ser. É melhor, assim, ferir o direito de ser do não ser (que não é um ferimento efetivo) do que ferir o direito de não ser do ser (sem dúvida, um ferimento efetivo).

17. Mantido em X1, não há problema algum!

Deste modo, não obrigando um novo ser a ser, ele (ou ela) não será negado, visto que, nesse caso, isto é, mantido em X1, ele (ou ela) nunca foi e nunca será. Não se negam ao novo ser, portanto, alegrias, experiências, nem quaisquer outras coisas. Mantém-se, assim, o 1º nada, no qual nada foi negado e nada foi afirmado em relação ao novo ser. Observe, então, que o não obrigar alguém não traz uma negação em relação ao novo ser, mas apenas não traz uma afirmação. Quando, no entanto, se obriga alguém a ser, afirma-se o novo ser, e aí, já é tarde demais... O “botão” foi pressionado, os mísseis já estão a caminho. Vem o “pacote” inteiro, o nada subtrativo, os sofrimentos e dores, a impotência de ser exatamente algo e não poder ser todo o resto, e tudo o que já se mencionou.

Não há, pois, na atitude de não obrigar, nada de reativo em relação ao novo ser. O que se poderia afirmar é que há sim uma atitude reativa em relação a outras coisas e não em relação ao novo ser. Nega-se o que existe, reage-se às regências vigentes. Pode-se dizer que se nega ou se reage à tendência de repetição de atitudes dos predecessores, a uma inércia símia baseada em imitar e repetir, a uma tradição, aos hábitos de uma sociedade, a um conjunto de regras de algum grupo de indivíduos, entre outros. Não obrigando alguém a ser, se tentaria assumir uma atitude genuína, não orientada por um costume irrefletido, se tentaria não ter apenas a responsabilidade de um macaquinho.



Se considerado de uma perspectiva biológica, poderia-se afirmar estar negando, na atitude de não obrigar, certas partes e funções corporais; se a referência for uma perspectiva psicológica, poderia-se afirmar estar negando certas tendências que nos levariam a obrigar alguém a ser; se considerado de uma perspectiva

da pura natureza, poderia-se afirmar estar negando a direção que o sistema nos impõe, situando-nos em um cenário cheio de astúcias procriadoras da natureza. E algumas outras considerações (até de nível mais abstrato) ainda poderiam ser elaboradas, mas certamente não pode ser sugerido que, com a atitude de não obrigar, se nega algo ao novo ser, ou ainda, que se tem uma atitude reativa em relação a ele (pois, afinal, ele simplesmente não é).

18. Do primeiro nada à geléia crua

Em relação a esses importantes tópicos poder-se-ia lembrar (em caráter ilustrativo) do poema de Augusto dos Anjos, *A um gérmen*, transcrito abaixo:

Começaste a existir, geléia crua,
E hás de crescer, no teu silêncio, tanto
Que, é natural, ainda algum dia, o pranto
Das tuas concreções plásmicas flua!

A água, em conjugação com a terra nua,
Vence o granito, deprimindo-o... O espanto
Convulsiona os espíritos, e, entanto,
Teu desenvolvimento contínuo!

Antes, geléia humana, não progridas
E em retrogradações indefinidas,
Volvas à antiga inexistência calma!...

Antes o Nada, oh! gérmen, que ainda haveres
De atingir, como o gérmen de outros seres,
Ao supremo infortúnio de ser alma!

19. Sistemas de crença

Observa-se uma grande variedade de sistemas de crença, com muitas explicações sobre o mundo e até sobre mundos em geral. Há adeptos, em todo o mundo, para todos esses sistemas. Nota-se que, em relação a certos aspectos das descrições apresentadas por esses sistemas, seria impossível que todos eles estivessem certos (por afirmarem coisas impossíveis de serem simultâneas), ou seja, há incompatibilidades entre os sistemas. Se for assumido, assim, que um sistema Y descreve bem o mundo ou os mundos que ele descreve, os sistemas I, F e L (por exemplo) não poderiam bem descrevê-lo ou descrevê-los.

Uma interessante pergunta seria a seguinte: por que assumir (por exemplo) o sistema Y? Por que não assumir o sistema I, ou o F, ou o L, ou ainda qualquer outro? Consideremos que essa seja uma pergunta interessante, mas sem uma resposta compreensível e comunicável, e que poderia não haver um critério externo ao indivíduo para dizer a ele qual sistema deverá assumir, de tal forma que a assunção de um deles se daria internamente, dependendo da fé e das crenças da pessoa, de acordo com as suas particularidades.

Dessa forma, os sistemas de crenças não poderiam ter uma confirmação externa, um critério que se pudesse adotar para dizer qual é o melhor, se o Y, o I, o F, o L, ou qualquer outro. Por isso há o quadro antes descrito, ou seja, uma multiplicidade de sistemas e adeptos para todos eles. Pois se houvesse um critério externo, bastaria haver um único sistema de crenças universal, do qual todos seriam partidários.

19.1. Trabalhando com diversas possibilidades e extraindo padrões

Não sendo possível afirmar qual sistema de crença é o correto (supondo que haja algum), faz-se necessário trabalhar com a dúvida. Uma forma interessante de fazer isso é a de assumir, como uma primeira possibilidade, que certo sistema (o A, por exemplo), é o correto (o verdadeiro, o que descreve bem o mundo ou os mundos) e que todos os outros são incorretos. A partir dessa primeira possibilidade pode-se pensar nas conseqüências, ou seja, quais as implicações disso particularmente para a questão aqui abordada, isto é, a da procriação (com dois resultados possíveis, o de procriar ou o de não procriar).

Os termos para se pensar seriam os mesmos mencionados inicialmente, quais sejam, pensar em todos os envolvidos na questão e o que caberá a cada um deles (como se fosse um apostador, que não sabe qual será o resultado de um jogo, mas tem de fazer a aposta). Feito isso, passa-se para uma segunda possibilidade, em que se assume outro sistema (o B, por exemplo) como correto e todos os outros como incorretos, e segue-se o proceder de extrair todas as implicações para a questão da procriação. Continua-se com esse procedimento até que todos os sistemas de crença tenham sido examinados; com isso consegue-se um quadro geral de quais são as implicações para todos os envolvidos nessa ação, a respeito da questão colocada.

Qualquer que seja o sistema tem-se, no mínimo, três envolvidos (pai, mãe e filho ou filha, ou seja, os elementos naturais, porém, segundo vimos, possivelmente relacionados a elementos sobrenaturais) e as relações e implicações descritas (como as sintetizadas no esquema do título 27 e tantas outras). O que os

sistemas farão (em relação ao quadro proposto) é adicionar um ou mais envolvidos (os elementos sobrenaturais), e relacioná-los a algum deles (os necessários elementos naturais ou os sobrenaturais a eles relacionados).

Para exemplificar, consideremos um sistema hipotético E, que afirme, entre outras coisas, que é necessário gerar um novo ser para que um espírito (de outro mundo) possa encarnar no corpo (neste mundo) e evoluir, inclusive por meio do sofrimento (diga-se de passagem que, para evoluir por esse meio, parece que ele veio ao “lugar” certo, com todos os “ingredientes” necessários). No caso de E, poder-se-ia adicionar um outro envolvido: o espírito. Teríamos também que, na possibilidade de assumir esse sistema como o correto e os outros como incorretos, em se procriando estariam envolvidos o filho e, a ele associado, o espírito, que estaria evoluindo por meio das experiências de sofrimento.

Observe que isso (a presença desse espírito) não altera nada do que já se demonstrou antes acerca da vida do filho: ele terá de passar por todos os sofrimentos mencionados, será limitado, impotente, será um ser exatamente de um modo e não de todos os outros modos, ele é que sentirá (em seu corpo) todas as dores da existência e que pagará por existir. Mas agora se conta com uma historinha que dá sentido e explicação para todos esses sofrimentos, dores e limitações.

Dessa maneira, tomada afirmativamente a decisão da procriação, sacrifica-se o corpo (entendendo por tal tudo o que podemos dizer sobre um corpo, incluindo os pensamentos, sentimentos e a sensibilidade) do filho em prol de um espírito (de outro mundo), que encarnará no corpo do filho. Tem-se, assim, paralelamente à constante debilidade do corpo do filho, uma possível “evolução”

do espírito encarnado nele. Dessa maneira, o prejuízo fica para o corpo do filho, e o benefício (ou malefício) caberá ao espírito.

Se a decisão tomada, no entanto, for a da não procriação, pode-se (nesta perspectiva) ter o problema que o espírito não poderá encarnar e evoluir (não, ao menos, no corpo do próprio filho), e quem tomou tal decisão pode ser considerado um limitador. Com isso, o prejuízo fica para o espírito, mas, talvez, também para os que tomaram a decisão de não procriar, supondo algum “castigo” por inviabilizar o encarnar desse espírito naquele corpo. O beneficiado (pré-existencial), nesse caso, seria o (corpo do) filho. Como nunca chegará a ser, manterá o *status* privilegiado do 1º nada. Caso queira se indicar um beneficiário existente, poder-se-ia mencionar os que tomaram a decisão de não tê-lo, por não obrigarem o (corpo do) filho a ser e por não serem responsáveis pela sua existência.

Se for feita similar reflexão sobre outros sistemas de crença ao invés do hipotético E (que guarda semelhanças com alguns existentes), ter-se-ão alguns padrões interessantes (constantes nessa reflexão), que se aplicam, se não à totalidade, a uma grande parte deles. Indicam-se, a seguir, alguns desses padrões.

19.2. Amar a(o) filha(o) sobre todas as coisas

A decisão de gerar um novo ser sacrifica o corpo do filho (que é necessário e inclui pensamentos, sentimentos, sensibilidade, entre outros) em prol de algum(ns) elemento(s) sobrenatural(ais) contingente(s), trazendo prejuízo (várias restrições naturais, no sentido de não sobrenaturais) para o corpo dele, e tentando beneficiar aquele(s) elemento(s), que em um sistema é um, em outro é outro, não havendo critérios externos para decidir sobre eles, e sendo possível, inclusive, que ele(s) não exista(m). Já a decisão de não ter

um filho beneficia o corpo do filho (necessário, reconhecido como existente¹² se não por todos, por um número enormemente maior que o número de adeptos de qualquer sistema de crença) e, portanto, os seus pensamentos, seus sentimentos e sua sensibilidade; e pode trazer um prejuízo para o(s) elemento(s) sobrenatural(ais) e para os que tomaram a decisão, caso haja alguma sanção (de origem sobrenatural) para essa atitude.

Assim, ao ter um filho com uma motivação religiosa, o que se faz é dedicar-se, amar, seguir um sistema sobrenatural de existência duvidosa (se não o fosse, não seria necessário ter fé, e não haveria tantas crenças diferentes) e, em contrapartida, não dedicar-se, não amar e não se preocupar com o (corpo do) filho (com o qual se conviverá, provavelmente, por muitíssimos dias), com seus pen-

12 Nestas passagens, supõe-se sempre que o corpo necessariamente existe em um mundo perceptível pelos (cinco) sentidos, e distingue-se de elementos de existência duvidosa, situados em mundos mágicos, ou percebidos apenas por alguns. Nessas referências, no entanto, parece ter-se desconsiderado a possibilidade (pelo menos experimental) da não existência de parte do corpo (freqüentemente associada à imagem de um “cérebro em uma cuba”, que sofre certos estímulos e acredita ter um corpo e viver em um mundo no qual em realidade não vive, tal como mostrado no filme *Matrix*). Esta possibilidade, contudo, não é aqui totalmente descartada. Caso se deseje assumi-la, considerando que se está em um experimento desse tipo, parece que resta, a esse indivíduo ou a esses indivíduos, aquela potência de não impor o “pacote” ao outro. Observe que se essa hipótese for assumida, ter-se-ia ainda mais um motivo para tentar não procriar: o de não colocar alguém em uma “condição experimental explícita”, como uma cobaia (possivelmente pior que a “não experimental explícita”). Referiu-se a uma “condição experimental explícita” porque, de certo modo, a nossa condição natural parece experimental, ou até pior. No que concerne à manipulação, por exemplo, o ultra-egoísta a pratica com o novo ser de uma forma que nenhum cientista conseguiria, qualquer que fosse o seu objeto de estudo. Por mais que possa parecer cruel a manipulação feita em um animal por parte de um cientista, por exemplo, ao cortar-lhe inteiro, ao modificar suas partes (mesmo com experiências que envolvem alterações genéticas), ele nunca conseguirá manipular esse animal no nível do ser, o que é feito com sucesso pelo gera-dor ultra-egoísta.

samentos e sentimentos, com sua sensibilidade, condenando-o a sanções naturais garantidas. Ao não ter um filho, diferentemente, dedicou-se, amou-se, e preocupou-se com o (corpo do) filho, com os seus pensamentos e sentimentos, com a sua sensibilidade, e caso haja alguma sanção, a responsabilidade fica para os que decidiram não tê-lo e não para o novo ser; caso haja algum prejuízo, ficará para o(s) elemento(s) sobrenatural(ais) e não para ele.

Enfim, o não gerar um novo ser traz a responsabilidade para si, mantendo no próprio indivíduo que tomou a decisão, as implicações dessa ação. Pelo contrário, o gerar um novo ser joga nos ombros do filho (nos casos examinados, em nome de um elemento ou sistema sobrenatural) o pacote inteiro, com uma infinidade de implicações, e daí (em X2, e a partir de então) o problema ficará para o novo ser (pois agora ele é), e não para os geradores.

Sumariamente, ao gerar um novo ser tendo em mente uma motivação religiosa, sacrifica-se o que necessariamente existe (o corpo do filho) em prol do que só possivelmente existe (Diabo, Deus, espírito, ou o elemento ou sistema sobrenatural que for). Em uma imagem aterrorizante, imagine que fosse enfiada uma agulha em algum desses elementos sobrenaturais; consegue-se imaginar o espírito, Deus, o Diabo ou qualquer desses elementos sentindo dor com isso? Tente agora imaginar o seu filhinho ou a sua filhinha com uma agulha enfiada nele ou nela. É mais fácil supor que ele ou ela esteja sentindo dor, não é?

19.3. Humildade e incerteza

É importante que os adeptos de qualquer sistema de crenças considerem tudo o que foi aqui exposto, ou seja, tenham a humildade de reconhecer a possibilidade de serem adeptos de um

sistema que não descreva perfeitamente bem o(s) mundo(s) (em virtude da multiplicidade dos sistemas e das incompatibilidades entre eles, sendo impossível que todos estejam descrevendo bem o que descrevem). E, desse modo, elaborem as suas decisões por meio da dúvida que nos apresenta a razão, que é parte importante do ser humano (que, se foi feito por Deus ou por alguma força superior – como muitos acreditam – é sagrada e, portanto, não pode ser desprezada).

Com independência da possibilidade, humildemente reconhecida, ser verdadeira ou falsa, quem estará pagando pela decisão dos geradores será o filho ou a filha (pois aí ele ou ela será, e independente da associação com o elemento sobrenatural, sentirá veementemente todas as dores de existir). Mas se for verdadeira, ele ou ela ainda terão o fardo da existência sobre seus ombros apenas e tão somente porque os geradores assim o quiseram¹³.

13 Obrigar alguém em virtude dessa motivação religiosa remete, na verdade, aos propósitos dos próprios geradores do novo ser, por traduzir-se no seu desejo de obedecer a algum elemento sobrenatural (de sua crença particular), de pactuar com algum sistema sobrenatural (de acordo com o seu credo), e acaba constituindo, de qualquer modo, uma satisfação própria (que se tentou projetar para outro mundo ou para o sobrenatural em geral). Como exposto, então, no referente ao ultra-egoísmo, isso também caracteriza uma atitude ultra-egoísta. Um claro exemplo disso é que algum crente do sistema U, tem um filho e acredita estar fazendo certa coisa, mas já alguém do sistema J faz a mesma coisa, acreditando estar fazendo uma outra coisa, e outro do sistema L, o faz e acha estar fazendo uma terceira coisa. O que se tem em comum nos três casos? Ultra-egoísmo: dois indivíduos obrigando um novo ser a ser. A historinha contada é diferente, mas a atitude é a mesma. Decidem ter um filho em virtude de suas crenças, valores, interesses, causas e invenções, e sobra depois para o novo ser (que pode não ter nenhuma identificação com tais crenças e configurações). Por mais que dessa forma os gera-dores apontem para fora de si, cada sistema tendo uma direção diferente, o núcleo comum é sempre um indivíduo “apontante”, que aponta pra cá e pra lá, em decorrência de seu ser desejoso, o que explicita, em todos os casos, a centralidade do “eu”.

19.4. O bem do novo ser como principal ou único objetivo

É importante a consideração do exposto porque frequentemente os adeptos de qualquer sistema de crença, ou da maioria deles, declaram querer, em relação aos próprios filhos, o mesmo que o autor deste ensaio, ou seja: o bem do novo ser. Suponho haver esse nexos de intenções entre o autor e seus leitores. Tendo, assim, esse mesmo desiderato, parece haver um elo ou conexão que possivelmente permitirá atingir o objetivo, ou seja, o bem do novo ser. Propõe-se que esse seja não apenas o principal objetivo, mas, preferencialmente, o único. Ou, se colocado em termos dos indivíduos geradores, a satisfação deles será, pelo menos, o não fazer mal ao novo ser. Afinal, se é possível ter uma satisfação fazendo mal a um indivíduo absolutamente inocente, e é possível também ter satisfação não fazendo mal a ele, não é melhor (moralmente) a última opção? Não seria melhor satisfazer-se sem fazer mal a um indivíduo absolutamente inocente? É a pergunta que, por hora, vos deixo.

20. O pior problema dos otimismo

Em uma sumária consideração sobre alguns tipos de otimismo, explicitam-se algumas relações possíveis com a procriação e suas implicações.

Um otimismo que desconsidera toda evidência e afirma, por exemplo, diante de quem vive na dor e no sofrimento, que “tudo vai bem” ou que “tudo caminha para o bem”, é, por si, não apenas errôneo e ilusório, mas essencialmente cruel. Mas essa crueldade não chegou ainda ao seu grau máximo. A crueldade máxima se atinge obrigando alguém a ser por achar que “tudo será possível

ao novo ser”, que “tudo vai bem”, “tudo vai melhorar”, “meu filho viverá em um mundo melhor do que o que eu vivi”, “minha filha terá condições melhores do que eu tive”, e assim por diante.

Observe que ao gerar outro em virtude desse ingênuo imaginário, no abusivo exercício de seu direito de ser otimista, fere-se o direito do novo ser de ser pessimista. O otimismo dos geradores (seja econômico, religioso, social, político, familiar, ou qualquer um) deixa de ficar vinculado só a eles, invadindo o espaço do outro, e do outro particularmente inocente, o novo ser. Pois qualquer pessimismo que ele venha a ter já estará maculado pela escolha original otimista, não feita por ele.

O pessimismo verdadeiro, ou seja, o de não nascer, não é mais possível, só um pessimismo secundário, já dentro do otimismo originário dos pais.

21. Em suma: sempre ultra-egoístas

Lembrando alguns pontos da exposição anterior, tem-se que não é possível (para todos) justificar a obrigação de ser a partir de “compensações” (relativas e contingentes). Fez-se uma tentativa de encontrar pelo menos um motivo indubitável e necessário para todos os novos seres serem, e demonstrou-se que, da perspectiva deles, não há motivo algum para ser, não há um motivo interno, não há razão que repouse nele mesmo. Com isso, falha a pretensão de criar alguém sem ultra-egoísmo (ou seja, preocupando-se com o bem dos filhos, pensando na perspectiva deles, não ficando exclusivamente voltado à própria satisfação). Só se encontram motivos externos para o novo ser ser. Esses motivos se tornam explícitos ao olhar para os que o obrigam a ser, e observar para onde eles olham, se para si mesmos, para suas empresas, seus bens,

sua família, para a sociedade, ou para a projeção de si que eles façam. Apenas existindo (do momento X2 em diante) o novo ser terá motivos internos, talvez para sorrir, mas também, sem dúvida, para lamentar-se, sofrer, angustiar-se.

22. Não há ultra-egoísmo na adoção fortuita

A única opção que resta a quem precise desesperadamente passar (pelo menos em grande parte) pela experiência paterna ou materna, mas sem praticar ultra-egoísmo, é o que denomino “adoção fortuita”, a adoção de alguém sem qualquer trama ou controle. Pois sempre se poderia, seguindo a pretensão de isentar-se de responsabilidade, tentar “trocar de vítimas” de adoção (como acontece para o caso de assassinatos no filme *Pacto sinistro – Strangers on a train* – de Alfred Hitchcock), em que se premeditaria, por exemplo, uma adoção trocada entre dois casais conhecidos. Isso ou qualquer outro tipo de planejamento (como manter um grupo reprodutor e outro para adoção dos reproduzidos) se manteria ainda no plano do ultra-egoísmo.

Mas na adoção fortuita, ou seja, no caso de pessoas adotando sem premeditação alguém já existente, embora pai e mãe adotivos possam ser considerados equivalentes a pais “naturais” ou “biológicos” em certas esferas, certamente não o são na esfera que podemos chamar “ontológica”. Neste âmbito a diferença é gritante e para entendimento das relações descritas neste ensaio, pai e mãe adotivos não obrigaram o filho adotivo a ser, não havendo, portanto, as manipulações máximas que se observam no ultra-egoísmo.

23. Só é possível ser bom pai e boa mãe não sendo pai e mãe

Dessa maneira, nota-se que falha aqui a busca por uma postura de coerência entre querer o bem do filho ou filha e o fato de tê-lo. Há uma incompatibilidade entre o bem do novo ser e a atitude de obrigá-lo a ser. Uma vez tendo-o obrigado (de X2 em diante), não se estará pensando, em geral, no bem do novo ser, não se estará preocupado com o filho propriamente dito (pode-se, a partir daí, orientá-lo para um melhor caminho, ou algo assim, mas já é tarde demais, pois o pior já foi feito). Essa atitude (a de ter um filho) pode revelar inclusive certa veneração a um sistema insensível, pode revelar, levada ao cerne da questão, certa dedicação amorosa a si, em tal grau de envolvimento consigo mesmo que não se consegue pensar no bem do próprio filho ou filha, só na própria satisfação ultra-egoísta.

24. Parece melhor convencê-lo de que foi a cegonha...

O que responder ao novo ser se ele lhe perguntar algumas das seguintes coisas?

— Por que vocês me fizeram ser? Por que vocês me colocaram aqui?

— Vocês queriam alguém para amar? Estavam amando um ao outro e queriam um fruto desse relacionamento? Ou me queriam para trazer alegrias a vocês ou a algum outro envolvido?

— Ou seria para constituir uma família, passar pela experiência da maternidade e da paternidade, para dar um sentido a uma vida que lhes parecia não mais tê-lo? Ou para resolver uma crise matrimonial, existencial, espiritual, social, política, ou qualquer outra?

— Ou talvez para fazer parte de uma tradição, dar continuidade a uma família, para serem socialmente aceitos (afinal todo mundo tem filhos)?

— Ou porque um bebê ou uma criança é a coisa mais linda do mundo?

— Ou me queriam para ter alguém para quem deixar os bens? Ou para ter quem os cuidasse na velhice? Ou para continuar a espécie?! Ou para exaltar a Deus!?

Se essas fossem as justificativas, o novo ser poderia, com justiça, reclamar: “Vocês estavam apaixonados e eu que levo o mundo?”; “Vocês estavam em crise e sobra para mim?”; “Vocês queriam um bebê lindo e agora eu tenho de agüentar a barra?”; “O que eu tenho a ver com tudo isso?”.



De fato, ele nada tem a ver com isso, genuinamente. Ele é apenas aquele que eles precisavam para amar, o fruto que queriam daquele relacionamento; é a fonte de alegria de que precisavam, o membro da família que faltava, aquilo que eles queriam para passar pela experiência da maternidade ou da paternidade, para dar sentido às suas vidas, resolver suas crises, fazer parte de uma tradição, dar continuidade a uma família, serem socialmente aceitos (afinal, todo mundo tem filhos!). É o que eles queriam para se satisfazerem esteticamente (ele é essa “coisa mais linda do mundo”); ou para receber seus bens, cuidá-los na velhice, continuar a espécie e exaltar a Deus.

Mas estas justificativas são tão egoístas (ultra-egoístas) que parece melhor convencê-lo de que foi mesmo a cegonha quem o trouxe ao mundo, sem que nada pudessem fazer para impedi-la.

25. Bate e depois assopra

Há uma curiosa ironia na orientação educacional dos geradores, aquela que se dá por parte do pai e da mãe que orientam seus filhos no tocante às adversidades que estes irão enfrentar ao longo de suas vidas. É comum que os geradores lhes imponham uma série de cuidados e afazeres, afinal “a vida é muito difícil e precisa-se de preparação para prosperar”. É também comum que os geradores não permitam, ou ao menos recomendem aos seus filhos que não se relacionem com “certas pessoas”, pois “o mundo está cheio de gente maldosa e egoísta que quer se aproveitar de vocês, que irá magoá-los, praticar injustiças contra vocês, e inclusive machucá-los”.

Talvez em um primeiro momento, os filhos fiquem muito contentes por terem alguém tão preocupado assim “com o seu

próprio bem”, mesmo que contra a vontade deles. Em um segundo momento, no entanto, crianças perspicazes talvez achassem interessante perguntar aos geradores: “Mas, papai e mamãe, se a vida é tão difícil e requer tantos cuidados que me impedem de fazer o que quero, e se o mundo está tão cheio de pessoas maldosas e egoístas que querem se aproveitar de mim, que irão magoar-me, praticar injustiças comigo e inclusive machucar-me, e eu agradeço muito pelas suas orientações, mas, antes disso, por que vocês me colocaram neste mundo tão sombrio?”.

A maior ironia nesta atitude dos progenitores é que eles mesmos, os pais, foram, em certo sentido, os primeiros a cometerem as desconsiderações (cujas vítimas são os filhos) das quais tentam, mais tarde, poupá-los (ou seja, de serem vítimas de outros), como se quisessem um “contrato de exclusividade”: já que os criaram para eles, são agora seus proprietários e não querem que outros possam desfrutar deles.

Advertir os filhos que o mundo está cheio de pessoas egoístas que querem se aproveitar deles, que praticarão injustiças com eles, é o mesmo que avisá-los que há no mundo outras pessoas como os próprios geradores. É informá-los de que mesmo com um mundo cheio de pessoas assim, aproveitadoras e injustas, e mesmo a vida sendo muito difícil, os geradores (que sabiam disso) obrigaram os filhos a ser, mesmo podendo evitá-lo.

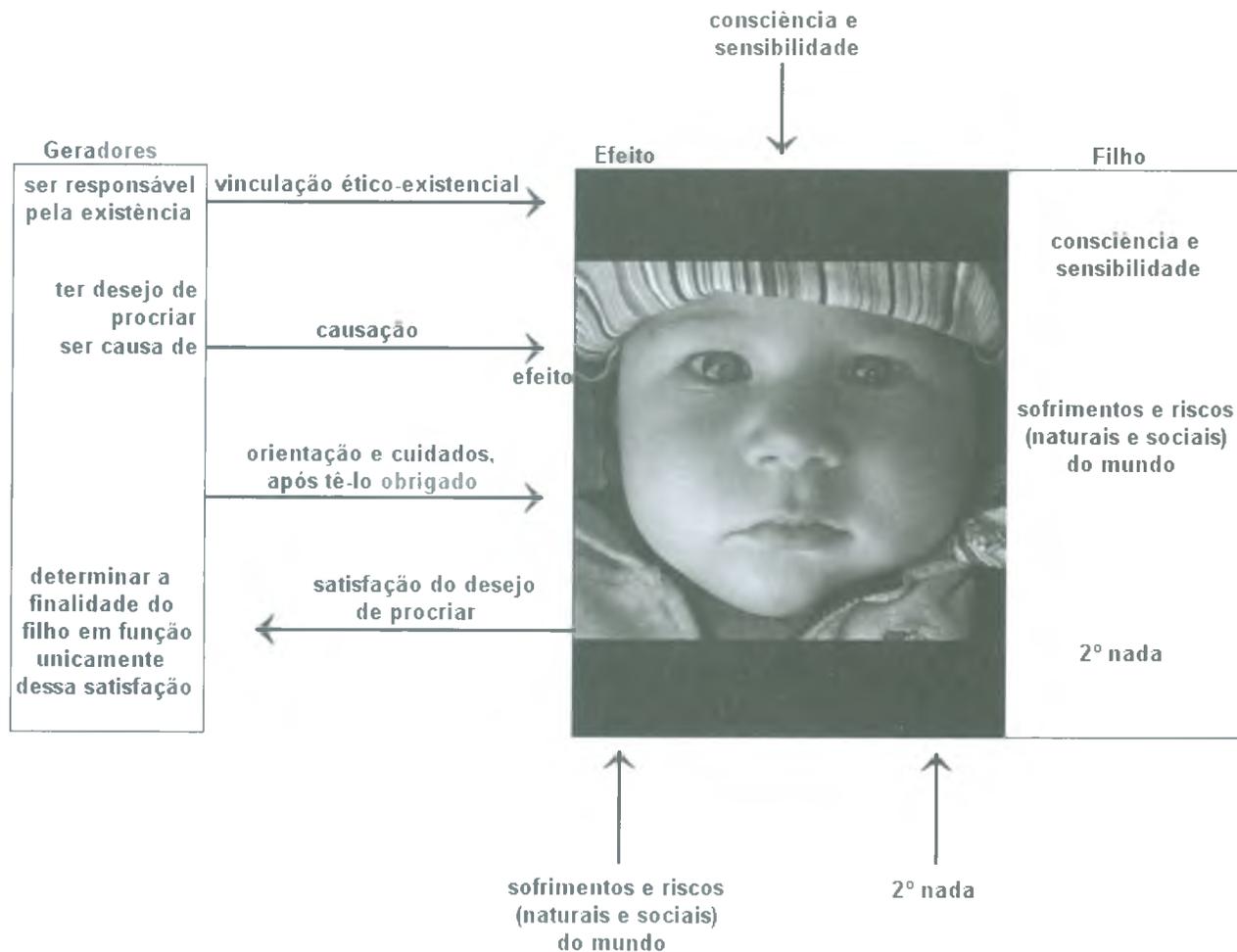
Mas cometer um crime e depois proteger a vítima, não apaga a primeira ação. Nesse caso, pelo contrário, só se terá de proteger a vítima por, primeiro, tê-la transformado em vítima. Essa ação primordial possibilitará depois todas as futuras “vitimizáveis”.

26. Trilogia da responsabilização: três tragédias na mesma atitude

Como anunciado no prefácio, neste texto seguiu-se certo movimento que permite vislumbrar três tipos de imputação ou de responsabilização. Inicialmente tem-se o que poderíamos chamar de primeira imputação: o problemático consiste em simplesmente obrigar alguém inocente (não ciente, não potente e não responsável) a algo. Em seguida uma segunda imputação, em que o problema consiste em obrigar alguém a algo que não se sabe se será bom ou não (para ele, o outro particularmente inocente). E na parte segunda (em “o Ego da questão”, I e II) uma terceira imputação, em que o problema consiste em obrigar alguém (a prototípica vítima inocente) a algo que será certamente mau para ele. Seguindo a exposição cumulativa que se fez, a imoralidade da procriação se configura de forma mais completa com todas essas imputações, ainda acompanhadas do fato de que os geradores abandonaram a possibilidade da abstenção, aberta a todos.

27. Esquema relacional entre geradores e novo ser na procriação

O esquema a seguir ilustra algumas relações entre os geradores e o novo ser. Nele ficam explicitados: “o que fica para quem” e onde repousam a causa e a finalidade da existência do novo ser (e, portanto, também os vínculos de responsabilidade pela sua existência). Os elementos mencionados neste esquema foram abordados detalhadamente ao longo da obra e aqui são apenas apresentados gráfica e sumariamente.



28. Proposta mínima: um só enfoque

Assumindo a proposta de ter como único ou principal objetivo o bem do novo ser, percebe-se que se pode ceder aos “encantos” e “potências” naturais até certo ponto (“dizer sim” até certo ponto), ou seja, até que envolva um ser absolutamente inocente que pagará por existir em virtude de ter sido obrigado por dois outros indivíduos que poderiam não tê-lo feito. Percebe-se, assim, o preciso ponto onde não se deve (mantida a preocupação com o bem do novo ser) ceder a esses “encantos” e “potências” naturais, onde limitar todos os otimismo. Assumindo uma postura de respeito radical e profundo em relação ao sofrimento humano, particularmente em relação ao próprio filho ou filha, pode-se fazer o que bem entender, exceto obrigar um novo ser a existir.



Caso você tenha optado pelo roteiro alternado, você deve ir para as “Cartas do Ego II”.

CAPÍTULO 3

CARTAS DA ABSTENÇÃO¹

(NASCER OU NÃO NASCER, EIS A QUESTÃO)

(A breve e abrupta correspondência entre o jovem filósofo negativo Thiago di Diabolis e o austero professor Julius von Kabra, possível descendente de Julio Cabrera)

CARTAS DO PREFÁCIO

Brasília, 25 de abril de 2120

Caro senhor Diabolis:

Permito-me enviar-lhe esta primeira carta (sim, virão outras) para parabenizá-lo pela sua excelente iniciativa de publicar os textos inéditos desse curioso e irritante escritor do século XX que foi Julio Cabrera. Os parabéns, entretanto, vão acompanhados de muitas críticas e desacordos.

¹ O título “cartas da abstenção” faz um paralelo com as chamadas “cartas suicidas”, aquelas que alguém escreve para despedir-se. As cartas da abstenção, pelo contrário, são aquelas que alguém escreve para dizer que não virá (e, por conseguinte, que nunca terá de se despedir). Também pensei em chamar esta seção de “Postal Questions” (Questões Postais), em paralelo com as “Mortal Questions” de Nagel. “Cartas da desistência” ou “Cartas da recusa” tampouco soariam mal. (Nota do editor).

Consigo ter com os textos de Cabrera uma curiosa familiaridade, como se eu fosse, paradoxalmente, seu descendente, ou seja, aquilo que ele nunca quis ter. Sei que o ofenderia dizendo isso, mas sinto-me como se fosse o filho ou o neto que ele sempre rejeitou. Com isso, não disfarço uma espécie de suprema vingança contra sua detestável prosa: que coisa pior para ele que ter um descendente?

Ao ler o livro que o senhor publicou, e especialmente seu texto Considerações sobre a decisão de gerar um novo ser (que, por sinal, me deixou de muito mal-humor), me aconteceu uma experiência estranha. Senti-me possuído, contra a minha vontade, por certo espírito “cabreriano”, invadido por um “tom” meio insolente que aprendi a admirar e temer nestes últimos meses de leituras intensas da obra de meu conjecturado antepassado.

O senhor entenderá se eu lhe disser que, a cada linha de seu desagradável texto, me ocorria como que por encanto os comentários e réplicas que Cabrera em pessoa poderia, apesar das muitas afinidades, ter-lhe apresentado?

Já sei, já sei, não precisa levar em conta esta rebuscada apresentação. Apenas leia as minhas cartas. (Ah, sim, meu caro senhor Diabolis, agora você está perdido. O senhor vai ter de me agüentar.).

25 de abril de 2120

(Mais tarde)

Nesta primeira missiva, me proponho a comentar as idéias contidas no prefácio de seu texto.

Noto de início que o senhor alimenta um intuito educativo; eu diria: preservativo. Sim, isso mesmo, o senhor fabrica um grande preservativo filosófico. A diferença de Cabrera, que se mantém num plano friamente teórico, o senhor parece dirigir-se aos possíveis pais, tentando fazer algo para impedir a catástrofe. Seu intuito é prático, preventivo, profilático.

Seu texto não está dirigido ao filósofo que está apenas pensando acerca da paternidade, mas àquele que está planejando, sem escrúpulos, ser pai. Sua escrita ostenta um tom de pronto socorro, de emergência, de primeiros auxílios reflexivos.

Desde o início, o senhor adota já o ponto de vista do nascituro, como se pondo à sua disposição para assumir a sua defesa contra aqueles que querem, a qualquer custo, fazê-lo nascer. Isto é o que primeiramente me incomodou de seu texto, o fato de ele colocar-se no patamar do impossível, num experimento que força os limites da nossa imaginação pensante. E, o que é mais chocante, esse é também o âmbito de onde pensa (ou pretende pensar) a bioética contemporânea, ciência afirmativa por excelência, no sentido de plenamente interessada em fazer que as pessoas nasçam (com cérebro de preferência).

Talvez o senhor fique chocado se eu lhe confessar que sou marido fiel e pai devotado. Sim, tenho duas crianças. Mas a leitura do texto de vocês me interessou enormemente. Este aparente paradoxo, eu creio, poderá ir se esclarecendo aos poucos, sobretudo para mim mesmo. Estou muito excitado pelo início desta nossa comunicação epistolar. Mas agora preciso dormir. Continuarei enviando-lhe meus pensamentos, com o ímpeto de um mero intermediário, de um anti-discípulo de além-túmulo.

Abraços, Prof. Julius von Kabra.

P.S.: Se quiser me escrever, pode enviar seus comentários para a Caixa Postal número 2001-B do Correio Central. Minha mulher e eu preferimos apanhar a correspondência lá.

CARTAS DAS DEFINIÇÕES

26 de abril de 2120

Caro senhor Diabolis:

O senhor descreve maravilhosamente o “êxtase procriador”, o curioso páthos do prazer de gerar, o ambiente espiritual onde a geração de um ser humano neste mundo aparecerá rodeada de uma aura de abençoado estupor,



de plenitude e realização, de gozo sublime. Claro que em torno da balburdia da festa do nascimento começam a girar os questionamentos filosóficos.

Penso que o ponto de vista racional e moral sobre o nascimento está levado ao paroxismo em seus textos, talvez como Cabrera nunca o fizesse de maneira tão clara nos

seus. Os genitores aparecem como vilões, manipuladores no pior sentido. Em seus termos, trata-se do julgamento racional e moral da ação “refletida” da procriação, no qual o ter filhos é visualizado predominantemente como uma “decisão”, algo que talvez nem sempre seja (algo que, talvez, nunca seja).

O senhor não desenvolve (apenas menciona) a possibilidade dos genitores serem tolos, atrapalhados ou simplórios. Não se vê o procriar como um tropeço, um erro, uma atrapalhão, mas sempre como um ato moralmente imputável. Os genitores cederam à tentação, e não merecem desculpas. Para o senhor, atrapalhão também é crime.

Com isto saliento que a sua construção teórica cairá por terra se alguém lhe apresentar uma outra concepção de humano. Pois o senhor considera em

todo momento o ser humano como um agente racional responsável, ou seja, a concepção kantiana e milliana característica da modernidade. Uma teoria filosófica que apresente o humano em outros termos (como Nietzsche ou Heidegger), uma concepção que se coloque claramente além da moralidade (além do bem e do mal) não vai ser, me parece, atingida pelas suas críticas.

O senhor dirá: também vai atingir a concepção de Cabrera, e especialmente as suas três linhas de questionamento moral da procriação. Mas em Cabrera parece mais claro que a moralidade é apenas um ponto de vista entre outros, sem qualquer prioridade. Em seu caso, parece instância decisiva. (Inclusive, em seu uso abundante de categorias claramente morais, como “egoísmo”, “injustiça”, etc.).

Estou cansado agora. Vou retomar meus comentários numa próxima carta. A minha esposa lhe envia cordiais saudações. Sim, ela está lendo o livro comigo e participando com raro entusiasmo deste súbito intercâmbio epistolar. O senhor pode não acreditar, mas ela é uma animada leitora de seus escritos e, inclusive, ela tende, muitas vezes, a assumir uma postura de defesa das suas posições contra as de Cabrera e as minhas. Já vê como o coração humano é imprevisível, e como uma mãe pode concordar com muito do que o senhor defende em seus escritos.

Abraços fraternos, Prof. Julius von Kabra.

Brasília, 29 de abril de 2020

Caro Professor Julius von Kabra,

Fiquei muito surpreso com a intempestiva chegada de sua carta. Como o senhor descobriu o meu endereço? Não faço a menor idéia de quem seja o senhor, mas já estou empolgado com

este intercâmbio inesperado de idéias sobre o tema que mais me apaixona, e que tem ocupado boa parte de meus jovens anos. Para mim será um prazer porque não é fácil encontrar interlocutores para estes temas. (Meus pais desconversam quando tento abordá-los).

Meu caro professor von Kabra, creio que leu muito bem o meu texto e entendeu o que pretendo. Permita-me, no entanto, fazer uma observação no que se refere ao seu conjunto de termos: “preservativo”, “preventivo”, “profilático”. Um preservativo é comumente utilizado para evitar doenças e concepções (ao menos é o que vem escrito na embalagem!), e minha preocupação está nas concepções (afinal não quero ser acusado de paternalismo, e menos ainda de paternidade!). Poderia assim dizer que eu fabrico uma grande substância anticoncepcional filosófica, *antegermina felicitas*. Esses seus termos, no entanto, me chamaram a atenção para outro aspecto, que não sei ao certo se foi o que o senhor quis dizer, e que apontariam para uma indistinção entre doenças e concepções.

Ao observar o comportamento humano, nota-se a sua forte tendência à proliferação, assim como à destruição, que os humanos causam a tudo: meio ambiente, outros humanos, outros animais, planeta como um todo, outros planetas (segundo reportagem de 2119, o lixo despejado no espaço e os acidentes nas estações espaciais já acentuam essas ameaças) e por fim, a ele mesmo. Assemelhando-se, nesses aspectos, a um vírus.

Se isso era o que o senhor queria dizer, caro professor, tenho de lhe conceder que o meu intuito é também profilático, pois seria um sinônimo de anticoncepcional. Mas acredito que possa estar extrapolando o que o senhor quis afirmar, me desculpe, não pude evitar.

Tem razão, *Nascituri te salutant* coloca a questão que, a meu ver, se fosse parafrasear Camus (no livro *O mito de Sísifo*), seria a

questão filosófica fundamental e também a questão prática por excelência: ao invés de perguntar se vale a pena o suicídio de uma vida particular (humana, não a de girafas ou de gatos), por que não perguntar se vale a pena o suicídio da espécie a partir de abs-
tenções particulares (como Cabrera o vê e comenta no aforismo 65 de seu escrito)?

29 de mabril (mais tarde)

Ao comentar que o nascimento é o meu tema, me veio um pensamento que gostaria de partilhar com o senhor. Às vezes, montando o livro, tive a impressão de que há dois Cabrera, um deles (predominante) que vê o nascimento como problema de maneira derivada: o problema original seria a mortalidade e, conseqüentemente, o nascimento (pela sua vinculação interna). O outro, mais parecido comigo, vê o nascimento como problema primordial, pois independente de ser mortal ou não, tem-se o problema de “passar a ser”, e este é o grande problema, a constituição mesma do ser.

Não sei se o senhor também vê dessa maneira, mas tive a impressão de o Cabrera 1 navegar nas duas primeiras partes do texto, talvez de maneira explícita no aforismo 7 (“ter nascido é mau, na perspectiva ontológica, por termos sido colocados no processo da mortalidade”), e de o Cabrera 2 aparecer na terceira parte, por exemplo no aforismo 57 (“a inviabilidade de ser atravessa a distinção mortal/imortal”). Nessa ótica, Cabrera 2 diria, no aforismo 7: “ter nascido é mau” porque o nascimento é o processo de passar a ser (mesmo que morrer seja bom, ter nascido é mau).

Acredito que esta diferença também explique algo que li no diário de meu avô di Diabolis: ele teria perguntado certa vez para Cabrera qual seria – se tivesse que optar – o único preceito negativo

que escolheria para uma ética, e ele teria respondido que seria o não matar (o não “heterocidar”). Cabrera 2 e eu diríamos que o único preceito seria: não procriar.

É interessante que o senhor coloque esta curiosa questão, que se sinta um descendente de Cabrera! Terei algumas coisas para lhe dizer a esse respeito, depois de falar com meu Oráculo (pois não tomo nenhuma decisão importante sem consultá-lo). Vou indo agora, o sol já se pôs, vou encontrá-lo. Em breve lhe escreverei.

Abrços proavitos, Thiago di Diabolis.

27 de abril de 2120

Caro Thiago:

Muito obrigado pelo seu convite de tratarmos-nos de “você”. De fato, já estava cansado do tratamento formal (“o senhor”, “o senhor”), tão incômodo, sobretudo quando provocado, em parte, pela gravidade de assunto tão crucial quanto nascimento e procriação.

Você estuda a questão das “partes envolvidas” num nascimento com a mesma precisão detetivesca de quem está perseguindo um assassino. Você diz que mesmo naqueles casos em que a ação de procriar é irrefletida, existe desde sempre um aparato racional que pode ser usado. Numa concepção existencial do humano, não importa tanto a existência de um aparato racional, mas sempre o que o ser humano (Dasein, Para-si) faz com esse aparato.

Estou pensando, de qualquer maneira, que Sartre e o existencialismo francês em geral, seriam subsídios filosóficos mais apropriados para você do que Heidegger ou Nietzsche. Pois Sartre insiste que somos responsáveis por tudo o que escolhemos, chegando a dizer que somos responsáveis até do

nosso próprio nascimento. (O Ser e o Nada. Quarta Parte, Capítulo 1, seção III). Imagine, então, do nascimento dos outros.

De maneira didática (ia dizer diabólica, em homenagem a seu avô di Diabolis), você expõe friamente a assimetria do nascimento. Inevitável, se dirá. Mas sendo que o nascimento é contingente, cabe imputabilidade aos genitores, na medida em que eles poderiam ter-se absterido (Mea culpa!).

Aqui penso que Cabrera foi sábio ao colocar seus argumentos sobre moralidade da procriação dentro do contexto maior da questão do desvalor da vida humana, o que você não faz. Pois sempre era suposto que aquele que nascia iria usufruir uma vida considerada valiosa, e estaria, sem qualquer dúvida, de acordo com ser gerado. Mas este argumento, após a queda dos referenciais religiosos, não está mais disponível, e Schopenhauer e Cabrera, entre outros, já forneceram argumentos acerca da desvalia da vida humana, inclusive contra o agnóstico, que sustentava que ela não era “nem boa nem má”.

Este resultado me choca e me deixa perplexo. Mas a minha esposa está entrando e preciso falar com ela. Você fica com ciúme se eu interromper para continuar depois? (E por que com ciúme? Não é uma pergunta absurda?).

*27 de mabril
(Mais tarde)*

Caro Thiago:

Ela caiu no sono após a nossa conversinha noturna habitual. As nossas crianças são em geral muito calmas, mas hoje em particular estavam muito cansadas e foram se deitar cedo (às vezes fazem bagunça até de madrugada, você não acreditaria). Agora posso concluir a carta que estava lhe escrevendo.

Queria dizer o seguinte: muito corajosamente, você adota em seus escritos precisamente o ponto de vista do envolvido que não foi consultado. Só que, pelo fato de você não ter se demorado, no início, em alguma prova da desvalia da vida humana (como Cabrera faz), fica um pouco misteriosa a veemência e até a piedade com a qual você defende o ponto de vista do nascituro. Se a procriação é falta moral originária, na medida em que ela poderia ter sido evitada, não deveríamos saber já alguma coisa sobre os muitos motivos que teríamos para evitá-la?

Ou, posto de uma outra forma: se nós genitores estamos sendo tão duramente indiciados em nossa responsabilidade de fazer nascer alguém (Lucas e Érika), não deveria ter-se mostrado antes que o fato de nascer carrega grandes inconvenientes para o nascituro? (Que sentido tem assumir a defesa de alguém contra algo que não é claramente mau)?

Pareceria que para você o que é imputável dos genitores é o fato bruto de obrigar alguém a fazer alguma coisa acerca da qual ele mesmo não foi consultado, seja essa coisa “boa” ou “má”. Mas pareceria acrescentar forças ao argumento da imputação (para poder mandar os genitores à cadeia!) o fato de provar que aquilo que o nascituro é obrigado a assumir é algo mau. (Pois se não for assim, o nascituro poderia, no futuro, me agradecer por tê-lo obrigado a fazer uma coisa que provou ser boa para ele).

A imputabilidade, me parece, compreende então três elementos: (a) O obrigar a algo; (b) o obrigar a algo que poderia ter sido evitado e (c) o obrigar a algo que é mau. Você parece achar suficiente trabalhar apenas com (a) e (b). Não houve aqui um erro na seqüência da exposição? O ponto (c) não teria de ter sido considerado antes?

Paro por aqui. Confesso que a escrita e envio destas cartas injetaram na minha monótona vida de funcionário público um sopro de novo ânimo, embora a leitura de Nascituri tenha me indignado muito e às vezes tenha que parar de ler, completamente horrorizado. Minha mulher diz que estou mudado, e meus filhos já aprenderam a me deixar sozinho e em silêncio

quando escrevo estas missivas escabrosas. Seria tão bom que você viesse algum dia em casa para tomar chá e conhecer minha família.

Abraços cálidos do professor Julius von Kabra.

28 de abril de 2120

Caro von Kabra:

Desculpe ter-me demorado em fazer o convite e em implementá-lo, acredito que mesmo depois do acordo ainda deva tê-lo chamado “o senhor” algumas vezes, provavelmente algum ato falho. Mas acredito que agora esteja resolvido!

Interessante esta concepção de Sartre, de nossa responsabilidade pelo nosso segundo nascimento e pelo primeiro do dos outros! Pelo jeito, o senhor tem cultura filosófica. Pensarei mais sobre isso e talvez futuramente possamos trocar algumas idéias a respeito, quem sabe na ocasião do chá.

Pois é! Você tocou em um ponto bem interessante, realmente não coloco a questão da moralidade da procriação vinculada ao valor da vida humana, como Cabrera faz, exatamente por não querer um comprometimento muito forte com um quadro particular de pensamentos ou crenças. Embora para a filosofia Deus tenha finalmente morrido (ou melhor ainda – para Ele – que nunca tivesse nascido), ele está vivíssimo para muitas pessoas que poderiam se sensibilizar para a perspectiva do novo ser! Concordo com você que não há mais a disponibilidade argumentativa, mas o *páthos* ainda está aí, você não acha?

Assim sendo, na visão de muitos, a vida pode não ser um mar de rosas, mas também não será um mar de espinhos, e poderá ter para eles, afinal de contas, alguma valia. Assim, se eu, no momento inicial, antes de desenvolver qualquer idéia e tornar clara a minha intenção, parto já do pensamento da má qualidade da vida, este poderá ser inconcebível para a maioria (em virtude das amarras religiosas!), e acredito que isso poderia dificultar aquela sensibilização a que antes eu me referia. Aqui começa a aparecer o porquê desta minha seqüência de exposição, mas há outro aspecto, que comentarei mais tarde.

Caro professor Kābra, o meu argumento é um pouco complicado. Parece-me que, do ponto de vista de um pretenso “procriador responsável” (vamos, por hipótese, supor que ele exista) e sensível à perspectiva do filho, mesmo que se confira à vida algum valor (por exemplo, derivado do argumento religioso tradicional), é possível que este “procriador responsável” perceba a imoralidade da procriação, pelo fator (a) que você mencionou, de estar obrigando alguém a nascer, pelo (b), ou seja, o fato de tratar-se de algo evitável e supérfluo. Também em virtude de algo que se poderia ver como uma versão fraca de (c), da idéia de Cabrera, que eu chamaria de “problematização do valor da vida”.

Este fraco (c), que eu apresento em meus textos “Fenomenologia de falas, grupos de pessoas e aspectos contingentes”, “Incógnita”, “Quão ruim pode ficar?” e “Risco expansivo” (você os leu atentamente?), mostra que a vida pode ser ruim, que esse risco fica para aquele que está sendo obrigado a nascer, e que pai e mãe são impotentes frente a essa possibilidade.

Ou seja, vendo que não há nada que garanta que o filho será “feliz”, que todo esforço que se faça para isso pode ser em vão, que se o filho não existisse não haveria esse problema, e que passou a

existir tal problema porque ele foi obrigado a nascer para o luxo dos pais, podendo ser evitado, de tudo isso se segue que um “procriador responsável” (ou melhor, um pré-procriador responsável) e sensível pararia por aí, precisamente no “pré”.

Cabrera, vindo do ontológico para o ôntico, claro, também afirma no aforismo 55 (“Nascendo sem cérebro ou usando o cérebro para não nascer?”) que ao abster-se, entre outras coisas, livra-se radicalmente o possível filho de ser uma criança sem cérebro.

28 de abril

(depois de algumas horas de reflexão)

Para os que não acharem suficientes estas arguições, ainda haverá uma opção em meu texto, na seção “o Ego da questão”, que comentarei em outra missiva. Esta parte introdutória poderia, então, ser vista como um convite a uma reflexão séria e respeitosa (para com o filho que se está pensando em procriar), tentando apontar a importância de investigar mais sobre este espinhoso assunto de nascer.

Você está certíssimo em sua consideração, meu caro professor, que filosoficamente compartilho com Cabrera: se eu estivesse falando exclusivamente para filósofos (ao invés de tentar falar na “praça pública” como é a minha intenção explícita), acredito que seria fundamental, já no ponto inicial, para fortificar o argumento, colocar a questão da desvalia da vida humana, e sustentar nela praticamente tudo que se segue. Mas como tento me dirigir a um público maior, toda a apresentação foi repensada, tentando deslocar-me de pontos mais facilmente aceitáveis para os menos.

Comentaria ainda contigo que se eu pudesse mandar os genitores para algum lugar, não os mandaria para a cadeia (ou para o

inferno), mas sim para um hospital. Talvez você vá pensar ainda que eu queira quebrar a cara deles, a ponto de que lá fiquem. Tampouco é isso! Uma cirurgia de esterilização bastaria, de preferência, antes que se tornassem geradores! Digamos que eu esteja mais preocupado com o aspecto preventivo e educativo, como você mesmo comentou, do que com o corretivo ou punitivo.

Essas cartas também estão mexendo muito comigo! Às vezes acordo no meio da noite pensando em algo para lhe dizer, faço algumas anotações, volto a dormir, volto a acordar... Se isso mesmo está acontecendo com você, deve estar incomodando sua esposa a cada instante, imagino eu. Espero não lhe causar mais problemas do que você já tem.

Amplexos de um “pré”, Thiago di Diabolis.

31 de abril de 2120

Caro Professor von Kabra:

O novo ser não participa realmente da festa, embora seja a atração principal, como em um *show* dos horrores, em que os espectadores vão se divertir com aquele que está para se gladiar, para morrer, para nascer (*nascituri te salutant!*), para crescer. O que é engraçado ou gratificante da perspectiva dos que contemplam não é assim vivido na perspectiva de quem a sofre. Isso me lembrou também Freud, em *O mal-estar na civilização*, quando ele fala da criança que se sente reprimida e, em uma situação de inversão, pensa algo do tipo: “Se eu fosse o pai e você fosse a criança, eu o trataria muito mal”. (Será que esta não é mais uma motivação que as



peessoas usam para ter filhos, ter a chance de inverter os papéis? Antes eu era o filho, agora é a minha vez de ser a autoridade, de ser pai! Procriação como vingança?).

Como você bem observa, Cabrera de fato insistiu que, não é por ser a procriação um impulso natural (vinculada ou não ao amor, como mencionado no aforismo 41) que se avança na direção de sua justificação moral. Da mesma forma, o sentir-se bem (comumente resultante

da satisfação de um impulso natural) não pode dar garantia ou sequer indicação de boa ação moral. Pois nessas condições naturais, o nosso corpo nos bombardeia com substâncias que viciam, como a dopamina e a serotonina, e desse modo curtimos nosso “barato” esmagando qualquer razão ou sensibilidade moral, como em um estado de torpor. Assim, por mais que se alegue que nada no mundo traga uma sensação tão boa quanto a de “ter um filho”, nada se disse ainda sobre a moralidade da procriação.

Posso me sentir melhor do que nunca ao ter concluído minha vingança, ou ao ter cortado a mão do meu devedor (como punição pela não quitação). A questão, como usual, é para quem ficará o custo desse “barato”? Alguns roubam e heterocidam para conseguir a sua dose, outros procriam; sejam elas endógenas ou exógenas, todos estão buscando a sua droga.

31 de mabril (mais tarde)

Com relação a ver a procriação predominantemente como fruto de uma decisão, caro Professor, não é bem assim. Aqui me permito discordar. A questão é que o meu texto trata de *Considerações sobre a decisão de gerar um novo ser*, e é por isso que a vilania se torna explícita. Estou me dirigindo precisamente para sujeitos kantianos ou milleanos que estão pensando em “ter um filho” e que, como pessoas esclarecidas, buscam informações, procuram ler textos sobre o assunto e, principalmente, pensam muito (supõe-se) antes de efetivar ou materializar seu ato.

Eles não estão já decididos, preconceituosamente, a seguir a habitual cartilha símia, têm certa liberdade de pensamento e uma sensibilidade (supõe-se), e por isso a moralidade é para eles uma instância prioritária a ser levada em conta. Não sou eu quem acentua o ponto de vista moral, mas eles.

Pensando de forma mais abrangente, me referindo agora a toda procriação, e considerando-a como um embaraço (aliás, von Kābra, um ponto para você e para Cabrera: “embaraço”, em uma de suas acepções, indica atrapalhão e, em outra, pouco utilizada, gravidez!), ainda eu defenderia que na estupidez ou na insensibilidade, simplesmente ignorando a perspectiva do novo ser, comete-se a mesma atrocidade de sempre. Independente de a terem perversamente planejado ou “tropeçantemente” causado, a catástrofe foi a mesma (sob a perspectiva do novo ser – que é a minha abordagem. Claro que o nascimento não é catastrófico desde a perspectiva dos gera-dores.).

31 de mabril

(Mais tarde ainda, sem poder dormir)

Voltando ao mesmo assunto, ainda há, o que eu chamo depois “ultra-egoísmo”, em só conseguir ver o próprio umbigo, em ser estúpido o suficiente para não perceber a perspectiva do novo ser. O adulto parece uma criança piorada: mantém o egocentrismo típico de algumas fases do desenvolvimento infantil, é incapaz de perceber a perspectiva do outro, e ainda adiciona preconceitos. Mantém-se irresponsável, irreflexivo, “tropeçante”, e então, não mais coloca desastradamente o dedo na tomada, mas coloca desastradamente o pênis na vagina, seguindo o mesmo princípio ultra-egoísta de procurar a satisfação própria sem ver como ficam as coisas para o outro nessa história.

Assim, não acredito que os geradores (em sua maioria) estejam sendo argutos em sua maldade (penso no interessantíssimo aforismo 51 de Cabrera). Acredito que muitos possam estar tão mergulhados na ocultação que até podem ter “boas intenções” (como alguns que mudam aspectos de suas vidas após terem o filho, reorganizando-os para exercer “a menor manipulação possível” na criança). Mas com “boas intenções” ou não, o novo ser leva a pior. Uma das vias de se entender o meu trabalho, caro Professor von Kabra, é vê-lo como uma explicitação das implicações da procriação, e como a tentativa de evitar que alguém com boas intenções procrie com base nos imaginários comuns (vitalistas, religiosos), sem ao menos ter sido avisado.

No trabalho de Cabrera e no meu não está impedida a procriação, mas somente fechada a sua possível justificação moral. Mas em uma concepção além da moralidade poderíamos ir em uma outra direção, por exemplo, vitalista nietzschiana, até o fim.

Querem procriar, que procriem, mas digam aos filhos a verdade, e não aquela historinha imbecil tentando ocultar o ultra-egoísmo realmente motivador. Não venha, depois de procriar nietzschianamente, dizer kantianamente que o fizeram tomando o filho como fim e não como meio! Isso não!!! Chega!!!

Não sou tão otimista quanto Platão (ou Sócrates), não suponho que saber implicará fazer (e melhor ainda, neste caso, não fazer!), mas ao menos não poderão mais dizer que não sabiam o que estavam fazendo.

Interessante mesmo que uma mãe possa concordar com várias partes dos meus escritos, não é?! Por incrível que pareça, ao conversar sobre esses assuntos com a minha avó, você acredita que ela também gostou e emitiu um juízo favorável?! Ela me disse que eu tinha razão! O ponto que eu e Cabrera defendemos parece mais fácil de ser visualizado após muitos anos de vida. Pena que daí, na maioria dos casos, já é tarde demais...

Abrços acalentados, Thiago di Diabolis.

P.S.: Ah, sim, já ia me esquecendo. Quando hoje mais cedo falei ao senhor da festa de que o nascituro não participava, não pude deixar de me lembrar de um recorte de jornal (de aproximadamente 130 anos atrás!) que achei no diário de meu avô. Segue uma cópia restaurada.

Nasceu o Santiago



O ano de 1989 começou com rara alegria para o lar do Sr. Milton di Diabolis e de sua esposa Profa. Lauriana di Diabolis, pois no dia 11, às 11.30 horas nasceu o primogênito Santiago.

Nossos votos de perenes felicidades ao Santiago e os cumprimentos ao Milton e a Lauriana, que estão super-super felizes.

2 de maio de 2120

Caro Thiago:

O estilo angry de suas cartas deprime e irrita a minha mulher e, às vezes, a mim também. Pérolas como “Talvez você vá pensar ainda que eu queira quebrar a cara deles...”, “quando não misturadas a fezes maternas e sangue”, “coloca desastradamente o pênis na vagina...” e outras semelhantes, tornam um pouco difícil meu trabalho de análise e, sobretudo, as minhas discussões com ela. Mas entendo (e tento convencê-la disso) que esse é seu estilo expositivo mais natural.

Você me diz que nota em meu estilo algo de cabreriano, e se estranha da composição de meu nome, tão próximo ao do falecido: Cabrera, von Kabra, Julio, Julius. Já lhe disse nas minhas cartas do prefácio que me sinto, às vezes, como um não intencionado descendente de Cabrera, como seu filho negado; portanto, como sua própria tese “redimorta”. Mas não tenho problemas em assumirmos a ficção (pelo menos pedagógica) de eu

ser a mediação indispensável para você poder comunicar-se com Cabrera, oportunidade que seu relapso avô desperdiçara tão levemente.

Decididamente, você não coloca a questão da desvalia (ontológica, dirá Cabrera) da vida, mas apenas a questão (ôptica) de como as pessoas assumem a empreitada de viver: se gostam de viver, se são otimistas, se estão ou não preocupadas, e essas coisas. Você diz que as perspectivas podem não coincidir, que pessoas cujas vidas são consideradas por outros como boas podem suicidar-se (como o filósofo admirado por Woody Allen no filme Crimes e Pecados). Ou seja, a questão é perspectivista ou, como você diz, “fenomenológica”.

Neste ponto (e foi a minha esposa, curiosamente, quem primeiro atentou para este fato) a diferença entre o seu pensamento e o de Cabrera é gritante. Pois ele tentou, já desde a Crítica de la Moral Afirmativa, estabelecer algo como uma desvalia estrutural e ontológica da vida humana, com relativa independência de “fenomenologias” e “atitudes”. A desvalia da vida humana pode, para ele, determinar-se no nível da terceira pessoa; na primeira pessoa apenas encontraremos as atitudes (muito diversas) a respeito daquela desvalia.

Aqui você mantém a análise toda na primeira pessoa, com a qual, me parece, a sua posição fica desprotegida contra aqueles que gostariam de, por exemplo, impor a sua perspectiva otimista cristã (porque – eles argüiriam – se existem apenas perspectivas, por que a minha não seria válida?). Em Cabrera há uma ontologia além das perspectivas. E nesse sentido, teu pensamento é menos metafísico que o dele. (Talvez tenha sido isto o que desanimou teu avô de escrever aquele livro com ele? Talvez não tivesse ainda a força mental para aceitar que a desvalia da vida humana fosse algo de “estrutural”. Gostaria muito de saber tua opinião a respeito).

Abraços, do professor J. von Kabra.

4 de maio de 2120

Caro Professor von Kabra:

Gostaria de comentar com o senhor sobre uma parte do fantástico texto de Cabrera, quando ele coloca a si mesmo como, ao mesmo tempo, otimista ôntico e pessimista ontológico (aforismo 15). Devo confessar-lhe, caro professor, que tenho minhas desconfianças e ressalvas com relação ao poder do ôntico. Parece-me que o ôntico não tem essa força toda, não chega a constituir uma poderosa arma contra o ser mesmo da vida, por mais que nos esforcemos em incrementá-la; parece mais uma arma de brinquedo ou um bufão, estufado como um balão (mas ainda tenho de pensar sobre isso).

Entendo o que Cabrera quer dizer sobre ter ou não sucesso no equilíbrio entre a estrutura mortal (cortesia dos nossos pais) e a invenção de valores. Sob a perspectiva de quem já é, falaria aqui de uma espécie de conformismo ôntico (visto que ainda não nos suicidamos) e de um pessimismo ontológico, que é a ótica da qual fala Cabrera.

Faria um paralelo, no entanto, sob a perspectiva daquele que ainda não é. Mesmo alguém que venha a ter o máximo que o intramundo pode oferecer, todos os contingentes desfrutes, terá de vivenciar a parcialidade, a limitação, o comedimento, nesses mesmos desfrutes. Não me parece haver no ôntico uma só coisa que seja inteiramente aprazível (como se houvesse uma contaminação a partir do próprio ôntico, além da ontológica propiciada pela ME). Parece haver pouco a oferecer sob a ótica da procriação, em que eu me afirmaria pessimista ôntico e ontológico, e acredito que esteja de acordo com Cabrera nisso.

Ele nota com agudeza (em 14 e em 16 também) que “o cálculo racional da procriação é, para dizer o mínimo, delicado”, “temos, na verdade, pouco para oferecer àquele que nasce (*nascituri te salutant*)”, e que “nenhuma das coisas que digo a mim mesmo para ‘continuar’ serve para alguém que ainda não é” (em 56), e nos pergunta sabiamente se “vale a pena incomodar alguém em seu puro nada para colocá-lo à força em tamanha tarefa” (de passar a vida dando o máximo de si para equilibrar-se no poluído tudo)?

Um abraço já (infelizmente) poluído
de Thiago di Diabolis.

5 de maio de 2120

Caro Thiago:

Somente agora atentei para seu esclarecimento inicial acerca de autores cautelosos. (“Parece comum que autores cautelosos esperem atingir idades bem mais avançadas para fazerem as suas publicações prediletas”, você escreve). Que idade você tem, afinal? Estou suspeitando que você possa ter, no máximo, o dobro da idade de meus filhos, ou ainda menos. Um filósofo precoce! Mas, por outro lado, não deixa de me surpreender o temor que manifestas da morte súbita, que seria, pelo senso comum, compreensível tão somente numa idade mais avançada. Você é um enigma. E você publicou um livro igualmente enigmático. Um menino editor?

Um elemento que me faz suspeitar que você seja jovem (a que idade se começa a pensar na imoralidade da procriação?) é a sua capacidade de mostrar a importância do trivial. Volto a lembrar aqui a assimetria fundamental, o fato de o filho (em cujo lugar você faz questão de se pôr)

não ter sido consultado. Você ainda precisa encontrar seus leitores, senhor Diabolis. Pois somente alguém ainda não envenenado pelo senso comum filosófico (aquele que nos obriga a dizer sempre coisas “interessantes”) evitaria o arrepio diante de trivialidades como: “a decisão da geração coube apenas e tão somente à mãe e ao pai do filho, já que o filho não participou do processo de escolha em relação à sua existência...”.

É preciso certa inocência de criança ou de adolescente para apontar calmamente ao trivial e achar-lhe sua importância. De imediato me vieram à mente aquelas palavras de Cabrera no prefácio da Crítica de la Moral Afirmativa: “De certa forma, gostaria que o presente livro fosse considerado uma ética para crianças”. (Na minha tradução do espanhol). Pois os adultos estão enfiados nos “grandes desafios éticos da humanidade” e levam um susto quando seus filhos pequenos lhes perguntam por que não podem assassinar a vovozinha (um problema ético muito mais radical do que os “grandes desafios éticos da humanidade”, se observamos bem). Seu texto está sempre situado neste nível primário e inocente, e por isso assustador, como as perguntas das crianças.

*5 de maio
(Mais tarde)*

Você sustenta que a procriação é um ato moralmente imputável porque os pais não podem ter previsões certas acerca de a que grupo (os otimistas, os inertes ou os pessimistas, suicidas ou não) seus filhos vão pertencer. Você supõe que os pais não sabem nada acerca de seus filhos antes deles nascerem. No viés ontológico adotado por Cabrera, podemos saber com toda certeza que a vida será penosa para o filho, com independência de “perspectivas” otimistas ou pessimistas, você não acha?

Se você vai indiciar os genitores por fazerem nascer seus filhos sem saber se eles vão aceitar ou não a vida, Cabrera parece mostrar (seguindo pegadas

schopenhauerianas) que a vida será sempre inaceitável, com independência de aprovações ou rechaços.

Mesmo que o nascituro venha a “aceitar” a vida e pertencer ao primeiro grupo, os genitores continuarão imputáveis, porque o inaceitável reside não neste ou naquele aspecto ótico da vida humana (no que Cabrera chama a “teoria vai-e-vem”: “um dia chove, outros bate sol”), mas no fato primordial do filho ser obrigado a lidar com uma condição que o compele a criar valores e defesas (pessimistas, indiferentes ou otimistas).

Paro por aqui, pois minha cabeça fervilha de pensamentos confusos e hesitantes. É curioso que nunca tenha me perguntado por que razão, tendo eu esta notável compreensão de suas idéias e das idéias de Cabrera, acabei me tornando um sério pai de família. Uma boa questão. Esta troca de cartas está sendo muito iluminadora para mim, e espero, ao final disso tudo, ter resposta para essa e outras perguntas que me faço.

Um abraço, do professor J. von Kabra.

(P.S.: Você gosta de chá? Uns amigos que estudam em Londres acabam de enviar-nos um enorme pacote de chás britânicos. Quer que lhe mandemos alguns?).

7 de maio de 2120

Caro Cabrera, digo, von Kabra:

Pois é, tenho 25 anos, mas comecei a pensar sobre a imoralidade da procriação por volta dos meus 16. A morte me parece um alívio (a súbita, então, nem me fale). Meu temor é que, podendo ocorrer a qualquer momento, ocorra justamente quando mais

gostaria que não... por exemplo agora! Para mim este intercâmbio de cartas sobre procriação e nascimento está sendo também, como para você, muito iluminador, o momento mais crucial de minha existência.

Pois sim! É uma situação difícil essa que você menciona sobre os nossos possíveis leitores. O que revela a difícil condição do novo ser. Os leitores do nosso livro que estão pensando em se reproduzir seriam, em termos, os que poderiam salvar o novo ser, mas sendo eles humanos, devem estar mais preocupados com a própria salvação do que com qualquer outra coisa (como até Pascal se mostrava). E provavelmente não estão prontos para perceber que em relação a isso nada podem fazer (estão perdidos). Observe que grande ironia: um ser egoísta como o humano, tendo a capacidade de salvar a outro, mas não a si mesmo. Enfim, o novo ser está em maus lençóis.

Quando você me falou das assustadoras perguntas das crianças, lembrei-me de imediato do impressionante aforismo 48 de Cabrera! A criança que perguntar ao pai por que a fez nascer é como um brinquedo quebrado e, naturalmente, precisa ser consertada (lembrando também o título da seção “Crianças: modos de usar”). A idéia é mais ou menos a seguinte: a culpa é inicialmente da criança que não se ajustou (as outras se ajustaram). Transfere-se (tendo dinheiro para um bom psicólogo, como diria Cabrera), em seguida, a responsabilidade para o terapeuta. Se ele for incompetente e não conseguir enquadrar a criança, ele será o novo culpado. Os pais, jamais!

Com relação ao “gostar ou não da vida”, caro professor, eu sustento que os pais nunca podem ter certezas a respeito de que grupo os filhos vão constituir (e nem de sua dinâmica), mas não estou com isso supondo que nada saibam antes deles nascerem.



Também haverá este viés ontológico, caracterizando penas independentes de perspectivas. Aguarde ainda a seção “o Ego da questão”, ou volte a dar uma olhada nela.

7 de maio

(depois de um passeio ecológico)

Ainda sobre o mesmo assunto, acredito que talvez não esteja lhe passando bem a minha idéia ao apontar essas incertezas todas: não quero dizer que a vida só pode ser má onticamente (como se eu me colocasse em um âmbito filosófico em que eu quisesse recusar a diferença ontológica, no sentido de não poder afirmar que a vida seja má ontologicamente). Quero dizer que basta observar as possibilidades ônticas para que um “procriador responsável” tome já a sua decisão, sem precisar ir ao plano ontológico (por exemplo, derrubando os mitos otimistas do “vai dar tudo certo”, “isso não vai acontecer com o meu filho”, “ele vai nascer saudável”, “desgraças só ocorrem com os filhos dos outros” e assim por diante).

E nesse sentido me sinto mais negativo que Cabrera, porque não apenas estou de acordo que ontológica ou estruturalmente a vida é má, mas, porque, além disso, acho que o plano ôntico já é suficiente para problematizá-la. Quero dizer que o inaceitável pode residir já neste ou naquele aspecto ôntico da vida humana (adicionalmente a residir nos fatores ontológicos, e não em detrimento deles). Concordo com você que um afirmativo sem “boa

vontade” (e, de acordo com meu texto, que tenta se isentar de responsabilidade), dirá “Vamos fazê-lo nascer; de repente, ele gosta”. Para este não tem jeito, teremos de apresentar-lhe as considerações ontológicas. Mas para os de “boa vontade”, a própria onticidade já apontará o caminho.

Obrigado, Julius, se puder me enviar uns dois pacotinhos de chá, será ótimo! Um abraço esperançoso, Thiago di Diabolis.



Se você escolheu a leitura alternada, volte agora para “o Ego da questão”, I. Se você está muito desesperado, leia como quiser e puder!

CARTAS DO EGO I

14 de maio de 2120

Caro Thiago:

Muitas questões importantes surgiram da leitura da segunda parte de seu texto, “o Ego da questão”. Nesta parte, finalmente, você chega na “condição humana”, e os leitores ficam sabendo por que tinham de ter tanta cautela! Parece que estamos ouvindo a voz cavernosa de Cabrera quando você escreve: “Uma característica de toda vida é o seu término...”, o mamífero (e especialmente o mamífero humano!) “conviverá com a sua sombra (sempre presente)...”, “o corpo humano é regularmente atacado por organismos...” e outras trivialidades que, segundo parece, não é trivial relembrar.

A minha esposa achou particularmente divertido que você incluísse nos terrores da existência o fato de ter de se experimentar, em algum momento, a morte do pai e da mãe. Depois de eles serem indiciados como criminosos sem escrúpulos, de serem acusados de nos gerarem sem consulta e para seu divertimento, não teríamos de nos sentir cheios de júbilo ao vê-los morrer (na cadeia, se for possível)? Caro Thiago: creio que você deve uma resposta a ela e a todas as mães deste mundo.

A sua idéia do “pacote” acaba impondo uma abordagem que Cabrera, apesar de seus protestos, ainda chamaria de “ôntica” (nessa sua maneira, tão peculiar, de desrespeitar Heidegger). Pois você diz: os genitores são culposos porque colocam o filho num pacote de possibilidades, umas boas e outras más, e ele tem de engolir o pacote inteiro. A culpa dos pais residiria na impossibilidade de prever como o nascituro vai lidar com “as partes más da vida”, com os produtos podres do pacote.

Você se incomoda que ainda insista, mais uma vez, neste mesmo ponto? Para o ontólogo (Cabrera), a culpa dos genitores não reside num

tipo de incerteza (como é que o filho vai “lidar com”), mas num tipo de certeza absoluta (o filho vai ter de “lidar com”). O desagradável é o “lidar com” mesmo, e não o lidar com as “partes más” do pacote. Mesmo os “bons momentos” e as “alegrias” estão onerados pela terminalidade do ser. (Cabrera diria que você ainda permanece preso à “teoria vai-e-vem”).

Neste sentido, creio que você mantém a sua independência intelectual, e se recusa a heideggerianizar Schopenhauer, como Cabrera fez. Mas creio que isso diminui os níveis de negatividade da sua análise. Para bem ou para mal.

Laura Cristiana (curioso que nunca tenha lbe dito o nome de minha mulher) está me chamando para jantar. Tenho de parar por aqui. Na próxima lbe falarei um pouco sobre egoísmo e ultra-egoísmo. (Você deve sentir que estou tentando lbe ensinar sua própria filosofia).

*Abraços cálidos de um gera-dor responsável,
Julius von Kabra.*

17 de maio de 2120

Julius:

Sim, com efeito, a segunda parte do meu texto realmente traz os elementos principais da questão, aqui entram os tão reclamados aspectos “ontológicos” de que sentiu falta (aqueles que, segundo o senhor me disse, sua mulher detesta), e ocorre uma explicitação de que o egoísmo (em todos os casos) está por trás de todas as procriações.

Em relação à resposta que devo a todas as mães do mundo, posso dizer o seguinte: nesta questão estou contando que pai e

mãe conviveram com o filho por um longo período, incluindo os anos iniciais da vida, enquanto bebê e criança, e exerceram grande influência sobre ele, em uma forte vinculação emocional. Nessas fases iniciais, a maioria das crianças parece sentir como se os pais fossem “o mundo”, não há nada mais fora deles, ou pouco importa o resto. Se ocorre nesse momento a morte dos pais, parece que o mundo simplesmente desaba para a criança. Mesmo mais adiante isso ainda se mantém, normalmente de formas mais leves, para muitas pessoas, até o final dos (seus) tempos.

Em relação a esses vínculos, busco Cabrera (“O amor não é ético” em 41) para me ajudar: “A família é uma comunidade afetiva, vital e amorosa, não uma comunidade moral”, “ele não precisa ser moral para ser amado por sua família”. Uma mãe ama mesmo o filho heterocida, e um filho ama mesmo seus pais heterocidas.

Agora, Julius, discordo absolutamente que a minha imagem do “pacote” imponha uma abordagem tão somente ôntica da questão! O pacote não representa apenas um mar de possibilidades (boas e más), mas sim algumas necessidades (más – você notou aqui a minha chegada à “condição humana”) e algumas possibilidades (boas e más – expostas principalmente na primeira parte, a “convidativa”). Este é um pacote complexo: ôntico-ontológico! As duas esferas estão mescladas nele, e aí o problema para os genitores (como você bem salienta) fica ainda maior, porque há a certeza absoluta desses “aspectos necessários”, tais como o “lidar com”, o escolher, o viver com a sombra, no desejo e na frustração.

Eu poderia, assim, permanecer ainda preso à teoria vai-e-vem na parte introdutória, mas não na idéia do pacote desenvolvida nesta nova seção. Com “o Ego da questão”, entraram finalmente os aspectos ontológicos (não nominados assim). Os aspectos ônticos não desapareceram, mas ao afirmá-los não estou negando os

estruturais. Será possível que isto não tenha ficado perfeitamente claro?

17 de maio

(Mais tarde)

Sim, acredito que você observe muito bem que a maioria das pessoas continua vivendo porque consegue se adaptar, agüentar, suportar. O ser humano modelo parece ser aquele que, independente de acometimentos (como Cabrera comenta em “Mortos e inválidos”, 20), continua respirando, se alimentando, urinando, defecando, procriando e, de preferência, trabalhando e se dizendo feliz. É possível adaptar-se a uma infinidade de circunstâncias: à perda de pessoas queridas, à falta da visão ou de pernas, à escassez de alimentos, e assim por diante. Nosso corpo é uma máquina adaptativa, porque afinal de contas, é uma máquina de sobrevivência.

Ora, é isso o que temos para dar a um filho; é isso o que queremos para ele? Colocá-lo na vida para que possa respirar, se alimentar, urinar, defecar e procriar mesmo nas piores condições?

Há uma preocupação excessiva com a sobrevivência, em detrimento de qualquer outra coisa, como dignidade, ou boa qualidade de vida, só possíveis para nossos filhos imaginários.

Aliás, Julius, já comentei que eu tenho um filho imaginário?! Chamo-o carinhosamente de Hauer! Ele me acompanha em todos os momentos e converso com ele, especialmente para dizer: “Viu, se livrou de uma boa, hein, menino?!”. O pobre Arthur “Schop” não conseguimos salvar, mas este ao menos sim!!!

Abraços, Thiago.

P.S.: Você deve ler atentamente o meu texto “Só é possível ser bom pai e boa mãe não sendo pai e mãe”!!! (Em “o Ego da questão”, II).

17 de maio de 2120

Meu jovem filósofo:

A minha insistência no mesmo ponto pode fazer que deixe de me escrever ou que rasgue minhas cartas, mas vou arriscar. É curioso que eu tenha que defender Cabrera no aspecto que mais me repugna de seu pensamento.

Seus protestos acerca de que você não estaria julgando a vida apenas onticamente me fazem ver que há uma espécie de tensão em seu texto. Na parte primeira (Uma Consideração Crua sobre Responsabilidades Paternas e Maternas – “Se Não Gostar, que Se Mate”), parece que o imputável é apenas a obrigação unilateral e manipuladora dos genitores, que estaria presente mesmo a vida sendo boa. Na parte segunda (o Ego da questão), sabemos que a vida não é boa. Você pede paciência ao leitor da parte primeira porque os elementos que você chama de “ontológicos” só aparecerão depois. Mas fico me perguntando se essa “exposição-rio” (fluída, um tanto hegeliana) não envolverá perigos; pois na parte primeira podem ter sido ditas coisas que talvez a parte segunda tenha trabalho de corrigir ou relativizar. A parte primeira pode ter colocado na mente do leitor elementos que depois pode ser difícil remover.

Parece-me que, sem as novidades da parte segunda, os argumentos da parte primeira não se sustentam, são insuficientes para condenar moralmente a procriação. Você concede isso? Eu penso que sim (e Laura tem a mesma opinião). Pois na parte primeira, apenas pode ser dito que os pais exercem

unilateralmente sua autoridade (ou autoritarismo) e fazem uma aposta (talvez frívola) acerca de seus filhos, pois eles não sabem em qual grupo eles vão estar. (Eu ainda não sei em qual grupo estão os meus)!

Ser manipulado unilateralmente é, sem dúvida, imputável, mas tem uma imputabilidade fraca. Pois se a vida pode ser algo bom (por exemplo, dependendo de qual grupo se pertence), só ser manipulado não parece imputável: não agradeceríamos fervorosamente alguém que nos tivesse obrigado unilateralmente a algo que se mostra depois como benéfico para nós? A vida tem de ser mostrada como má, isto é indispensável (ou seja, a parte primeira não se sustenta independentemente).

O ponto é, então, mostrar que a vida é má. Na parte segunda, você acaba mostrando isso. Só me pergunto se essa prova não chega demasiadamente tarde: para que desenvolver o tema dos “grupos” se depois vai se conceder que a vida é má com independência de grupos? Por outro lado (ou pelo mesmo lado, já não sei mais) eu acho que você e Cabrera mostram que a vida é má de duas maneiras diferentes. Você insiste que os elementos “ontológicos” não são indispensáveis para mostrar isso, que os elementos ónticos já são suficientes. (O ontológico seria a desnecessária bala de canhão, quando a espingarda é suficiente).

Aqui me parece haver algo como uma diferença de Gestalt entre a sua posição e a dele: enquanto Cabrera pensa que a terminalidade, a dor, as agressões dos outros, etc. fazem parte de uma estrutura ontológica que perpassa todo o plano óntico, você vê estas coisas como as “partes más” (e “necessárias”, em seus termos) do pacote óntico. Daí que você ache que o “ontológico”, mesmo sendo importante, não é indispensável, porque, na verdade, é como se você tivesse já “embutido” o ontológico no óntico.

Por isso falo de uma diferença de Gestalt. Para você, o imputável seria que os genitores sabem que a vida é também má. Para Cabrera, o imputável é que a vida é estruturalmente má, sem “também”.

17 de maio
(Mais tarde)

Desculpe, mas tive que falar com o diretor da escola de meu filho. Vou tentar retomar.

A questão crucial é que o argumento moral contra a procriação precisa indispensavelmente da prova de que a vida é má. Se você não pressupõe isso (mesmo metodologicamente, porque na parte primeira você acha prematuro apresentar isso para a “praça pública”), você mantém a análise num plano só epistêmico, enquanto a análise de Cabrera é abertamente metafísica.



Eu creio que você só pode contestar moralmente a procriação assumindo uma metafísica da vida; só com elementos epistêmicos não vai alcançar. Pois se alguém acha a vida boa, e agradece seus pais por tê-lo trazido à vida, os genitores sempre poderão se defender dizendo: “Viu? Isso é perfeitamente possível! Não somos ultra-egoístas! Não negamos que o trouxemos também para nossa satisfação (somos apenas honestos egoístas), mas sempre pensamos que ele poderia gostar da vida e nos agradecer por ela”. E isto, sem prova metafísica, é perfeitamente plausível, e a prova geral da imoralidade da procriação não decorrerá.

Você poderá dizer: não decorre tampouco com prova metafísica, pois alguém poderia aceitar que a vida é má e, não obstante isso, estar feliz de ter nascido e agradecer aos pais por tê-lo trazido ao mundo. (Por isso Cabrera deixa o problema camusiano de se “vale a pena ou não viver” como escolha

do singular singularíssimo). Mas aqui a posição dele é muito radical: como a estrutura da vida humana é o definir decadente e doloroso, Cabrera supõe que absolutamente ninguém, nenhum ser humano, pode gostar ou aceitar seu próprio definir doloroso. Isto é simplesmente impossível.

Se alguém diz para Cabrera: “Veja, eu gosto da vida, apesar de tudo”, ele vai rir, e vai dizer: “Não, veja, aqui há um grande equívoco; pois você não pode dizer que gosta de definir, de cair, viver sua crescente impotência, envelhecer, ficar cada vez mais fraco e, finalmente, morrer dolorosamente. Você deve estar querendo dizer alguma outra coisa, pois isso não faz qualquer sentido”.

Aqui se fecha totalmente a porta do argumento: “Vamos fazê-lo nascer porque, de repente, ele gosta”. Você acredita ter fechado totalmente essa porta sem metafísica, sem uma diferença ontológica forte, apenas com epistemologia?

Parece-me que você sustenta que não é necessário assumir esta posição metafísica para impugnar moralmente a procriação, e eu não estou nada seguro disso. Mas, de qualquer forma, parece-me que seu texto oscila desde a constatação objetiva da maldade da vida para a subjetiva e perspectivista (do grupo a que se pertence). Você ainda prefere caçar com uma modesta espingarda e pensa que a artilharia de Cabrera é desnecessariamente pesada. Pense, entretanto, que ele estava lutando contra séculos de afirmativismo. Não se precisará, realmente, de uma arma extraordinariamente poderosa? (Estou aqui defendendo a posição de Cabrera como se defende a honra dos antepassados).

Abraços cautelosos, professor von Kabra.

25 de maio de 2120

Querido von Kābra,

Imagine, sei perfeitamente como é a repetição exagerada de um ponto que continua a vir e a vir, acho que fez bem de arriscar: não tenho nada contra apostas não ultra-egoístas, ou seja, envolvendo somente seres potentes, responsáveis e cientes como nós!

Não vejo uma tensão assim como descreveu, Kābra. Pois na parte primeira não digo que o imputável seja apenas a obrigação, mas apenas isso é falado, ou seja, diz-se que a obrigação unilateral e manipuladora é imputável. Observe também que digo que isso se dá mesmo que a vida seja boa (sem assumir que ela é boa, o meu juízo ainda está suspenso). Acredito, no entanto, que esta exposição tem perigos.

De qualquer forma o que pretendi fazer na parte segunda não foi alterar ou remover (no sentido corretivo de eliminar uma tensão) o que foi dito na parte primeira, mas a vejo como a apresentação de elementos adicionais, como se fossem agravantes da situação: vai gradativamente se tornando pior.

Parece-me que, com as novidades da parte segunda, a imoralidade da procriação se torna gritante. Mas esta questão que coloca da “insuficiência” dos argumentos da parte primeira para condenar moralmente a procriação, eu perguntaria, insuficientes para quem? Concedo que para um afirmativo sem “boa vontade”, não seriam suficientes. Mas não concederia o ponto no caso do “procriador responsável” prototípico. Pois a aposta, neste caso, colocou em risco outro inocente, sem potência, ciência e responsabilidade; a aposta era desnecessária e podia ser evitada; caso fosse evitada, não

traria prejuízo a esse inocente, e não foi evitada porque se tratava de um apostador compulsivo.

Se houvesse uma certeza *a priori* de que para um filho particular a vida seria boa, concederia que, tendo apenas a manipulação, haveria uma imputabilidade fraca. Mas quando se nota que os pais não tinham essa certeza e jogaram com a vida do filho, mesmo que venham, coincidentemente, a ter a sorte com a qual contaram, me parece haver um aumento significativo da imputabilidade: uma aposta manipuladora e contingente, com ônus para o não consultado.

Não estou de acordo que o argumento moral contra a procriação precise indispensavelmente da prova de que a vida é necessariamente má; para algumas pessoas me parece suficiente que ela seja possivelmente má. Mesmo que muitos agradeçam por terem sido atolados na ME (para usar a sigla de Cabrera), como na ocasião não havia qualquer nível de potência, ciência e responsabilidade, está caracterizado o ultra-egoísmo, tarde demais para se considerar apenas um egoísta honesto. O ultra-egoísmo não depende de um ressentimento ou de uma resignação.

Neste ponto você está certíssimo: com a parte primeira não fecho totalmente a porta para o argumento “vamos fazê-lo nascer; de repente, ele gosta”, o que, aliás, me parece tipicamente o argumento de um afirmativo sem “boa vontade”. Mas agora acho que você viu bem o movimento que estou fazendo: vou fechando a porta gradativamente! Na parte primeira ela se fecha um pouco, um pretense “procriador responsável” já pararia por aí. Para outros será necessário fechar completamente a porta, o que ocorre na parte segunda, com elementos metafísicos, embutidos ou não.

E por isso acho que não entendeu bem a minha colocação, quando afirma que “o ontológico seria a desnecessária bala de

canhão, quando a espingarda é suficiente”. A minha afirmação seria: a espingarda pode ser suficiente, daí não preciso da bala de canhão, mas às vezes a bala de canhão é necessária.

Abrços cândidos, Thiago di Diabolis.

18 de maio de 2120

Caro Thiago:

Vamos falar mais sobre ultra-egoísmo (uma categoria muito interessante que Cabrera não utiliza). Aqui, creio captar bem teu pensamento: na nossa mesquinha cotidianidade vivemos simplesmente no egoísmo; ele é como o ar que respiramos, a nossa atmosfera habitual. Tanto é assim que quando alguém nos ameaça com altruísmos, ficamos desconfiados.

De vez em quando, pedófilos e assassinos nos relembram de haver no mundo egoísmos mais agudos, egoísmos não cotidianos que ainda nos surpreendem. Mas o pior de todos é o egoísmo da procriação, porque morde no próprio SER do envolvido. (Como sou dolorosamente ciente disto quando enfrento os olhos redondos de Lucas e Érika)!

A isso você chama de “ultra-egoísmo”. Ele não apenas transcende o egoísmo normal, mas também o super-egoísmo das ações violentas com seres já existentes. Com o agravo de que o gerar filhos e seu correspondente ultra-egoísmo têm uma tendência muito maior de transformarem-se em cotidianidade corriqueira do que a ação violenta. Os filósofos moralistas podem lançar alaridos pela “banalização do mal”, mas a “banalização do bem” é bem mais perigosa.

Como se podem evitar estes inquietantes sequitur? Pois seu pensamento aqui se torna quase insuportável! (A minha mulher pára a leitura nesses pontos e me pergunta se vale a pena continuar). Aonde nos leva esta

filosofia? Creio que uma réplica possível (assumida até por Cabrera) se desenvolve a partir de uma crítica da absolutização do ponto de vista moral (pois “egoísmo” é categoria moral, sem lugar, por exemplo, na ontologia de Heidegger, ou na psicologia pulsional de Nietzsche). Fico me perguntando se a procriação, precisamente por carregar um ônus moral tão tremendo, é alguma vez um ato plenamente refletido.

(O abominável Cabrera me fez pensar que, talvez, a procriação — e não o suicídio — seja o ato falho por excelência).

Ele (o abominável) captaria um certo otimismo psicológico em tua abordagem, no sentido de uma subestimação da estupidez e atrapalhão dos atos humanos. Ele diria que você honra uma humanidade idiota ao atribuir-lhe raciocínio coerente e deliberação sensata. Segundo ele, as pessoas matam e procriam porque sim, elas não têm a menor competência para explicar ou justificar o que fazem ou omitem. Creio que você replicaria que os idiotas também devem ser punidos pelas conseqüências trágicas de sua estupidez. Apenas aponto para o fato de que ultra-egoístas podem ser apenas ultra-atrapalhados. (E eu, pessoalmente, não fugiria, como pai, deste julgamento).

A família de termos em torno do “egoísmo” supõe que as pessoas deliberam e que a sua deliberação é o que acaba prejudicando os nascituros. Elas teriam planejado friamente seus filhos para seu “divertimento, satisfação, prazer ou realização”. Se fosse sempre assim, poderíamos sentir-nos aliviados. Se fossemos vítimas de deliberação, a nossa situação atual seria, pelo menos, trágica. Mas estamos no mundo muito mais por um descuido do que por uma deliberação, o que torna a nossa situação cômica e lamentável. Não creio ter deliberadamente feito nascer Lucas e Érika. Penso que eles são filhos da confusão e do desespero. (Procurarei que Laura nunca leia esta carta).

Para aliviar-me, concluo com uma observação frívola, de caráter lingüístico: infelizmente apenas em português poderemos usufruir o jogo de

palavras em torno de “gera-dor” e “procria-dor”. Nem mesmo o poderemos em espanhol, onde ‘dor’ transforma-se em ‘dolor’. Parece que só em português o gerador gera dor. Sinto muito! Só se pode ser pessimista em português.

Abraços, Julius von Kabra.

19 de maio de 2120

Caro Thiago:

Ainda na trilha da procriação irrefletida e tropeçante, penso na significação do ter filhos nas classes baixas. (Pois eu suponho que você pretenda atingir resultados filosóficos que se apliquem em geral ao ser humano, e não apenas à burguesia de classe média brasileira).

Quando você foca o gera-dor que está pensando em gerar porque quer agradar sua companheira, porque “adora crianças”, quer formar uma família, cumprir um enquadramento social, sentir-se “mais completo”, ter alguém para quem deixar seus bens, ou alguém que o cuide na velhice, não posso evitar pensar que esses são todos ideais da pequena burguesia, e não simplesmente desejos humanos em geral.

Pessoas muito pobres e marginalizadas, à beira da delinquência, sempre na necessidade premente de sobreviver e com sentimentos morais primários ou inexistentes, estão pouco interessadas em agradar suas companheiras ou em acomodar-se no todo social que os marginaliza; não fazem idéia do que seja sentir-se “mais completos”; alguns sabem que, procriando, criam um inimigo do qual deverão se cuidar, muito mais que alguém que se ocupará amorosamente deles; e, certamente, não têm bens para transmitir. Como é que fica?

Se você quer continuar evitando a teoria tropeçante da procriação (que cada vez me seduz mais!), vai ter de alargar a sua noção de “ultra-egoísmo”

de maneira a abranger os comportamentos das classes baixas. De tal forma que um gerador que simplesmente tem relações com uma mulher numa favela, desaparece, regressa 15 anos depois, briga a facadas com o filho e o mata, não responde a quase nenhuma das motivações de procriar que você relaciona em seu texto: o indivíduo não está interessado em formar família, nem em integrar-se num todo social, nem tem expectativas morais ou econômicas a respeito do filho que gerou num ato de desamparo, crueldade e descaso.

Se essa pessoa é também “ultra-egoísta” (como eu penso que é), as suas descrições vão ter de ser enriquecidas de algum modo. O ultra-egoísmo estará atrelado agora também aos descuidos e negligências, e não apenas aos projetos cruéis e deliberados da pequena burguesia hipócrita. Seu negativismo terá de ultrapassar as limitações de classe.

(Mesmo dia, mais tarde)

Extraordinária a tua descrição da condição do filho (em cujo ponto de vista se coloca desde o início) como a de um sofredor com ótimo salário. O problema adicional é que a maior parte dos seres humanos são agredidos física e moralmente e ainda por cima ganham pouco. Mas em todo caso você é coerente dizendo que não faz qualquer sentido fazer nascer alguém para que sofra física e moralmente, apenas na expectativa de um bom salário.

Você já notou o vínculo disto com o aforismo de Cabrera sobre “A diferença genética”? (Aquele que Laura mais odeia). Pois pareceria contraditório gostar do bom salário, mas preferir não ser colocado na situação de merecê-lo. O procriador poderia argüir: a única maneira de você ter um bom salário é se submeter aos sofrimentos físicos e morais para merecê-lo, de maneira que é necessário (e preferível) nascer. Mas Cabrera afirma que é perfeitamente coerente dar valor (agora) ao bom salário, mas, apesar de tudo, preferir não ter sido colocado na situação de merecê-lo. (Assim como se pode gostar de filhos e não gostar de pais).

Tudo isto me parece de uma consistência repulsiva, e me desagrada muito. Se, no registro do pensamento de Cabrera, pensamos na procriação como a mutilação total (a quebra do não-ser originário), a dívida com Sêneca parece clara. Alguém pode aceitar ou mesmo celebrar os bens intramundanos e, ao mesmo tempo, preferir não ter nascido. Este pensamento me estremece e me admira que você tenha tido a ousadia de exprimi-lo em seu desagradável livro.

*De qualquer forma,
receba meus abraços afetuosos, Julius von Kabra.*

30 de abril de 2120

Caro Professor Julius von Kabra,

Após a minha visita ao Oráculo fiquei mais tranqüilo, me senti bem, mais em paz, relaxado, calmo (é engraçado, como se Ele pudesse me fazer vislumbrar o primeiro nada, você deveria experimentar)! Pena que esse estado não durou muito, em seguida tive uma gastroenterite que quase me fez encarar a MP (veja Cabrera num estilo James Bond em “só se morre duas vezes”, no aforismo 5)! Mas, enfim, indo ao ponto que acredito poder lhe interessar.

Já em suas primeiras cartas, você tinha dito que se sentia como se fosse um descendente de Cabrera. Isso foi chocante para mim, na medida em que se podia perceber uma espécie de traição: como era possível que o principal advogado da Abstenção Estrutural pudesse ter um descendente? Só agora, depois de muita reflexão, posso lhe contar uma nova história sobre Julio Cabrera, algo que você não conhece e que poderá alterar algumas das suas idéias

sobre ele. Mas mesmo sendo assim, devo falar tudo para você (e essa foi inclusive a própria orientação do Oráculo).

Você perceberá que estarei agindo como um narrador onisciente, porque o Oráculo me contou coisas que eu mesmo não poderia saber. Lembro ainda que a época em que o filósofo viveu era a dos celulares (ainda não se implantavam chips no cérebro dos nascidos) e a dos carros movidos principalmente a gasolina, veja só que extravagância!

No prefácio do livro eu menciono um curso de ética negativa que Cabrera ministrou para estudantes da desaparecida Universidade de Goiânia. Na ocasião, meu avô Santiago di Diabolis foi até essa cidade para assistir à exposição (ele relata esses eventos em seu famoso diário) e levou um amigo que também tinha afinidade pela temática negativa. Assistiram a um dos três dias de palestras e retornaram a Brasília, discutindo muito, empolgados com aquele filósofo que não lhes mentia nem repetia as habituais falas simiescas.

O amigo dele já estava convencido a não cometer, ao menos, o crime de tornar-se pai (na expressão de Cioran no livro *Do inconveniente de ter nascido*), mas casou-se assim mesmo com a Graça, uma mulher dessas que acha um bebezinho a coisa mais linda do mundo, e está disposta a tudo para arranjar um. (Afinal era só o que faltava para ela: conseguira um bom emprego, um bom celular, um bom carro, uma boa casa e até um bom



marido. Só faltava mesmo um filho!). Ele ainda conservava certo otimismo, tinha esperanças de que conseguiria mudá-la, de que a leitura conjunta dos textos cabrerianos surtiria o mesmo efeito nela, visto que para ele eram tão claros e convincentes.

Logo no primeiro ano de casamento, quando tudo ainda se parecia mais com lua de mel do que de fel (como diria Voltaire), ele lhe mostrou os textos que tantas vezes tinha mencionado. E para a sua surpresa ela achou um total absurdo, e disparou a falar... “Uma coisa típica de filósofos, daqueles desgraçados e degenerados, ateus, homossexuais, alienados, vagabundos, incapazes de fé ou de esperança, que ficam inventando esse tipo de coisa por não terem mais o que fazer, e que deveriam ser colocados para trabalhar de verdade, daí queria ver se diriam essas coisas, que bem fariam se se matassem e nos deixassem em paz. Entre tantas coisas que havia para escrever (felicidade, auto-ajuda, harmonia pré-estabelecida, dignidade humana, os humanos como únicos seres capazes de rir, de ter autoconsciência, uma sensibilidade superior, capacidade para fazer arte), por que escrever justo sobre isso e daquela forma? Não podiam ver o nascimento de um bebê como um milagre, como o surgimento do Novo? Isso seria bem mais conveniente!”

Uma das coisas que ela repetia era que queria “se sentir grávida”! A irmã da Graça freqüentemente lhe contava dos prazeres de sua enorme barriga, entre vômitos, dores nas costas e maus humores, que já enchiam a casa de alegria. Ele sugeriu que procurassem um médico (que lhes fora indicado) que induzia as pacientes à pseudociese (a gravidez imaginária, por sinal, parece ser um bom exemplo de que a ciese se dá para a satisfação ou a realização da geradora, e não para “o bem do filho”), mas não serviu para ela. Ele chegou a sugerir a adoção, mas ela também não aceitou, disse que era perigoso “pegar alguém” com genes desconhecidos, ima-

ginando a hipótese de um pai filósofo que abandonara o filho e que, bem, filho de peixe, peixinho é.

Logo eles se separaram. Por sorte (especialmente para o novo ser) não houve tempo para que a Graça o enganasse e ficasse grávida, fazendo uso do poder matriarcal e macacal a ela concedido pela natureza. Mas para ela, aquele professor de filosofia, Julio Cabrera, era o culpado pela destruição de seus sonhos. Não conseguiu seu lindo bebezinho, perdeu o marido, que, aliás, ficou com o carro, e em uma das brigas, o celular dela foi quebrado. Ela decidiu que iria se vingar, embora ainda não soubesse exatamente como. Afinal, mesmo não tendo restrições em relação às idéias de procriar ou heterocidar, não queria ser presa.

Eis que um dia surgiu a oportunidade de sua vingança. Cabrera foi ao médico (isto deve ter acontecido em torno do longínquo ano de 2006), por suspeitar haver um grave problema de saúde, por certo conjunto de sintomas persistentes. O médico pediu que ele fizesse uma série de exames, inclusive um espermograma. Ele foi ao laboratório pronto para masturbar-se. Ao oferecerem-lhe uma revista pornográfica, recusou dizendo que já trouxera de casa seu próprio estimulante (ele mostrou um exemplar de *O Mundo como Vontade e Representação*, de Schopenhauer).

Enquanto se deliciava com seus fetiches sofosexuais, ficou pensando que, já que nasceu, poderia ter algum (assim chamado) problema de nascença (algo que podia soar como tautológico no nosso ambiente de pensamento, já que viver é um problema de nascença) que o fizesse não ter espermatozóides. A nulidade neste resultado (como em outros) seria um grande presente para o filósofo, embora pudesse soar como trágico no âmbito do senso comum. Ele imaginava que seria muito interessante ter nascido (necessariamente) inútil à natureza, não ter nem sequer a possibi-

lidade de transmitir seus sensíveis genes a um sofredor inocente, ser fisicamente incapaz de fazer nascer.

É então que a sorte volta a rir de Cabrera: o tubo contendo quatro mililitros do mais perigoso veneno e uma etiqueta com o nome do paciente vão cair nas mãos dela, da Graça, que trabalhava no laboratório. Ela constata que há cerca de cento e dez milhões de espermatozóides no líquido seminífero. Agora sabe como se vingará dele, do filósofo execrável. Ela providenciou que fosse entregue a Cabrera um resultado de exame que o declarava totalmente infértil, colocando-o naquela interessante nulidade espermática, deixando-o muito contente e sem ter a menor suspeita da graciosa manipulação. Congelou o líquido e encarregou-se de fazer uma inseminação artificial em uma conhecida dela, filósofa também, que queria ter um filho de um filósofo. E isso é tudo que sei.

Seria você realmente um descendente de Cabrera? Será que a hipótese que julgo altamente improvável, desagradável e inconveniente é a que corretamente descreve o que está ocorrendo?

Toda minha tranqüilidade se foi e preciso voltar para o banheiro. Espero continuarmos em contato.

Abraços trágicos, Thiago di Diabolis.

Opção de leitura



Se você optou pelo roteiro intercalado, volte para “o Ego da questão”, II.

CARTAS DO EGO II

20 de maio de 2120

Caro Thiago:

Num momento de fraqueza, Cabrera pensou que talvez a abstenção fosse tão manipuladora quanto a procriação. Você teve o triste mérito de apresentar elementos para quebrar esta inconveniente simetria. Pois, em seu pensamento, antes de ser “nascituro”, o não-ser, simplesmente, não é. e não existem relações que possamos ter com um não-ser. Não podemos ser lbe fiel ou fazer lbe traição, “ele” não tem autonomia a ser respeitada ou caráter a ser denegrido. Simplesmente não é.

Mas me pergunto: se não ferimos a vontade do não-ser abstando-nos de fazê-lo nascer, já que não há vontade para ferir, tampouco ferimos a sua “vontade” fazendo-o nascer. Se o possível nascituro está no primeiro nada, parece que tanto faz abster-se de fazê-lo nascer quanto fazer que ele nasça, em cujo caso não posso salvar a abstenção e condenar a procriação nestes termos, mas salvar ambas ou condenar a ambas. O primeiro nada é homogêneo. (Estou tentando salvar os farrapos da minha própria paternidade)?

A idéia parece ser que, em X1, tudo está empatado; as diferenças virão depois. Procriando, o ser procriado chegará em X2 e X3 e vai sofrer apenas para meu benefício. Abstando-me, pelo contrário, esse sofrimento não acontecerá. Mas as diferenças se dão já no plano do ser; no plano do (primeiro) nada, tudo igual. É isso? Estou expondo bem seu pensamento?

Sendo assim, a idéia de Cabrera da abstenção poder ser tão manipuladora quanto a procriação no nível do primeiro nada, parece incorreta. O que haveria que dizer é que ambas são não manipuladoras nesse nível,

posto que nada há para manipular. A manipulação é desimpedida mediante a abstenção e permitida mediante a procriação, em níveis posteriores. A abstenção pode ser, pois elogiada na medida em que fecha a porta para uma manipulação futura, além do nível do primeiro nada.

Fiquei pensando a noite toda nisto: o ser é menos que o não-ser, pois para ser precisa-se delimitar o primeiro nada numa direção única. E a inquietação de nossas vidas pode ser ontologicamente exposta em virtude desta necessidade de viver apenas isto, sobre o pano de fundo do todo do qual fomos excluídos. O ser tem o privilégio de realizar-se, mas essa realização paga o preço da limitação inquieta. O que se consegue ser é sempre infinitamente menos que o que não se é.

Estou realmente cansado agora. Vou parar de escrever por hoje. Confesso que a leitura dos textos de vocês está me fazendo re-visitar velhas idéias esquecidas. Observava há pouco a minha filha brincando com sua pipa, tão despreocupada, e não consegui evitar um estremecimento. Ela não faz idéia de todo o imenso sofrimento que lhe aguarda, e do qual sou direto responsável. Continuo amando intensamente meus filhos, e creio que os amarei sempre, mas agora é como se esse amor, com toda sua imensidão, fosse refém de um amor anterior e mais profundo, do qual estou exilado para sempre.

Abraços, prof. J. von Kabra.

25 de maio de 2120

Caro Kabra:

Também tive essa impressão, que vez ou outra Cabrera pensava a abstenção tão manipuladora quanto a procriação.

Aplicando o aforismo 55, por exemplo, ele consideraria que não ter tido Lucas e Érika para não o incomodarem enquanto escreve cartas seria tão manipulador quanto tê-los tido para que lhe cuidem na velhice. Seguindo esta linha de que não existem relações efetivas que possamos ter com um não-ser, para o lado da não procriação isso estaria resolvido.

Estou de acordo que no plano do primeiro nada é tudo igual, e que ninguém é manipulado efetivamente. Mas ali já está anunciada uma manipulação, que caso se leve adiante o nada, se efetivará. Eu gosto da idéia de Cabrera de considerar, em X1, ambas as atitudes como manipuladoras (entendidas enquanto potenciais), apenas acho que é uma proto-manipulação, de menor intensidade se comparada com as efetivamente materializadas. Um dano ao proto-ser parece ser menos devastador que um dano ao ser!

Parecer-me-ia incorreta a idéia de que se abster ou procriar pudesse ser igualmente imoral (como ele comenta em 59). Estou de acordo que ambas podem ser consideradas imorais, mas o fato de se ter o ultra-egoísmo e a manipulação em ato e potência (ou seja, nos momentos X1, X2 e X3), ao invés de só em potência (só em X1, ou seja, sem ultra-egoísmo), torna a procriação muito mais imoral (supondo a possibilidade de graus de imoralidade, e não apenas de presença ou ausência). (Ainda nesse mesmo aforismo, “deixá-lo nascer e que ele decida por si” já se move dentro da não decisão primordial, brutal, da atrocidade suprema).

A abstenção ainda pode ser elogiada (como a procriação não pode), entre outras coisas, por fechar a porta para manipulações futuras, além do nível do primeiro nada. Nesse contexto, ocorreu-me um pensamento curioso: esse nível já foi pré-configurado como um perigo iminente não pelo pai, mas pelo avô do novo ser. Com a abstenção librei meu filho de uma manipulação efetiva, mas só o

meu neto é que foi liberado de forma “mais” completa, de não ser manipulado em seu primeiro nada por seu pai. Tenho a impressão que eu poderia ter sido mais bem salvo por meu avô di Diabolis, pois quanto mais longe do ser. melhor.



Você diz que o ponto de Cabrera é mais forte, pois desde os momentos iniciais (e principalmente) ele se mantém no nível do ser. Costumo pensá-lo como um perito em demolição! Com a bomba ontológica, toda e qualquer construção de um procriador que queira se isentar estará comprometida estruturalmente, estará sem alicerce. Mas, como salientei, no caso de um “procriador responsável”, já bastaria a espingarda ôptica (para matar o passarinho) e não seria preciso um tiro de canhão.

Alguém poderia ler o meu texto e ficar com essa impressão que lhe deu, de uma excessiva concessão à “teoria vai-e-vem”, e em seguida ler o texto de Cabrera e acabar com isso. Alguém poderia ler o texto de Cabrera e, não o entendendo, ficar com a impressão de que ele afirma que não há nada de bom na vida, e em seguida ler o meu texto, e ver que mesmo que um procriador ache a vida ótima, ainda é um crime procriar. Acho que se alguém entendeu bem que de um ser possível não se pode tirar nada, não haverá problema com a “teoria vai-e-vem” (por parecer que se tiram as “alegrias” intramundanas dos dias de sol).

Excelente essa sua descrição, de um amor exilado para sempre, refém de uma falta inicial, o único amor possível para os pais efetivos.

Bom descanso! Abraços comiserados,
Thiago di Diabolis.

25 de maio de 2120
(Mais tarde)

Caro Julius:

E, por favor, professor von Kabra, pare de me chamar de otimista que me sinto ofendido! Já foi difícil ter de admitir que estou sendo otimista ao achar que eu e Cabrera poderemos salvar, por meio da nossa literatura negativa, algum novo ser, contando, é claro, com a “boa vontade” dos humanos! Não estou subestimando o embaraço, mas estou me propondo a levar adiante, a quem quiser fazer isso de forma refletida e sensível, uma ampla consideração do problema, a partir da perspectiva do novo ser (se vai pensar, siga o pensamento até o fim)! Estou ciente de que isso poderá sensibilizar uma parcela ínfima da população. Na maioria esmagadora dos casos, eles vão heterocidar ou procriar por nada ou por tudo, porque estava quente ou frio, porque o dia lhes parecia agradável ou não, sem qualquer justificação.

A dominância da ultra-atrapalhação que você menciona (e aplica inclusive em seu próprio caso, como pai) me parece inevitável, mas eu ainda vejo nela a presença do ultra-egoísmo.

Poderia-se dizer que os elementos do ultra-egoísmo, sintetizados para fazer essa distinção, são os seguintes:

- obrigação de ser (criação) para (unicamente) a própria satisfação.
- a causa do novo ser repousa no ultra-egoísta (o qual tem por objetivo satisfazer-se por meio dos filhos).

Se tirado deste contexto em que eu o apresento, ou seja, o da deliberação parcial, e considerando a procriação em geral, teríamos:

- obrigação de ser (criação) em decorrência (unicamente) da própria satisfação.
- a causa do novo ser repousa no ultra-egoísta (o qual tem por objetivo satisfazer-se por meio dos órgãos sexuais).

Mesmo que os geradores não tenham nem percebido o ponto de vista do filho (que “o filho ia entrar na jogada”), mesmo que tenham se encantado pelos puros dotes da genitália e não pensado em outra coisa que usufruí-la, o movimento, o objetivo foi o mesmo: buscar satisfazer-se. Um pode estar buscando o próprio prazer do ato, o outro o prazer do efeito. Com nenhuma deliberação ou com alguma, o efeito (ainda que colateral) será o mesmo, ou seja, o filho! (“Sobra para ele”).

25 de maio
(Mais tarde)

Estava pensando que, embora exista um risível imaginário social falocêntrico de que na cópula a fêmea é arruinada, quem sai

realmente arruinado é o novo ser (mais uma motivação de procriar para os ultra-egoístas machos: ter uma filha é a única forma de arruinar uma fêmea! Freud agora brincaria que, para as ultra-egoístas fêmeas que não querem ser homossexuais ou psicóticas, ter um filho é a única saída!).

Concordo que seria menos péssimo se a coisa fosse sempre perversamente planejada, pois aí, ao menos, o filho estaria sendo considerado de alguma forma (ainda que como um meio de prazer). O que mais parece ocorrer, no entanto, é a indiferença



e a insensibilidade que (provavelmente em virtude do egoísmo idiota e extremado) faz que nem se perceba a perspectiva do novo ser, como se não fosse existir nunca (uma espécie de “ultra-insensibilidade”!). Talvez ele seja visto mesmo como um braço do próprio indivíduo (ou como a extensão de seu órgão sexual), não tendo cabimento perguntar-se sobre o que o braço vai ter de passar. (É visto como algo que você possui, que é seu, que é você, e não como outro).

25 de maio

(Mais tarde ainda, no meio da insônia)

Aliás, é desta forma, com esse ultra-egoísmo generalizado que eu teria sugerido a Cabrera uma quarta linha (ligada precisamente ao tropeço) para um possível julgamento moral da procriação. Pois nas três linhas apresentadas por ele, se indica que não é correto

dar a alguém algo que consideramos desvalioso (primeira linha), manipular alguém (segunda linha) ou desrespeitar a sua autonomia (terceira linha). Na quarta linha, a ultra-atrapalhação que você menciona (ou, como eu diria, o ultra-idiotismo) é tanta que não se consegue ver que alguém vai receber o desvalioso, que alguém vai ser manipulado e que alguém vai ter a sua autonomia desrespeitada! Simplesmente esse alguém não é levado em conta!

Esta nova linha diria algo como: não é correto ser indiferente, insensível e estúpido a ponto de não perceber que “o filho vai entrar na jogada”, e que ele é alguém, um outro, que terá sua própria sensibilidade, e não será apenas um pedaço de carne do genitor.

O “ego da questão”, em relação ao “tropeço”, pode consistir na incapacidade de perceber o *alter ego*, o outro como outro. Uma espécie de deficiência de percepção da alteridade. Ao invés daquela tão rara doença que priva da propriocepção fisiológica (e afeta menos de dez pessoas no mundo), uma doença que talvez assale quase toda a população mundial, seria aquela que priva da “outrocepção” psicológica, da percepção do outro; doença tão perigosa como só a “banalização do bem” poderia ser!

Engraçada a sua colocação de que só em português o gerador gera dor (ou seja desrespeitador), isso me lembrou um evento, relatado por meu avô Diabolis (em seu lendário diário). Na ocasião, Cabrera comentou com ele, incomodado, que Habermas (um filósofo que, por incrível que pareça, foi muito respeitado naqueles dias, e a quem Cabrera chamava “o velhinho afirmativo”), em seu livro *O Futuro da Natureza Humana*, se mostrava indignado com a possibilidade que se abria (naquela época, pois atualmente isso já é feito regularmente) da manipulação genética para que os novos seres fossem do jeito que os pais queriam. (Aposto que Laura Cristiana encomendara os filhos de vocês com lindos olhinhos verdes, aloira-

dos e gordinhos. Desculpe a observação intempestiva, não consegui me segurar.). O incômodo cabreriano (que senti um pouco agora pela sua brincadeira) é que não se via a manipulação e as dificuldades sempre presentes nos atos procriativos habituais, desde Adão e Eva, se for o caso! Espero que esse pessimismo não possa se dar somente em português ou só com a manipulação genética!

Abraços embaraçados, Diabolis.

P.S.: O Hauer envia saudações.

26 de maio de 2120

Caro Thiago:

Desculpe meu atual laconismo. É que estou realmente preocupado. Nos últimos dias tenho deixado de falar com Laura Cristiana sobre estes assuntos, porque creio que estão começando a perturbá-la seriamente. Não sei mesmo o que está acontecendo. Ela fica pior enquanto eu mais me empolgo. Ela é muito jovem e não me atrevo a lhe dizer que não gostaria de ter um terceiro filho, nem com ela nem com ninguém. Eu sei que Cabrera diria que agora já não mais importa, que a diferença numérica relevante é entre 0 e 1, ou seja, entre não ter filhos e tê-los. Mas entre ter 1 e ter 15 não há qualquer diferença ontológica (apesar de haverem grandes diferenças econômicas, posso lhe assegurar!). De qualquer forma, estou disposto a dar ouvidos para este meu escrúpulo tardio.

De maneira que lhe abraço novamente, mas já não lhe envio, como antes, os abraços de minha mulher, porque ela nem sabe que continuo a lhe escrever.

Até a próxima, Prof. J. von Kabra.

26 de maio de 2120

Caro Julius.

Sim, estou de acordo a considerar toda a procriação e não apenas a tratada inicialmente no texto, como decorrente de uma decisão.

A questão é que mesmo nas classes baixas tem sido introjetado o imaginário burguês (ao menos em alguma versão), diria que principalmente por meio dos mecanismos de reprodução de estereótipos, em que a televisão e a internet quântica são muito representativas, penetrando (tenha todo o cuidado com o verbo!) em diversas realidades sociais com, por exemplo, o sucesso das novelas e dos *reality shows* (mesmo nas favelas).

A apreciação estética do bebê tendo sido “importada” ou não da burguesia, parece ter chegado, ainda acompanhada da habitual balbúrdia (o “excesso histórico” a que Cabrera se refere em seu aforismo 33), às classes mais baixas.

De qualquer forma, o ultra-egoísmo não está preso às motivações mencionadas. Acho que o mais interessante é, aliás, observar (assumindo a perspectiva detetivesca que o senhor me atribui) o seu *modus operandi*, como sugeri na carta anterior, que se daria basicamente pelo movimento de buscar satisfazer-se (seja qual for o objeto dessa satisfação), pouco importando qualquer outra coisa, e no qual se envolve um ser absolutamente inocente.

Se considerarmos que nas classes mais baixas não há estas motivações, o que parece estar falando mais alto é o chamado fator sexual. Ao atendê-lo (busca de satisfação) isso poderá trazer como conseqüência o surgimento do novo ser (o que inclusive é associado, de modo geral, com mostra de virilidade). Assim, alguém que teve uma relação sexual e desapareceu, sem tomar ciência

da existência do filho, e que pode nunca vir a encontrá-lo, estará enquadrado no meu princípio do ultra-egoísmo, seguiu o mesmo caminho. Pelo que vejo, a minha idéia certamente ultrapassa as limitações de classe.

Aliás, aproveitando a deixa e comentando um pouco mais sobre o que já mencionei no prefácio da segunda edição de *Nascituri te Salutant*, acredito que as muitas pessoas envolvidas em “revoluções” particulares deveriam atentar mais para esta questão de que estamos tratando! Parece que muitos acreditam que os “problemas da humanidade” estariam resolvidos se o Capitalismo fosse substituído por um sistema mais justo, ou se as mulheres tivessem igualdade com os homens, ou os negros com os brancos, ou se os pobres tivessem condições mínimas, ou se judeus e palestinos (e todos) vivessem em paz (até nas tentativas de paz a propaganda já foi procriativa: “faça amor, não faça guerra”).

Talvez a revolução verdadeira se desse por meio do Ato da Recusa. Talvez a única forma de não compactuar com diversos sistemas injustos (incluído o natural, que é a pior das matrizes) seja recusar-se a continuar com tudo isso (e não apenas com uma parte). De nada adianta tentar respeitar “os outros” e desrespeitar “o outro” mais inocente de todos (e sobre o qual você, e só você, tem todo o poder do mundo; só você pode salvá-lo, ele precisa de você!).

Será que ela, a sua mulher, quer mesmo ter mais filhos!? Convença-a pelo fator econômico então! Muitas pessoas já viram que custa caro ter filhos, embora o verdadeiro “custo” não seja considerado. (Vide nota 5 do meu texto).

Abrços de quem celebra os bens do intramundo
e preferia não ter nascido, Thiago di Diabolis.

27 de maio de 2120

Caro Professor.

Já lhe peço desculpas de antemão caso o esteja sufocando com as minhas cartas!! Nesses últimos três dias estou muito perturbado, sofrendo excessivamente, não tenho conseguido dormir direito, e tenho tido surtos de produção de textos, não estou conseguindo me conter... Se ainda tiver ânimo, dê uma olhada nestas páginas que lhe envio!

Não sei ao certo o que desperta esta minha paixão, talvez a minha indignação pelo seu relato de que sua esposa ainda queira mais filhos, mesmo depois de ter supostamente lido o meu texto e concordado com vários dos apontamentos... Que absurdo!!! Dentro desse espírito, com o perdão da palavra, resolvi sintetizar as muitas questões e discussões, que apareceram ao longo do texto, em uma tabela (o que Cabrera provavelmente chamaria de um mapeamento moral da procriação)! Quem sabe assim, vendo tudo junto, se torne mais claro quão sádica (embora nem mesmo Sade aprovasse esse sadismo) e inescrupulosa pode ser a atitude procriativa, contrastando-a com a abstenção, que é uma opção aberta a todos. Segue o tal mapeamento!

Abraços tabelados,
ensandecidos, do bebê agripino Thiago.

Atitude de não ter filho(s)

Faz-se uma consideração sensível e refletida das implicações, possibilidades e perspectivas envolvidas no ato de procriar.

Não se obriga, impõe ou outorga ninguém. (Carrega seu saco de tijolos sem obrigar ninguém a carregar outro).

Considera-se a possibilidade de participação do novo ser no terceiro grupo (de ser um suicida, por exemplo).

O risco de suas ações fica para o indivíduo que tomou a decisão. Traz a responsabilidade para si, mantém em si próprio as implicações das ações.

Atitude de ter filho(s)

Realiza-se uma ação irrefletida* e insensível de procriar, cedendo incondicionalmente* aos impulsos e tentando isentar-se de responsabilidade, com total desprezo à racionalidade e à sensibilidade, e desconsiderando* possibilidades e perspectivas.

Obrigação, imposição, outorga de alguém. (Carrega seu saco de tijolos e obriga alguém a carregar outro).

Desconsidera-se* a possibilidade de participação do novo ser no terceiro grupo.

O risco fica para o filho ou filha, expandindo-se, portanto, para além dos que tomaram a decisão. Joga nos ombros dos filhos o pacote inteiro, com todas as suas implicações; a partir daí, o problema é do novo ser.

Atitude de não ter filho(s)

Responde-se não à pergunta: “Deseja-se ser responsável pela existência de uma pessoa (sem potência ou ciência sobre a decisão de fazê-la ser) que possa ser tão sensível a ponto de ser afetada, machucada, devastada e até destruída pelas dores da existência?”.

Não se obriga o filho (ou filha) a pagar qualquer dívida que ele ou ela não tenha contraído. Não faz dos filhos vítimas de tirania intergeracional.

Considera-se a possibilidade do novo ser ocupar a posição de sofredor intenso.

Não se impõe ao novo ser uma mortalidade, uma vida terminante, debilitante e ciente de si mesma, frustradora de todo projeto e geradora de insegurança.

Atitude de ter filho(s)

Responde-se sim à mesma pergunta.

O filho (ou filha) terá de pagar dívidas (pagas a cada segundo e impossíveis de serem quitadas) que não contraiu (que foram herdadas). Há tirania intergeracional.

Desconsidera-se* a possibilidade do novo ser ocupar a posição de sofredor intenso.
(Inclusive a daquele que quer morrer e não consegue).

Impõe-se ao novo ser precisamente esse tipo de vida. Obriga-se ao novo ser uma vida sempre decadente, em que se sofre ações causadoras de maiores limitações à condição humana.

Atitude de não ter filho(s)

Não se obriga ou se possibilita ao novo ser viver o adoecimento e morte do pai, da mãe, filho ou filha, familiares, amigos, entre outros, sendo plenamente ciente dessas possibilidades.

Não se condena o novo ser a fazer escolhas, a passar por frustrações e fracassos.

Não se obriga um ser sensível a dores e sofrimentos, a ser um sofredor, submetido às diversas limitações naturais. (Ao não obrigar alguém a ter um corpo, nenhuma agulha pode feri-lo).

Preocupa-se (em X1) com o “para quem” a dor ficaria.

Atitude de ter filho(s)

Obriga-se ou possibilita-se ao novo ser viver o adoecimento e morte de todas essas pessoas, e, em geral, a convivência com o sofrimento de pessoas queridas.

Condena-se o novo ser a fazer escolhas, a passar por frustrações e fracassos, a ser desrespeitado-e obstaculizado pelo outro.

Obriga-se alguém, um ser sensível, de percepção particular, a ser um sofredor, acuado pelas diversas limitações naturais (não escolhidas e imutáveis). E tudo isso sem qualquer escolha, potência ou responsabilidade do novo ser. (Ao obrigar a ter um corpo, uma agulha pode ser sempre enfiada nele).

Não há preocupação com o “para quem” a dor ficará. Pelo contrário, inicia-se o aproveitamento do novo ser, mentalmente, já em X1, como parte da prática de um ataque absolutamente indefensável contra a prototípica vítima inocente.

Atitude de não ter filho(s)

Para o indivíduo já existente, pode haver resignação à vida (ela é “assim mesmo”), mas não para o novo ser, que não foi obrigado à mesma situação penosa.

Ou não se enquadra em nenhuma das três categorias (egoísmo, super-egoísmo, ultra-egoísmo), ou, no máximo, se caracteriza como egoísta, ou como super-egoísta, ou como ambos, a respeito de outras pessoas já existentes.

Considera-se as conseqüências da própria ação, as quais podem ser prazerosas para ele mesmo, mas que serão dolorosas para o novo ser.

Não se obriga alguém a ser um agente da natureza (em particular, um reprodutor).

Assume-se uma postura de respeito em relação ao sofrimento humano, e particularmente em relação ao filho ou à filha.

Atitude de ter filho(s)

Para o novo ser, a vida será “assim mesmo”, da mesma forma que para o indivíduo já existente, porque os pais decidiram por ele.

É a prática do ultra-egoísmo por excelência, o grau máximo de egoísmo (ou seja, é o causar de um novo ser somente para se satisfazer).

Desconsidera-se* as conseqüências, dolorosas para o outro, da sua própria satisfação.

Obriga-se o filho ou a filha a ser um agente do sistema natural (em particular, um reprodutor).

Assume-se uma postura de desrespeito ou de indiferença em relação ao sofrimento humano, e particularmente em relação ao filho ou à filha.

Atitude de não ter filho(s)

Não se obriga o novo ser a ser um agente do sistema de crenças do gerador. Não se obriga um novo ser a ser um meio para nada. O novo ser não é visto como meio e sim como fim.

“Mantém-se” o novo ser em X1, no status privilegiado do 1º nada, sem perspectiva do 2º nada, sem limitações, sem impotência, sem angústia, sem dor, sem sofrimento, sem preocupações, sem perder a si mesmo todos os dias.



Fere-se o direito de ser do não-ser, só em X1, ou seja, não é um ferimento efetivo, já que não se tirou nada dele, pois ele simplesmente não é.

Reage-se responsabilmente às regências vigentes, à inércia símia tradicional.

Atitude de ter filho(s)

Obriga-se o filho ou a filha a ser um meio dentro dos sistemas de crença do gerador.

Obriga-se a ser somente algo e nada mais, a não ser muito mais que ser.

Obriga-se a uma vida subtrativa e debilitante, de encontro com o 2º nada.

Obriga-se a uma existência limitada, de potência negativa, impotente, receosa, angustiada, preocupada e dolorosa, de perda de si mesmo todos os dias.

Obriga-se a ser, “saindo” do privilegiado status do 1º nada.

Fere-se o direito de não ser do ser, em X2 e para sempre (algo insanável mesmo com o suicídio), além do abuso em X1.

Segue-se repetindo a mesma atitude irresponsável, irrefletida, insensível, tradicional.

Atitude de não ter filho(s)

Não se condena nem se sacrifica o que garantidamente existiria, ou seja, o corpo, a sensibilidade, os pensamentos e sentimentos do novo ser, em potencial benefício do que pode existir ou não.

Assume-se inteiramente a proposta de ter como principal ou único objetivo o bem do novo ser.

Responde-se sim à pergunta: “Não seria melhor satisfazer-se sem fazer mal para um indivíduo absolutamente inocente?”.

Pensou-se nos motivos que teria, o novo ser, para ser.

No momento X1, pensa-se no bem do novo ser, revela-se preocupação moral e amor por ele, pelo elemento sensível e absolutamente inocente.

Atitude de ter filho(s)

Sacrifica-se e condena-se o que garantidamente há: o corpo, a sensibilidade, os pensamentos, os sentimentos do novo ser, em potencial benefício do que pode existir ou não.

Abandona-se inteiramente a proposta de ter como principal ou único objetivo o bem do novo ser.

Responde-se não à mesma pergunta.

Obriga-se o novo ser a ser, mesmo sem nenhum motivo indubitável e necessário para todos.

Não se pensa no bem do novo ser, não se tem preocupação com ele como tal, propriamente dito. Há preocupação e amor a si mesmo, em um elevadíssimo grau de envolvimento consigo. Não se dedica amor ao elemento sensível e absolutamente inocente, nem há preocupação moral com ele.

Atitude de não ter filho(s)

Não se admite fazer uma “fetichização”, coisificação ou objetificação do novo ser, tratando-o como não humano.

Não se comete um crime para depois proteger o lesado; pensa-se antes de fazê-lo e decide-se, em primeiro lugar, não fazer uma vítima.

Pensa-se nas muitas dificuldades que o novo ser viveria, as condições necessárias de sua existência, inerentes ao humano, e não o obriga a isso.

Na tentativa de conciliação entre a satisfação própria e o bem do novo ser, prioriza-se o bem deste, mesmo em prejuízo de seus próprios interesses (talvez, viver “a experiência da paternidade”). Mas há a opção de satisfazer-se de maneira mais profunda sabendo que se está efe-

Atitude de ter filho(s)

Utiliza-se o filho como objeto, coisa, para satisfação própria. Perde-se a distinção entre coisa e humano, o filho se torna um fetiche.

Comete-se os crimes cuja vítima é o próprio filho (ou filha), dos quais se tenta, depois, poupá-lo (de ser vitimado por outros).

Não se pensa nessas dificuldades. Sendo a vida humana muito difícil (natural e socialmente), e mesmo podendo evitar, obriga-se o novo ser a tudo isso apenas em virtude do próprio ultra-egoísmo.

Na tentativa de conciliação entre a satisfação própria e o bem do novo ser, na melhor das hipóteses, prioriza-se o próprio contentamento, mesmo com o total e irreversível prejuízo ao novo ser. Na maioria dos casos, no entanto, não se pode nem considerar que

Atitude de não ter filho(s)

tivamente fazendo o melhor para o possível novo ser.

Atitude de ter filho(s)

há uma priorização, pois a indiferença e insensibilidade são tamanhas que nem sequer se percebe a existência da perspectiva do novo ser (completamente ignorada sob a ótica ultra-egoísta). Nesses casos só se vê uma coisa: “eu, eu, eu...”.

* Se mantida a preocupação com o bem do filho ou da filha.

8 de septubro de 2120

Caro Thiago:

Tive de interromper o nosso epistolário por vários meses (de maio a septubro, exatamente) porque um grave conflito com Laura Cristiana tirou-me toda a concentração. Neste momento, escrevo escondido no porão, com uma luz improvisada, para tentar acabar meus comentários mesmo de maneira precária.

Afinal de contas, você transmite a seguinte idéia: dois seres totalmente inescrupulosos, entediados e vazios, para sua própria diversão (o termo é seu), decidem, mais ou menos refletidamente, mas sempre de maneira irresponsável, pregar uma peça a um terceiro ser que, até então, descansava pacificamente no primeiro nada. Ultra-egoisticamente eles geram então um novo ser, que eu imagino que tenha a cara daquele bebezinho encantador que você coloca páginas depois. (Eu suspeito que esse bebezinho da foto seja você, mas não tenho provas). Os genitores são vistos como criminosos, e a procriação como atrocidade; tudo o que eles fazem depois é amenização

e ajustamento. O estrago está feito. Crime sem castigo. A procriação é, de certa forma, o crime perfeito, inclusive socialmente consagrado.

Parece-me que a esta imagem lhe faltam algumas mediações. Pois, como você o coloca, realmente não há diferenças entre procriação e crime. Certa vez, segundo li em algum lugar, parece que Cabrera ficou furioso numa fala sobre suicídio, oferecida em alguma universidade brasileira, porque alguém do público lhe disse que se a vida humana não tinha nenhum valor (como Cabrera sustentava) então o suicídio era a única saída. Ele respondeu que a condição humana era composta pela tensão entre a estrutura terminal do ser e a criação intramundana de valores, e que a escolha acerca do que fazer com este delicado equilíbrio pertencia ao ser humano singular em cada caso e que, portanto, não podia haver receitas gerais sobre suicidar-se ou não suicidar-se. Parece-me que esta resposta (tendo sido realmente dada por Cabrera ou não) poderia ser aproveitada para a questão da procriação.

Uma grande parte dos genitores é simplesmente inescrupulosa e cabe perfeitamente dentro da sua idéia. Mas posso imaginar genitores de outro tipo, que fazem, por exemplo, cálculos como o seguinte: “A vida humana é um delicado equilíbrio entre a estrutura terminal do ser e a criação intramundana de valores. Eu quero ter um filho e penso que ele vai conseguir manter o equilíbrio entre ambas as coisas”. Creio que este genitor se enquadra em todas as críticas filosóficas de Cabrera e das suas: está pensando em seu próprio prazer (eu prefiro não falar em “diversão”), em seu próprio projeto de vida, ele não tem qualquer garantia de que seu filho consiga manter o tal equilíbrio, ele o condena a sofrimentos e dores estruturais, e ao compulsivo criar valores para ele (o filho) tentar preencher sua mortalidade constitutiva de maneira tolerável.

Porém, não consigo pensar neste procriador como um criminoso, mas, no máximo, como um ser humano atrapalhado que errou nos cálculos, uma pessoa com idéias inadequadas e expectativas otimistas. Eu não teria problemas em assumir todo o peso da minha responsabilidade paterna

nesses termos. Eu me considero algo muito pior ou algo muito melhor do que um criminoso, mas certamente não um criminoso, assim, sem mediações. Nesse sentido, me parece que a sua idéia oferece uma imagem simplificada do caráter moralmente problemático da procriação.

(Mais tarde, após ter ajudado Laura a fazer as crianças dormirem)

Mas, por outro lado (e se odeia cristãos talvez fique indignado pelo elogio que vou lhe fazer), parece-me que atravessa seu texto algo que eu chamo “caridade metafísica”, ou “caridade do não-ser”, no sentido de um imenso amor pelo filho não nascido, uma imensa piedade e comiseração, em última instância, pelo gênero humano e uma apresentação do ato de abstenção não apenas como ato moral, mas como sublime demonstração de consideração e afeto pelo outro. Porque te amo, não nascerás, pareceria ser seu lema.

Com isto, a aparente crueldade de suas asseverações anteriores (que tanto horrorizaram a minha mulher ao longo dos últimos meses) fica equilibrada por uma espécie de Grande Afeto Metafísico de última instância. Todo o ódio pelo ser parece uma contrapartida de um imenso e incondicional afeto pelo não-ser (do filho). Dado o tratamento altamente manipulador dado a bebês e crianças pequenas, a abstenção é facilmente vista como uma amostra viva de um amor negativo nunca antes explorado pela filosofia.

Fiquei pensando se você poderia assumir sem problemas a afirmação de Cabrera, de que não é possível ser bom pai ou boa mãe a não ser num “segundo grau” (como o assassino que mata sem dor), sem aceitar alguma versão da diferença ontológica: pois claro que Cabrera faria a distinção (e aqui temos mais uma mediação) entre o pai que prejudica onticamente seus filhos (por exemplo, obrigando-os a mendigar para ele, ou impedindo-lhes de estudar ou, em casos ainda piores, abusando sexualmente deles) e o prejuízo ontológico que qualquer pai impõe a seus filhos, sejam quais forem suas

atitudes concretas com eles. Mas você não tem essa diferença, e por isso, coerentemente, você afirma simplesmente que, a partir da procriação, não é mais possível ser bom pai ou boa mãe. Penso que você poderia sobreviver mais alguns minutos diante da ira da Liga de Mães se você fizesse alguma diferença entre ser e entes.

No século XX, Cabrera cansou de responder ao argumento que ele chamava “argumento Adão e Eva”, que lhe fora colocado muitas vezes: “Se Adão e Eva tivessem sido negativos, então não teria havido humanidade”. Eu conheço bem a resposta de Cabrera (a conheço tão bem como se eu mesmo a tivesse formulado), mas qual seria a sua resposta ao argumento Adão e Eva? Sem gerações de genitores você não poderia ter escrito Considerações sobre a decisão de gerar um novo ser. Que você responderia?

Eu acho que, por algum tempo, não vamos poder nos comunicar. Eu gostaria muito de lhe enviar o nosso endereço para que nos visite, mas agora tudo vai depender do desenrolar dos acontecimentos. Não quero que fique bravo comigo ou, muito menos ainda, quero impor-lhe uma grande crise espiritual, mas suspeito que Laura Cristiana esteja grávida, e não sei de quem.

*Abraços fraternos (não paternos, e muito menos maternos),
do seu amigo, professor J. von Kabra.*



15 de septubro de 2120

Caro Julius:

Espero que as coisas não sejam tão graves como as coloca, que melhore a sua situação com Laura Cristiana e que possamos continuar com nossos comentários, apesar de tudo.

Claro que não vou negar o que você considera uma exacerbação do meu tom moralista, mas posso estar de acordo com Cabrera neste ponto: o que fazer com o “delicado equilíbrio” (entre estrutura mortal do ser e criação de valores) cabe ao singular em cada caso. O que meu texto acrescentaria seria apenas uma postura de coerência: assumir perante o filho, francamente, o ultra-egoísmo. Contar para o filho de onde realmente veio (de uma vagina ensan-

güentada e não de uma cegonha), porque ele é (para suprir uma demanda de outro animal) e para onde vai (para o cemitério e, talvez, para o hospital), e não uma historinha ridícula de que foi trazido (para o seu próprio bem) para cumprir sua missão na terra.

Estou integralmente de acordo com o seu elogio (independente da coincidência cristã) da “caridade metafísica”. A verdadeira compaixão pelo gênero humano só pode ser demonstrada para com o que ainda não é. Quem tem um imenso amor pelo filho não pode fazê-lo nascer, *porque te amo, não nascerás* (e relendo “A diferença genética” – 52 –, fico com a impressão de que Cabrera concordaria plenamente). É isso mesmo o que eu sinto! Realmente é meu lema! Você me entendeu bem! Nenhum amor considera o outro mais que o amor negativo, talvez o único que possa ser realmente ético.

Em relação ao argumento Adão e Eva, posso dizer o seguinte (e espero, com minhas idéias radicais, não acabar de abalá-lo, pois fiquei preocupado pelo tom de sua última missiva). Deveríamos pensar seriamente sobre isto: qual é o problema com a extinção da humanidade? Consideremos diversas perspectivas. Sob uma ótica ambiental, há inclusive um filósofo chamado John Gray que publicou seus trabalhos no início do século passado. Ele previu que os humanos não vão povoar a terra além do século XXII em virtude das destruições que estiveram a causar no meio ambiente. Mas ele afirmou que o planeta ficará muito bem após a nossa partida.

Conforme o que sabemos, realmente não faremos nenhuma falta ao planeta (incluindo a outros animais que tiverem escapado à nossa vitalidade expansiva). Pelo contrário, deveremos fazer bem ao não estar mais por aqui, matando, poluindo, destruindo, desmatando, contaminando, consumindo, esgotando, extraindo, explodindo, entre outras habilidades humanas.

Sob uma ótica macrocós mica, o universo também continuará muito bem sem nós, não continuaremos a poluir o espaço com nossos satélites, estações e lixo espaciais. Enfim, para que faríamos falta, ontologicamente? Para nada... Só em uma dimensão epistêmica poderíamos “fazer falta”. Só os próprios humanos (ou a maioria deles) acham que o ser humano faria falta. Mas sem humanos, humanos não fazem falta. Só que eles querem, querem e querem... Os humanos querem levar adiante o mesmo nada de sempre! Embora a sua partida não fosse ruim para nenhuma outra instância, eles se acham os mais importantes e os mais especiais, os únicos, melhores que tudo.

Assim, eu penso que se o “Grande Ato Moral Inaugural” (Cabrera, 38) da Humanidade tivesse se realizado, teria sido o mais belo e perfeito ato, um verdadeiro presente. Ao perguntar-se de sua possível realização com lamúria, teríamos de nos perguntar: que prejuízo teria havido, e a que coisa? O que fizemos na Terra de tão bom?

(Mais tarde)

De qualquer forma, conforme o que sabemos, a Humanidade vai acabar de um modo ou de outro. Já passamos de 95% do tempo habitável da Terra; o Sol vai acabar e engolir muita coisa, não deve ter para onde escapar. Mas não é preciso se preocupar com isso, muito provavelmente, bem antes disso, vamos terminar (em uma guerra, ou graças à destruição que causamos ao planeta, ou em alguma pandemia, ou na colisão com um asteroide, etc.). Por que não fazê-lo então de forma pacífica, amorosa e decidida? Parece-me bem melhor! Não vejo possibilidade de morte mais digna! Gostaria muito de saber a sua opinião sobre isso.

Há os que digam que a moralidade depende da vida e que por isso ela não poderia “sugerir” a sua eliminação. Assumindo a perspectiva da própria moral antropomorfizada, poder-se-ia dizer algumas coisas. O desenvolvimento da moralidade tem como condição empírica o humano, mas isso só pode ser visto como necessário por ser uma demanda deste mesmo animal. Se retirado de seu centro egoísta, não haveria problemas que a moralidade não mais se desenvolvesse, pois a sua demanda também teria sido eliminada. Ou seja, não há problemas na eliminação da sensibilidade moral se ela se der em virtude da eliminação mesma do humano, daquele ser que tem (ou pretende ter) moralidade.

A sensibilidade moral em si, por assim dizer, não está preocupada com a sobrevivência, nem com a própria (ela não é, como diria furiosamente Cabrera, uma “vitalista” fanática – 45 –, que valoriza a si em detrimento de todo o resto – 2)! Ela pode se suicidar, a partir da morte do que lhe dá suporte empírico.

Se estivéssemos na época em que viveu Cabrera (a época dos computadores eletrônicos), poder-se-ia dizer que a moralidade não faz questão nenhuma desse nível *hard*, baixo, *assembly*, de estrutura, mortal, maquinal, próprio à existência, ao ser. A moralidade é como uma linguagem de alto nível. que está em um ambiente muito mais virtual do que basal. E, embora dependa desse nível de *hardware* para continuar em execução, não tem um compromisso de defendê-lo incondicionalmente, de dizer sim a tudo.

Faltou a Kant observar, como nos aponta Cabrera (em 36), que a moral é suicida, que “coloca em perigo a vida de maneira radical”. E parece que faltou a Nietzsche se livrar de uma contaminação que ele mesmo denunciou: “a filosofia está infestada de sangue teológico”. Vai ver que no parto dele acabou sendo infectado, e

não se libertou dessa pueril exaltação da vida, tão bem embasada quanto o cristianismo que ele “adorava”.

Espero que, contra todos os obstáculos, possamos continuar a nossa comunicação, e que sua crise matrimonial se resolva sem o surgimento de um novo ser.

Abrços inescapáveis e, até a próxima!
Diabolis.

EPÍLOGO

A CARTA QUE NÃO FAZ PARTE DO LIVRO

(FINALMENTE, FALA A MULHER!)

23 de novembro de 2120

(7h 30 min)

Estranha idéia esta de registrar impressões em cartas íntimas, em pedaços de papel que jamais serão lidos por ninguém, a não ser por você.

Tenho sentido necessidade disso, de escrever, de te escrever, atividade que não praticava desde meus antigos estudos de literatura na universidade, que abandonei totalmente para casar-me e ter filhos (decisão que até hoje me deixa orgulhosa e tranqüila).

Não sei por que sinto um impulso irresistível de te contar tudo isto, apesar de você já saber de tudo e eu saber que você sabe. Mas dois homens como vocês falando sobre procriação sem a intervenção de uma mulher não parece suspeito? Por que nunca é chamada a depor aquela que realmente sabe do assunto, aquela que sofreu para ter seus filhos e criá-los? Somente porque não sabe filosofia? Mas é realmente a procriação um problema filosófico? Não há aqui uma terrível mistificação?

Mesmo antes de nosso casamento, já nos primeiros encontros na Alemanha (eu com minha bolsa de estudo, ele visitando parentes europeus), esse homem sempre teve uma queda (e como ele gostaria desta expressão!) por misturar vida com filosofia. Eu sempre achei isso muito perigoso: a filosofia pode destruir uma vida, pura e simplesmente, sobretudo quando se põe a falar sobre aquilo que a natureza nos provê de mais básico e espontâneo.

Nesse sentido, vejo um desencontro profundo entre mulheres e filosofia. O que está ocorrendo com meu marido, segundo penso, só poderia acontecer com um homem: a total perda da capacidade para ver o milagre da vida por meio de categorias racionais, tão seguras e “bem fundamentadas”.

Foi com muita resistência que ele aceitou a nossa (por assim dizer) união, sempre sob a promessa firme e duradoura de não ter filhos. Ele me fez jurar que eu me cuidaria muito para nunca ficar grávida. O mundo era algo desolador e não queria contribuir a povoá-lo. Ele me amava muito (ele dizia), mas filhos não, de forma alguma.

Eu lhe mostrava os livros que tinha comprado ao longo desse tempo (*Criando bebês*, *Conselhos para uma boa mãe* e *O meu bebê está chegando*), tentava argüir em favor de tudo o que a vida tinha de bom para oferecer. Eu simplesmente não entendia como ele se fechava à experiência extraordinária da paternidade. “Extraordinária para quem?”, você me perguntaria desde a sua própria certeza argumentativa. Para ambas as partes, responderia eu sem hesitar. Pois apesar de sofrimentos e decepções, há muito para oferecer a um filho, e é por isso bom que ele nasça, apesar de tudo.

Mas as minhas frágeis intuições, sem grandes subsídios filosóficos, eram rapidamente destruídas pelos argumentos dele, tão longamente refletidos: apesar de agrados e felicidades, estavam

a doença, a dor e a morte, próprias e dos outros. Condenaríamos o bebê a todo tipo de sofrimento, começando pelo sofrimento de perder-nos, a nós, seus amados pais (descartando a possibilidade, sempre aberta, de nós o perdermos). Decididamente, filhos não. Era parte de nosso contrato assinado. (Quando nos casamos, muitas de minhas amigas e amigos deixaram de visitar-nos por conta dessa nossa decisão bizarra; muitos deles pensavam que eu tinha sido seduzida pelo demônio).

Quando nossos filhos nasceram, não foi por “descuido” de nenhum dos dois, nem por qualquer artimanha da minha parte. Eu tentei ser fiel a nossa promessa. Mas ao longo dos tempos, eu continuava tentando persuadi-lo, desenvolvendo falas e discussões ao longo de nossas viagens ao exterior, dos nossos cursos, em nossos divertimentos, nos bares e saídas do cinema, durante meses e meses.

Ele sabia perfeitamente que eu poderia enganá-lo e ter meu bebê contra a vontade dele. E penso que ele se sentiu tocado pelo fato de eu nunca ter querido lançar mão dessa possibilidade escusa. Eu queria esse filho com o pleno consentimento dele. Isso era parte de minha batalha pessoal contra a filosofia.

Eu já tinha feito o esforço de dar uma olhada nos desprezíveis textos de Julio Cabrera, tanto no *Projeto de Ética negativa* (que eu tinha tentado, várias vezes, fazer que ele jogasse no lixo), quanto no texto que você agora tinha publicado, talvez contra a vontade de seu inusitado avô. Os textos dele sempre me pareceram frios e distantes, típicos de uma personalidade solitária e insatisfeita, incapaz de pensar além de si mesmo e de seus livros, talvez a pessoa menos autorizada para escrever sobre procriação e nascimento. Um tipo de espírito completamente excluído de qualquer possibilidade de entender a experiência primordial da paternidade.

Furtado de qualquer relação social profunda, de qualquer experiência amorosa envolvente e comprometida, o mundo se esvaziava para ele e gerava aquela penosa ladainha pessimista. Eu não podia entender o fascínio que essa prosa exercia sobre Julius, até o ponto de ele alimentar o mito de ser seu descendente, uma espécie de neto espiritual do miserável.

A vida é algo de muito básico para ser questionado, e quem a questiona já foi antes questionado pela vida. A dor não é novidade para a mulher, que com ela convive calmamente. Jamais mulher alguma pensaria ser a dor um empecilho para a procriação, um motivo sério para “parar a vida” (se tal coisa fosse sequer possível!), ou para levar a própria humanidade a seu desfecho, como você parece desejar com tanto afimco. (Suas cartas mais desagradáveis se referem a esta questão do fim da humanidade). Pois também você, meu querido, está fascinado por esse pseudo-pensador, por esse ser humano recalcado.

Apesar do que aprendi a sentir por você nestes últimos tempos, creio que cometes um grave erro ao submeter dessa maneira tua própria inteligência aos delírios de um escritor claramente perturbado, possivelmente homossexual. “Três linhas para um possível julgamento moral da procriação”! Onde já se viu tamanho absurdo? E ainda por cima, você se esforça por acrescentar uma quarta!

Em toda essa abordagem “ontológica” ou “estrutural”, os sentimentos parecem estar completamente ausentes. O que sabe Cabrera sobre sentimentos? Querer viver, querer que a vida seja não é algo que se possa fundamentar racionalmente. Mas sem as emoções, não compreenderemos o mundo ou a vida humana. Se eu tivesse que escolher entre ficar sem a razão ou sem as emoções, não hesitaria um só segundo em abrir mão da minha razão. E

deixando assim de lado os argumentos, todo o nosso corpo diria que sim à vida, todo o nosso ser queria criar, procriar, dar origem a novas e novas vidas, povoar o mundo com novos seres e novas promessas.

E se quem vai nascer pudesse opinar sobre seu próprio surgimento, é claro que ele ou ela escolheria nascer, mesmo sabendo de dores e de penas. Os sentimentos derrubam as três linhas de Cabrera (e a quarta que você quer agregar) em menos de um segundo: pois a vida é bela apesar da morte, e ela é tão manipuladora como qualquer força natural. Um bom tratamento psiquiátrico acabaria com a ética negativa de Cabrera em poucos minutos. Ele ainda poderia, no que lhe restasse de vida, escrever algum livro que desse esperanças às pessoas, em lugar de deprimi-las e decepcioná-las.

Uma noite, parece-me que Julius estava um pouco “alto” (voltávamos de um evento na universidade, bastante inofensivo, onde serviram apenas licor e refrigerantes); parecia tonto e meio confuso. Nos últimos tempos tínhamos nos revoltado contra a moral hipócrita de nossos colegas e amigos em várias questões cotidianas, e estávamos de mal com a “moralidade vigente”. Por exemplo, muitos amigos acadêmicos de Julius tinham deixado de nos visitar por causa da minha maneira liberal de vestir, que eles consideravam provocativa. Estávamos indignados e nos sentíamos auto-suficientes e hiper-críticos.

Então, de repente, no meio da noite, ele disse, quase que caindo no meu ombro: “Apenas o ponto de vista moral condena a procriação, querida Laura; o próprio Cabrera diz que há muitas outras justificativas para ter filhos”. Nos olhamos no meio do luar úmido e ele viu em meus olhos a decisão imperturbável de explorar, essa noite mesma, aquelas outras justificativas tão gostosas.

Quando Lucas nasceu, a conduta de Julius foi a normal de um pai amoroso e dedicado. Eu sempre pensei que um único filho seria o máximo que poderia conseguir dele. Mas Érika veio pouco depois, como se ele tivesse conseguido finalmente quebrar seu bloqueio filosófico-afetivo. Eu estava feliz, deixei meus estudos na universidade e me dediquei inteiramente aos meus filhos.

Julius foi durante anos um pai exemplar, o melhor possível. Mas alguma coisa de profundo tinha sido quebrada. Um filósofo pai era algo de muito estranho para ele, apesar do antecedente dos idealistas alemães, como ele sempre dizia. (Parece que eles tinham interrompido, graças a Deus, a tradição celibatária da filosofia. Sim, a partir do século XIX, os filósofos casaram e se puseram a ter filhos, como pessoas normais.).

Eu sentia que, apesar dos comportamentos atenciosos dele, os nossos filhos representavam algo de muito perturbador, não um desafio, mas algo como... uma refutação. Sim, era isso mesmo: Julius andava pelo mundo como uma tese filosófica refutada. Durante anos arrastou essa crise, porém sem maiores conseqüências a não ser suas crises de melancolia que, invariavelmente, eram bem capitalizadas na realização de um livro ou de um artigo. Aqueles sentimentos crepusculares pareciam inspirá-lo. Também lia muito, mais do que antes, como se lhe fizesse bem mergulhar em mundos de pensamento.

E quando as crianças interrompiam a sua leitura, ele passava a mão pelas suas cabecinhas louras, sorrindo de muito longe, e continuando a leitura como se nada tivesse acontecido. Tudo se desenrolava dessa maneira, calma, porém, tensa, até que esse teu horróroso livro (como poderei perdóá-lo?), *Nascituri te salutant*, voltou a despertar a sua reflexão pessimista fora de hora. Aquela leitura o lançou novamente numa inquietação que parecia superada.

No início não vi nada de errado nele querer escrever seus comentários e enviá-los ao autor (ele já tinha feito isso outras vezes). Eu pensava que, em decorrência de sua rica experiência como pai, ele escreveria duramente ao autor (ou autores), criticando o ponto de vista anti-nascimento e exprimindo as belezas do casamento e da paternidade. Eu pensava candidamente ter exercido uma boa influência sobre ele neste sentido. Mas, diante da minha surpresa e preocupação, aquele livro fez que Julius recuperasse, uma a uma, suas antigas idéias niilistas (cabrerianas, é claro), como se aqueles textos tivessem conseguido estimular de novo seu pensamento negativo aparentemente superado pelo casamento.

Eu mesma participei ativamente da empreitada toda, dando palpites sobre as cartas de Julius, lendo as tuas respostas, fazendo comentários, simpaticando com pontos de vista que me fascinavam, nunca pela via do acordo, mas pela admiração que sempre tive pelo talento alheio. Eu sempre fui incapaz de qualquer pensamento especulativo, e a admiração foi um dos motivos de meu casamento com Julius. (Talvez um estigma das mulheres seja deixarem-se seduzir pelo talento – mesmo negativo – dos homens).

Ao longo desse tempo, eu reservei os horários depois do almoço, quando as crianças me deixavam livre, para fazer esse trabalho com Julius, como se eu temesse deixá-lo sozinho na companhia daqueles textos execráveis. Assim, fingi certo interesse para poder acompanhar todo o processo mais de perto. Mas, aos poucos, comecei a perceber como as nossas discussões em torno desse livro infame e das cartas que *Nascituri* estava motivando estavam prejudicando gravemente a nossa relação, e até a relação com nossos filhos.

Ele foi muito benigno com os textos daquele teu livro monstruoso. Na verdade, estava dividido. Creio que os textos lhe

fascinavam e lhe irritavam ao mesmo tempo. Os aforismos de Julio Cabrera e seus próprios textos, em estilos bem diferentes, deram expressão a velhas idéias que Julius nunca tinha conseguido exprimir no estilo dele, que talvez nem se atrevesse a pensar por si. Ele já tinha lido bastante sobre Cabrera (o considerava um dos filósofos mais instigantes das últimas décadas do século XX, o que a mim parecia um completo absurdo), e tinha feito pesquisas a respeito, suspeitando, inclusive (como sabe), ser seu descendente.

Isto devia provocar nele uma comoção interior muito forte: que o Herói da Não Procriação pudesse ser seu avô! Eu pensava que tudo isso era bobagem até ler a tua carta (uma das mais repulsivas, te asseguro) tecendo considerações a respeito dessa obscura ascendência Julius von Kabra/Julio Cabrera, fruto de uma especulação mórbida, apenas legitimada por um pretenso recurso “oracular”.

Os textos de Cabrera me pareceram sempre muito bem escritos, mas tinham algo de pomposo. Eu gostava mais de teus textos juvenis e mais leves, que se aproximavam da vida com uma naturalidade pessimista, com o pessimismo leve dos mais jovens. Mesmo que fosse para blasfemar e denegrir. Foi uma experiência estranha: ao ler teu texto (*Considerações sobre a decisão de gerar um novo ser*), mesmo em seus momentos mais ásperos, fui capaz de me relacionar com as idéias negativas de uma maneira calma e cordial. (Um outro tipo de sedução, para variar?).

Julius, é claro, nunca suspeitou do verdadeiro motivo da minha sistemática defesa de seus pontos de vista, que eu ainda acho abomináveis. Em nossas discussões caseiras (depois de pôr as crianças a dormir), eu me comprazia em pôr-me do lado do rapaz contra o velho filósofo, tão admirado por Julius. Confesso que o fato de Cabrera ter se suicidado aumentava ainda mais

meu desagrado por ele. Vocês dois pareciam admirá-lo pelas características que eu mais detestava. Julius começou a debochar de mim por eu estar me colocando do lado daquele que eu, como mãe, deveria criticar. E estava certo. Tudo aquilo era um enorme “faz de conta”.

A situação foi piorando cada vez mais ao longo de nossas conversas e discussões e chegando finalmente ao estado atual que posso qualificar como lamentável. Sim, Julius e eu vamos nos divorciar, e eu gostaria que você soubesse disso, e da sua responsabilidade nesta decisão. Pois Cabrera está morto, mas você, felizmente, está vivo.

Julius gostava muito daquele aforismo de Cabrera, “A diferença genética” (o número 50 ou 51, eu não me lembro, não tenho essa idolatria da citação que vocês dois têm, isso de lembrar certamente o lugar preciso de um texto), onde ele dizia que os filhos podiam ser bonitos, mas, de qualquer forma, era melhor não tê-los. Às vezes ele olhava para Lucas e me parecia que interiormente lhe dizia: “Sua coisinha linda, não era para você estar aqui!”, como se fosse uma espécie de engano, de entrega em endereço errado. Eu sabia que ele estava profundamente arrependido. O livro apenas lhe forneceu o vocabulário do arrependimento.

Julius entrou completamente no espírito daquele livro (muitas vezes tive a impressão de você ter escrito esse livro com ele), e se ele assumiu a defesa do ponto de vista de Cabrera era para ajustar este ou aquele pensamento no detalhe, mas sem qualquer objeção fundamental. O sentimento geral da coisa foi aceito desde o início, como se se tratasse de velhos pensamentos perfeitamente assimilados. (Eu me sentia como a personagem de Lysianne em *Querelle de Brest*; a abstenção, tal qual o crime, parecia assunto exclusivo de homens. Eu estava fora.).

De repente, senti-me uma perfeita idiota flutuando entre dois discursos, um deles tentando mostrar a procriação como crime, outro como estupidez e tropeço. Nenhum de vocês, nem mesmo Julius na sua qualidade de pai, conseguia, em nenhum momento, atingir o verdadeiro sentido da questão. Em nenhum momento perceberam a beleza da união de duas pessoas sacramentada pela chegada dos filhos, a imensidão desse amor sublime, a dedicação total a tudo aquilo que constitui a criação de um filho como parte absolutamente essencial da existência. Faltava alguma coisa nesse aluvião de considerações.

Creio que vocês dois (Cabrera e você) convenceram Julius de ele ser um estúpido e eu uma criminosa. A tua idéia (bastante criticada por Julius em suas cartas) de os pais serem criminosos é a coisa mais repulsiva que tinha lido nos últimos tempos. Mas agora eu conheço você, conheço tua ternura e teus cuidados, e sei que não acreditas realmente no que escreves, que não é possível que acredites.

Quando Julius começou a escrever as primeiras cartas eu senti que o melhor era dar-lhe apoio, como já tinha feito com outras de suas idiossincrasias. Ele me mostrava tudo o que escrevia, enquanto eu tentava achar teu endereço. Até então, ele conhecia outros livros de Cabrera (*A Lógica condenada*, de 1987, o livro sobre cinema e filosofia, cujo título não lembro porque foi traduzido de várias maneiras diferentes e, é claro, o *Projeto de Ética negativa* e o *Diário de um filósofo no Brasil*). Mas nunca tinha lido os textos sobre nascimento e procriação. Esses tinham desaparecido ao longo de todo o século XXI e você, infelizmente, os exumou, por meio da herança intelectual de teu avô. A excitação de Julius quando leu aqueles textos foi imensa e a chegada do livro coincidiu com o aniversário de Érika, a nossa filha mais nova.

Agora, com tudo em crise (e eu grávida de novo), vejo como fingi durante todo esse tempo de leituras e discussões aparentemente amenas. Quando Julius conseguiu, finalmente, averiguar teu endereço, eu gostaria de ter falado com você antes, antecipar o que estava por vir (um pai arrependido comentando idéias de abstenção e mandando abraços da mulher!), mas não foi possível. As primeiras cartas chegaram às tuas mãos antes de eu poder me definir a respeito de tudo o que estava acontecendo. Meus acordos com tuas idéias, antes de conhecê-lo pessoalmente, eram meras estratégias para me afastar do autor do *Projeto de Ética negativa*. Mais nada. Você não deveria ter se entusiasmado. Você não tinha argumentos que (como Julius pensava ingenuamente) seriam aceitos “até por uma mãe”.

Penso que ele foi muito benigno nas primeiras cartas. Tentei influenciá-lo, mas escrevia como alucinado. Fazia isso de madrugada, quando eu já estava exausta depois de um dia inteiro dedicado às crianças. Só no dia seguinte eu ficava sabendo do conteúdo das novas cartas, e já aconteceu (poucas vezes) dele tê-las enviado antes de eu poder dar sequer uma olhada nelas. Eu temia o que finalmente aconteceu, que o intercâmbio de cartas acabasse tornando mais agudo o estado de ansiedade em que o livro já o tinha deixado.

Num primeiro momento, eu tinha abrigado a esperança de que você não respondesse às cartas. Confesso que a primeira resposta (de 29 de mabril) me aliviou um pouco, por não ter nada de pessoal, se limitando a comentar as extravagantes idéias de Cabrera.

23 de novembro de 2120

(10h 00 min)

Aproveito que Lucas e Érika estão no *camping* da escola para escrever esta carta de uma só vez, com todo o fôlego. Nada

quero deixar para mais tarde, quando eles regressam e me exigem totalmente, como eu gosto que façam. Julius levantou cedo e foi para a universidade, onde permanecerá até de noite. Tenho, pois, todo o tempo para mim.

Confesso que me irritava extremamente o tom áspero e distanciado das tuas cartas a respeito de procriação. Parecias, realmente, alguém irritado de ter sido posto no mundo (e eu me perguntava muito pela tua mãe, de como ela era, de como tinha influenciado em teu tenebroso pensamento). Curioso que Cabrera, apesar de verter idéias para mim desagradáveis, escrevesse num estilo mais elegante e literário, como se tentasse evitar ofensas frontais. Foi talvez isso o que primeiramente me fascinou de tua prosa. Pois você colocava em palavras ásperas aquilo que eu mais odiava ouvir, parecendo um desafio.

Já a leitura de teu texto, *Considerações sobre a decisão de gerar um novo ser*, tinha me perturbado, de uma maneira que eu mesma não conseguia entender. Especialmente me intrigava e seduzia a tua tentativa de te colocar no lugar do filho que ia nascer. Era como se você mesmo estivesse na situação de estar sendo trazido para o mundo, era você aquele bebezinho gracioso e preocupado pela sua sorte futura, um bebê filósofo pensando antes de nascer. Aquilo me parecia uma ficção literária encantadora, apesar do seu desfecho negativo. Esses textos me colocavam quase na atitude de falar com aquele bebê (na verdade, com aquele não-ser) com a maior convicção possível para dizer a ele: “Vem cá! Anima-te! Não te deixa enganar pela filosofia! Decide-te a nascer, não irás te arrepender!”.

Era como se eu estivesse te conhecendo em teu próprio ato inaugural, em tuas origens mais remotas. Nunca dois amantes foram tão longe em seu conhecimento mútuo, como se todo

e qualquer amor seguisse, de alguma forma, a matriz do amor materno, o mais sublime de todos. Eu comecei a te amar com todo o meu poderoso ultra-egoísmo: eu queria que você nascesse para mim. Queria amar-te no seio do segundo nada.

Adorei o poema de Augusto dos Anjos. Um simples poema que não prova nada, que só faz rir.

Chamava a atenção como as tuas cartas frias e objetivas conseguiam despertar tantas idéias e imagens em meu marido, como se tudo isso (a “assimetria do nascimento”, a “falta de valor da vida humana”, essas bobagens) tivesse estado preso na garganta dele por muito tempo, inclusive nas experiências que tivemos, nas viagens que fizemos juntos, até na alegria de vermos nossos filhos crescerem. A defesa dele do ponto de vista de Cabrera (mostrar primeiro a desvalia da vida e só depois o inconveniente de nascer) me lançou decididamente em tua direção. Agradava-me que teu desgosto fosse algo de natural e de direto, e não produto de uma reflexão “estrutural”. Eu começava a sentir um forte desejo de te conhecer pessoalmente.

Os primeiros sintomas do desastre foram a impaciência e irritação que Julius começou a manifestar quando Lucas ou Érika o interrompiam ao escrever suas cartas. Seu tom, outrora doce, tornou-se seco, quase ríspido. As freqüentes entradas das crianças no escritório, antes tão naturais e recebidas com ternura, foram, aos poucos, sendo sutilmente proibidas. Não houve realmente uma proibição, mas as próprias crianças se deram por conta de que não deviam mais importuná-lo. Não que ele não os amasse, antes pelo contrário, parecia amá-los como nunca. Mas tratava-se de um amor terminal, atrasado, que chegava mancando quando tudo tinha terminado. Não havia nada de errado com as crianças e nem comigo, mas com ele. Creio que se deu por conta que não era realmente um pai, e que nunca o seria.

Fui eu quem sugeri a ele que deveríamos te convidar a vir em casa. O chá era só um pretexto. Queríamos, realmente, conhecer-te. Eu, pessoalmente, achava que muitas das tuas idéias ficariam mais claras para mim no momento em que visse teu rosto, aprendesse os movimentos de teus braços, a tua maneira de pegar um garfo, de te levantar de uma cadeira. Como bebe suco ou abre portas um abstinente convicto, um jovem pessimista que se nega à reprodução? Por que essas idéias, quando vinham de Julius ou Cabrera, me irritavam, e agora, na leitura de tuas cartas, começavam a me fascinar? Na verdade, estava ansiosa por te perguntar se teu desejo de não ter filhos devia forçosamente empobrecer a tua vida sexual. Mas sabia que não poderia perguntá-lo a não ser de maneira indireta. Paradoxalmente, a única forma era um encontro presencial, aqui, em nossa casa.

Claro que quando finalmente nos conhecemos (já nem me lembro bem quando foi a primeira vez, depois de tantos encontros), você me perguntou por que eu tinha achado tão áspero o seu estilo, que para você era assim tão natural. Ah, pois, coisas como “o batismo da criança se dá por suas próprias lágrimas (quando não misturadas a fezes maternas e sangue)...”, ou como “e então, não mais coloca desastradamente o dedo na tomada, mas coloca desastradamente o pênis na vagina...”, agulhas enfiadas em filhos e coisas desse tipo, que, ao mesmo tempo, me repugnavam e me interessavam. Pois me parecia que devia haver um ser humano meigo por trás daquelas vociferações (assim como havia um ser humano desprezível detrás das prosas elegantes de Cabrera, que jamais se permitiria um palavrão).

Às vezes você não era precisamente rude, mas apenas cínico e desleal. Isso me atraía imensamente, como quando escrevias: “Querem procriar, que procriem, mas digam aos filhos a verdade, e

não aquela historinha imbecil tentando ocultar o ultra-egoísmo...”. Sou, pois, essa ultra-egoísta que quer seus filhos para si, para sua plena realização e seu bel prazer. Sim, sou isso, e nunca tal pensamento me pareceu tão sensual, tão absolutamente possessivo. Era como se você fosse uma espécie de filho proibido, nascido fora de hora, vociferando a sua revolta contra meu assumido ultra-egoísmo. Li em algum lugar: “Teus filhos não são teus, são filhos da vida”; mas, precisamente, por serem filhos da vida eles são profundamente meus.

Por isso, não gostei nada, em absoluto, de você me comparar com a sua avó, que também gosta de seus escritos.

Também comecei a me perguntar, com Julius, acerca da tua idade; e a idéia de você ser extremamente jovem, quase uma criança, me deixou num estado de perturbação total. Meu marido nunca soube quão erótico podia ser o texto onde ele te dizia: “Estou suspeitando que você possa ter, no máximo, o dobro da idade de meus filhos, ou ainda menos. Um filósofo precoce! (...) Você é um enigma (...) Um menino editor?”. Pois ele via (e me fazia ver) que teus textos eram ingênuos, atrapalhados, juvenis, muito juvenis, um pessimismo leve, gracioso, quase aceitável.

Em determinado momento, Julius suspeitou de alguma coisa na minha insistência em te conhecer. “Você não acha prematuro convidá-lo para jantar?”. Eu pensava que ele preferia acabar todas as cartas antes de te conhecer pessoalmente, sem saber (e como saberia?) que o final do processo iria interditar qualquer jantar após a última carta. As minhas veementes defesas de teus pontos de vista se tornaram tão suspeitas, que comecei, contra a minha natureza, a defender algumas idéias de Cabrera, como aquela da índole inaceitável de qualquer vida humana. (Cheguei até a esse ponto)! Ele freqüentemente colocava um velado convite no final

de suas cartas (e até a promessa de um presente), como se com isso quisesse adiar indefinidamente qualquer encontro real.

Era uma idéia louca, mas às vezes eu pensava que ele não queria que eu te conhecesse. Via isso, por exemplo, na maneira toda particular em que ele te enviava as cartas. Ele as mostrava para mim sem qualquer pudor, mas no momento de colocá-las no envelope, preferia estar sozinho. Nunca me disse onde as enviava, nem jamais me pediu que as colocasse nos correios. Eu ignorava totalmente o destino dessas cartas.

Aquela tua carta sobre a plausível extinção da humanidade foi decisiva! Era um texto tão abominável que resultava, afinal, irresistível. Foi a partir daí que comecei a fazer minhas próprias pesquisas para descobrir teu paradeiro.

23 de novembro de 2120

(14h 00 min, depois do almoço)

Curiosa sensação de almoçar sozinha (dispensei também os empregados), de ser sozinha, de não ter família, nem marido, nem filhos... sensação de não nascida. Estranho como uma casa vazia (não simplesmente vazia, mas vazia das pessoas que fatalmente a ocupam no cotidiano) pode oferecer (talvez não saibas) uma esplêndida imagem da abstenção de procriar, um lar para a tua filosofia.

Num outro dia, semelhante ao de hoje, sozinha em casa, entrei no escritório de Julius e busquei teu endereço por todas as partes. Como tinha suspeitado, estava bem guardado na escrivaninha, chaveado, e eu não tinha como forçar a fechadura sem que tudo fosse descoberto. Não entendi a mim mesma quando me perguntei por que não pedia simplesmente o endereço a Julius. Que poderia

acontecer? Que o negasse redondamente? Mas teria de dar um bom motivo. Seria constrangedor para os dois. Talvez eu devesse insistir na conveniência de te convidar para um jantar, mas novamente poderia deparar-me com a negativa cordial, mas terminante de Julius. Não sabia o que fazer.

Durante esse intervalo, Julius te deu meu nome, “Laura Cristiana (curioso que nunca tenha lhe dito o nome de minha mulher)”, e isso me pareceu lascivo. (Agora me senti como a protagonista de *O desprezo*, de Moravia/Godard). O primeiro passo estava dado. Nos dias em que Julius escrevia sobre procriação nas classes baixas, consegui uma oportunidade ímpar. Ele estava sendo convidado para palestrar num colégio, e quando ligaram de lá, ele tinha saído do escritório e Lucas atendeu no telefone da sala. Era ligação longa. Enquanto ele estava preso ao telefone, anotando os detalhes, tive todo o tempo do mundo para entrar no escritório e espiar na escrivania aberta; levou-me apenas uns minutos para achar teu endereço (que como todos os de Brasília mais se parecia com uma clave cifrada).

Agora você tinha meu nome e eu, teu endereço.

As cartas continuavam saindo e chegando, mas agora tudo era diferente. Nesses dias você enviou, com certo atraso, aquela horrível missiva sobre a possível ascendência cabreriana de Julius. Já tínhamos nos encontrado uma vez, nas circunstâncias que não preciso te lembrar. Você ficou chocado quando te abordei pela primeira vez. Fui muito formal e disse que queríamos te receber em casa (tentei atenuar teu espanto informando que já muitos escritores tinham nos visitado nos últimos anos). Mas também disse que Julius nunca se sentia preparado para receber-te, que ele parecia fazer questão de acabar de comentar todos os teus textos, e que seria melhor que ele não tomasse conhecimento de nosso

encontro. Não me lembro se eu disse tudo isto no primeiro ou no segundo (ou no oitavo) encontro.

Muitas de minhas suspeitas, de qualquer forma, se confirmaram. Você mostrou ser uma pessoa sensível e tímida, muito longe dos teus textos agressivos e debochados. Durante o período dos nossos encontros, nada mudou sensivelmente em teu intercâmbio epistolar com Julius, e você honrou a promessa de não contar-lhe nada sobre mim. Mas no sexto encontro (me parece) eu finalmente fiz a pergunta crucial. A tua frugal e humorística resposta foi: “Não, Laura Cristiana, eu não sou sofosexual, como Cabrera; eu atuo, eu protagonizo. Eu não me abstenho do prazer, só de gerar filhos”. A partir daí, você foi bem além do meu nome, não mais precisou me nomear. Tuas cartas foram tornando-se mais esparsas. Você virou receptor passivo. Julius acabou os comentários dele e você comigo.

Concordo plenamente com Julius quando fala, já nas últimas cartas, da tua “caridade metafísica”. Ele não sabe que a mulher dele viveu fisicamente essa mesma caridade. Apesar de teu imenso amor pelo não-ser, foste capaz de amar um ser. Durante a elaboração das últimas cartas já não mais fui capaz de qualquer comentário lúcido, mesmo fingido. Julius interpreta meus silêncios como uma mágoa profunda por causa de toda essa situação epistolar, sem suspeitar de nada. Ele pensa que quero um terceiro filho dele, quando, na verdade, estou jubilosa por estar ganhando o primeiro de você, o primeiro e último, eu sei disso muito bem. (Nem precisa dizê-lo).

Conheço bem o teu “mapeamento moral da procriação” e sei como estou situada nele. Agi irrefletidamente, estou impondo a existência a alguém, ignoro se será suicida e não me importo; exerço sobre ele uma tirania intergeracional, o obrigo a uma existência

mortal, o condeno a presenciar as nossas mortes. Terá de comprar todo o pacote. Sou, pois, uma gera-dor ultra-egoísta, o lanço no segundo nada, o utilizo como objeto e fetiche, o entrego à sevícia dos outros. Não obstante, o amo com todo o meu amor humano e sei que ele será muito parecido com o bebezinho da tua ilustração, que já se parece contigo.

Não gosto de como Julius passou a tratar os nossos filhos. Cada vez mais ele parece temê-los, distanciá-los. Ao longo dessa correspondência penosa e denegridora, ele mostrou para mim sua real natureza. Prefiro um não procriador coerente que um pai arrependido. E, certamente, a minha gravidez se tornará cada vez mais visível. A situação, como se diz, é insustentável.

Ligaram-me da escola e Lucas e Érika estarão chegando em poucos minutos. Julius jantará fora com colegas e virá tarde. Devo ter uma séria conversa com ele. Dobro estas páginas escritas furtivamente e as guardo para mim. Estas não, estas você não vai publicar na terceira edição daquele seu livro asqueroso, tão diferente de você, meu amado Thiago, meu novo e autêntico amor.

Laura Cristiana von Kabra.



CRÉDITOS DAS FOTOS

Bianca de Blok

Página 193.

Bill Davenport

Página 17.

Csontos Lea

Página 148.

Daniel Wildman

Página 65.

Davide Guglielmo

Página 110 (porção esquerda).

Dez Pain

Página 35.

Flávio Takemoto

Página 131.

Greg Renwick

Página 165.

Hilde Vanstraelen

Páginas: 86; 154.

Jason Conlon

Página 23.

Kat Callard

Página 144.

Kirsten Wilkes

Página 221.

Marcello U.

Página 121.

Marja Flick-Buijs

Página 106.

Marnix Bras

Página 204.

Richard Sweet

Páginas: 43; 83; 117; 184.

Simona Balint

Página 176.

Stephen Rainer

Página 110 (porção direita).

© **Steve Woods**

Página 245.

Tina Rolf

Página 78.



Em apoio à sustentabilidade à preservação ambiental,
a LGE Editora declara que este livro foi impresso com
papel produzido de florestas cultivadas em áreas não
degradadas e que é inteiramente reciclável.



JULIO CABRERA. Filósofo. Escreve sobre ética, lógica e cinema. Autor dos livros *Projeto de ética negativa* (1989), *Margens das filosofias da linguagem* (2003), e *O Cinema pensa* (2006). Professor de Filosofia na UnB. Em seu pensamento ético, sempre se interessou pelo problema da procriação, não apenas de um ponto de vista teórico, mas de uma forma vivida e pessoal, convencido dos problemas morais que rondam os nascimentos (inclusive o seu próprio).



THIAGO LENHARO DI SANTIS. Filósofo. Pensa sobre a questão da procriação desde antes de sua passagem pelos cursos de Física e Filosofia na UnB. Considera que o habitual silêncio perante questões cruciais deve ser quebrado com a discussão sobre o nascimento. Para que não haja dúvidas sobre o que ele quer dizer ao mundo, prefere ser visto como autor deste único livro, guiado por uma única obsessão.



Ela já tem um emprego, um celular,
um carro, uma casa e um marido.
Só falta mesmo um filho!

Amo intensamente meus filhos! Um
amor anterior e mais profundo, do qual
um pai está exilado para sempre.

Era você aquele bebezinho gracioso e
preocupado, um bebê filósofo
pensando antes de nascer.

A minha filha brincando com sua pipa,
tão despreocupada... Ela não faz idéia
de tudo que a aguarda.

A experiência da paternidade e
da maternidade é extraordinária...
Para os genitores.

Neste livro, que poderia se chamar, com ironia schopenhauereana, *O Mundo como Nascimento e Procriação*, os autores convidam para uma reflexão conjunta acerca dessas delicadas questões. Ambos esperam de coração que a leitura deste curioso material (meio ensaio filosófico, meio novela) seja de interesse e proveito para os seus leitores. E que sirva para explicitar por que consideram boas e esclarecidas aquelas pessoas que dizem (ou imaginam dizer) a seu possível filho ou filha: *Porque te amo, NÃO nascerás!*

Filho número 12 (e terceiro de co-autoria) de Julio Cabrera e número 1 (e provavelmente único) de Thiago Lenharo di Santis, o livro nasceu do encontro afortunado dos autores, quando Cabrera era professor e Thiago aluno do curso de graduação em Filosofia da UnB, em torno do ano de 2006. De imediato descobriram as notáveis coincidências nesses lúcidos e impopulares pensamentos, partilhando do escândalo moral diante da frieza e distanciamento com que milhares de humanos são diariamente despejados no planeta Terra, apenas para distração dos seus genitores ou como mero produto involuntário.



ISBN 978-85-7238-408-7



9 788572 384087